

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
CAEd - CENTRO DE POLÍTICAS PÚBLICAS E AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO PROFISSIONAL EM GESTÃO E AVALIAÇÃO
DA EDUCAÇÃO PÚBLICA

EGNA DE QUEIROZ SILVA

**DESAFIOS VIVENCIADOS NA ORGANIZAÇÃO DOS HORÁRIOS DE
ATIVIDADES EXTRACLASSE: ESTUDO DE CASO EM UMA ESCOLA
ESTADUAL DE MINAS GERAIS**

JUIZ DE FORA
2018

EGNA DE QUEIROZ SILVA

**DESAFIOS VIVENCIADOS NA ORGANIZAÇÃO DOS HORÁRIOS DE
ATIVIDADES EXTRACLASSE: ESTUDO DE CASO EM UMA ESCOLA
ESTADUAL DE MINAS GERAIS**

Dissertação apresentada como requisito parcial para a conclusão do Mestrado Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública, da Faculdade de Educação, Universidade Federal de Juiz de Fora, para obtenção do título de Mestre em Gestão e Avaliação da Educação Pública.

Orientador: Prof. Dr. Luiz Flávio Neubert

JUIZ DE FORA

2018

EGNA DE QUEIROZ SILVA

**DESAFIOS VIVENCIADOS NA ORGANIZAÇÃO DOS HORÁRIOS DE
ATIVIDADES EXTRACLASSE: ESTUDO DE CASO EM UMA ESCOLA
ESTADUAL DE MINAS GERAIS**

Dissertação apresentada como requisito parcial à conclusão do Mestrado Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública, da Faculdade de Educação, da Universidade Federal de Juiz de Fora.

Aprovada em:

BANCA EXAMINADORA

Profº. Dr.orientador(a)

Membro da banca

Membro da banca

Dedico este trabalho aos meus pais Roberta Francisca de Queiroz e Adelino Pereira Silva, ao meu filho Santiago de Queiroz Alencar e a todos os professores da Educação Básica deste país.

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao meu Deus Jeová, criador de todas as coisas, seu filho Jesus a quem clamei seu nome diariamente e ao Espírito Santo inspirador; que me proporcionaram concluir esta Dissertação.

Obrigada a todos os brasileiros, que custearam com o trabalho de seus ombros a minha formação até os dias de hoje.

Agradeço também a toda Equipe PGP da UFJF e os ilustres professores dessa importante instituição de ensino.

Obrigada ao professor orientador Dr. Luiz Flávio Neubert pelos direcionamentos, a inesquecível Mestra Priscila Cunha que não mediu esforços para me ajudar e um especial agradecimento a todos os autores citados neste trabalho de Mestrado.

Aos colegas de curso, meus sinceros agradecimentos pelas incontáveis vezes que dispuseram a me ajudar. Quão rica me sinto meus amados, por tê-los conhecido e vivenciado experiências únicas e enriquecedoras durante este estudo. Amigos! Por tudo que representam para mim, meus agradecimentos e um até breve. Disse amigos, pois colegas vocês já não mais são, pois fazem parte da minha história.

Com amor e ternura agradeço aos meus pais, Adelino e Roberta que cuidaram de mim e do meu filho, nas minhas ausências físicas e emocionais. Saibam que vocês são meus maiores tesouros nesta terra, obrigada pelo exemplo de vida, hombridade, altruísmo e sabedoria com que conduzem nossa família.

Ao meu filho Santiago que tantas vezes me acordou após as crises alérgicas dizendo: Mãe! Acorda, Vai estudar. Já terminou de escrever, mãe? Quando é mesmo que você vai terminar? Amado filho, muito obrigada por ter estado ao meu lado de maneira silenciosa e, apesar de ser um menino de tão pouca idade, já possui a integridade de um grande homem. Saiba Santiago, que você foi meu maior incentivador e foi pensando em você que suportei as dores e os dissabores desse processo.

Aos meus irmãos, cunhadas e sobrinhos, meu carinho e agradecimentos por serem presentes em minha vida. Ao meu cunhado Jorge Mota, um especial agradecimento por ter sido a pessoa que me avisou sobre esta especialização. Sou grata a Jeová por serem a minha família.

Aos colegas de profissão e queridos alunos, obrigada pela serenidade com que vocês me apoiaram diante da minha saúde fragilizada. Aos respondentes das entrevistas, agradeço pelas inúmeras contribuições dadas a este trabalho.

Aos parentes, amigos e irmãos de fé, muito obrigada pelas orações, visitas, conversas, incentivos, pensamentos positivos e mensagens de apoio que tanto me fortaleceram durante o processo de feitura desta dissertação.

Meu desejo? Claro que tenho! Desejo que Jeová cubra de bênçãos todos os que estiveram comigo nessa caminhada, pois somente Ele é capaz de retribuir o que vocês dispensaram a mim nesse tempo de isolamento e crescimento.

“Nenhuma realização é isolada, ou é devida exclusivamente ao seu autor nominal” Lück (2009).

RESUMO

A presente dissertação é desenvolvida no âmbito do Mestrado Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública (PPGP) do Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação da Universidade Federal de Juiz de Fora (CAEd/UFJF). O caso de gestão a ser estudado irá discutir como a equipe gestora da escola Aquarela organiza os horários extraclasse dos professores, conhecido em Minas Gerais como Módulo 2 (M2), frente aos inúmeros desafios que essa política traz em sua estruturação no ambiente escolar. No primeiro capítulo, serão revisitados os marcos normativos nacionais e estaduais que respaldaram a política que tornou possível ao professor cumprir 1/3 de sua carga horária fora da sala de aula. Para uma maior compreensão do leitor, será feita a caracterização da escola onde se passa o Caso de Gestão e a descrição do modo como os professores cumprem os horários de M2. O terceiro capítulo trará embasamentos teóricos que discorrem sobre o trabalho docente, o planejamento, a gestão escolar e a prática pedagógica do professor. Também no segundo capítulo, será apresentada a metodologia e os instrumentos de pesquisa a serem utilizados no trabalho. Em seguida, serão realizadas as análises das entrevistas aplicados junto aos professores e a equipe gestora da escola. No terceiro capítulo, será apresentado um Plano de Ação educacional, cujo objetivo é considerar novas possibilidades de realização do M2 no espaço escolar. A primeira ação deste plano tem por fim dar publicidade da política do M2 aos professores da escola com maior regularidade. A segunda ação consiste em reestruturar os horários de M2 individual de forma que os professores sejam de fato acompanhados pelos supervisores. A terceira ação tem por foco o M2 coletivo e, nesse sentido, propõe uma única reunião mensal com o coletivo de professores e gestores da escola. Completando o Plano, a última ação busca reestruturar o laboratório de informática como novo espaço de cumprimento ao M2 individual. Fechando o trabalho, serão feitas apontamentos dos principais pontos levantados durante a pesquisa.

Palavras-chave: Atividades extraclasse; Formação continuada; Planejamento docente.

ABSTRACT

The following research was developed in the range of the Professional Master degree in Education Management and Evaluation (PPGP) of the Center of Public Policies and Evaluation of Education of the Federal University of Juiz de Fora (CAED/UFJF). This dissertation will discuss about how the management team from “Aquarela” school organizes the teachers’ extra-class schedules (known as Module 2 - M2 in Minas Gerais State), especially because of the numerous challenges of this policy in the school reality. To this purpose, in the first chapter, there will be reviewed the most important national and state laws related to this policy. It is important to state that this policy made possible that one third of the teacher’s schedule was fulfilled outside the classroom. To better understand this question, there will be made a school description and it will be presented how the educators follow the M2 schedules. Then, the second chapter describes the studies related to the teachers’ reality, as the planning, school management and the pedagogic practice. Besides that, it will be shown the methodology chosen and the research instruments used on this research. Finally, in the third chapter, it will be presented an educational Action Plan, whose objective is to consider new possibilities to the M2 realization in the school context. The first action of this plan has the purpose to regularly publicizes the M2 policy to the school’s teachers. Secondly, the next action has the goal to plan the M2 schedules in a way that the teachers have the assistance by its supervisors. Also, the third action focuses on the aggregation of the M2, so it is proposed a monthly meeting with the school team. Finally, the last action aims to restructure the informatics lab as a new space for the individual M2 work. To conclude, there will be shown the results found during the research.

Keywords: Extra-Class activities; Continued Formation; Educators Planning.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Organograma da MAGISTRA	42
Figura 2 - Recorte do Organograma da SEE/MG.....	45
Figura 3 - Distribuição de SREs no estado de Minas Gerais por Polos Regionais....	49
Figura 4 - Quantitativo de escolas estaduais jurisdicionadas à SRE-Pirapora.....	49

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Relação entre as finalidades do PNE (2014-2024) e as Metas com mesma proposta.....	38
Quadro 2 - Subsecretarias da SEE/MG e suas respectivas finalidades	47
Quadro 3 - Linhas gerais da carga horária do trabalho do docente	78
Quadro 4 - Principais planos internos às escolas públicas de educação básica.....	83
Quadro 5 - Quadro resumo das percepções dos entrevistados sobre a política de M2 implantada na escola Aquarela.	140
Quadro 6 - Ação 1	143
Quadro 7 - Ação 2	146
Quadro 8 - Ação 3	149
Quadro 9 - Ação 4	151

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Quantitativo de turmas da escola Aquarela no primeiro semestre de 2017	
.....	64
Tabela 2 - Situação funcional dos servidores da escola Aquarela em junho de 2017	
.....	67

LISTA DE ABREVIATURAS

ADI	Ação Direta de Inconstitucionalidade
ALEMG	Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais
APAE	Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais
ASB	Auxiliar de Serviços de Educação Básica
ATB	Assistentes Técnicos de Educação Básica
CAE	Conselho Estadual de Alimentação Escolar
CAEd	Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CE	Caixa Escolar
CEB	Câmara de Educação Básica
CEE	Conselho Estadual de Educação
CNE	Conselho Nacional de Educação
CEPEB	Carreiras dos Profissionais de Educação Básica do Estado
CF	Constituição Federal
EaD	Educação a Distância
EB	Educação Básica
EC	Estudo de Caso
EF	Ensino Fundamental
EJA	Educação de Jovens e Adultos
EM	Ensino Médio
EPMPMG	Estatuto do Pessoal do Magistério Público do Estado de Minas Gerais
ETI	Educação em Tempo Integral
FUCAM	Fundação Caio Martins
FUNDEB	Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação
GO	Guias de Ocorrências
HP	Horário Pedagógico
HTP	Hora de Trabalho Pedagógico
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IFMT	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro

LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação
LIBRAS	Língua Brasileira de Sinais
M1	Módulo 1
M2	Módulo 2
MEC	Ministério da Educação
MG	Minas Gerais
TICs	Tecnologias da Informação e Comunicação
PAE	Plano de Ação Educacional
PNAIC	Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa
PEB	Professor de Educação Básica
PDE	Plano de Desenvolvimento da Escola
PNE	Plano Nacional de Educação
PNEM	Pacto Nacional pelo Fortalecimento do Ensino Médio
PPGP	Programa de Pós-graduação em Gestão e Avaliação da Educação Pública
PPP	Projeto Político Pedagógico
ProEMI	Programa Ensino Médio Inovador
PUC/MG	Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais
SEE	Secretaria de Estado de Educação
SIMADE	Sistemas Mineiro de Avaliação Educacional
SRE	Superintendência Regional de Ensino
STF	Supremo Tribunal Federal
TEIA	Territórios, Educação Integral e Cidadania
UEMG	Universidade Estadual de Minas Gerais
UFI	Universidade Federal de Itajubá
UFLA	Universidade Federal de Lavras
UFJF	Universidade Federal de Juiz de Fora
UFMG	Universidade Federal de Minas Gerais
UFOP	Universidade Federal de Ouro Preto
UFU	Universidade Federal de Uberlândia
UFV	Universidade Federal de Viçosa
UFJMV	Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
UNA	Minas Gerais Educação S/A
UNIBH	Centro Universitário de Belo Horizonte

UNIFAL	Universidade Federal de Alfenas
UNILESTE	Centro Universitário do Leste de Minas Gerais
UNIMONTES	Universidade Estadual de Montes Claros
UNIUBE	Universidade Federal de Uberaba
UNIVALE	Universidade Vale do Rio Doce
UNICOR	Universidade Vale do Rio Verde de Três Corações

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	17
1 AS ATIVIDADES EXTRACLASSE DOS DOCENTES EM UMA ESCOLA ESTADUAL DE MINAS GERAIS: UM ESTUDO DE CASO SOBRE OS DESAFIOS VIVENCIADOS PELA GESTÃO ESCOLAR.....	24
1.1 Contexto da política educacional com ênfase na valorização e formação do professor de educação básica	30
1.2 Estrutura organizacional da Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais.....	38
1.3 Marcos normativos estaduais referentes às atividade extraclasse	50
1.4 Caracterização da Escola Aquarela	63
1.5 Horários de M2 na Escola Aquarela.....	67
2 UMA ANÁLISE SOBRE AS POSSIBILIDADES DE CONTRIBUIÇÃO DA GESTÃO ESCOLAR NA ORGANIZAÇÃO DOS HORÁRIOS DE M2 NO TRABALHO DOS DOCENTES.....	72
2.1 Referencial teórico	72
2.1.1 Professor: sujeito reflexivo de sua prática docente	73
2.1.2 Desafios do Gestor Escolar frente à realização dos horários de M2 dos professores na escola	79
2.1.2.1 O gestor e a comunidade escolar	80
2.1.2.2 Planejamento: o norte da ação pedagógica no trabalho docente	81
2.1.2.3 Papel do coordenador pedagógico no contexto escolar	86
2.2 Metodologia da pesquisa.....	89
2.3 Análise das entrevistas com os professores sobre a política de M2 na Escola Aquarela	95
2.4 Análise das entrevistas feitas com os gestores sobre a política de M2 na Escola Aquarela	119
3 PLANO DE AÇÃO EDUCACIONAL	142
3.1 Ação 1 – Reuniões de publicização e melhoramento da política de M2 na escola	142
3.1.1 Ação 2 – Reestruturação do M2 individual	145
3.1.2 Ação 3 – Reunião de M2 coletivo mensal.....	148

3.1.3 Ação 4 - Reestruturação do laboratório de informática como espaço decumprimento ao M2 individual.....	150
CONSIDERAÇÕES FINAIS	153
REFERÊNCIAS.....	157
APÊNDICE A	168
APÊNDICE B	170
ANEXO A	171
ANEXO B	174
ANEXO C	176
ANEXO D	177

INTRODUÇÃO

A presente pesquisa tem como o local do objeto de estudo a Escola Estadual Aquarela¹, situada na cidade de Buritizeiro – MG, onde será investigado o modo como são cumpridas as atividades extraclasse pelos professores e quais ações a equipe gestora empreende para que estas atividades estejam de acordo com o proposto pelo legislador.

As atividades extraclasse são conhecidas no meio educacional como Horário Pedagógico (HP) ou Hora de Trabalho Pedagógico (HTP); contudo, outras denominações podem ser utilizadas de acordo com a Rede de ensino. Em Minas Gerais, por exemplo, as atividades extraclasse são identificadas por Módulo 2 (M2); que se referem às atividades realizadas pelo professor sem interação direta com o aluno. Quanto às horas de atividades realizadas pelo professor no atendimento direto ao aluno, o estado de Minas Gerais as identificam por Módulo 1 (M1) (MINAS GERAIS, 1977). Dessa feita, as atividades extraclasse serão identificadas neste trabalho por M2; considerando ser este o modo como estas horas são conhecidas no Estado de Minas Gerais.

Diante da obrigatoriedade de fazer cumprir a política M2 pelos professores, a solução encontrada pelos gestores da escola Aquarela, no ano de 2013, foi inserir os horários de M2 na carga horária de M1 desses profissionais. Vale registrar que essa prática se estende até os dias atuais, como pode ser verificado no Anexo A, que traz a última versão do quadro de horários, utilizado no turno matutino da escola Aquarela no ano de 2017. Em virtude dos horários de M2 serem intercalados na carga horária de M1 dos professores, a realização das atividades extraclasse exige destes profissionais um planejamento prévio para que possam tratar assuntos pontuais; uma vez que 50 minutos podem ser insuficientes para iniciar um trabalho intelectual que possa ser concluído adequadamente.

Pelo fato de os horários de M2 individuais estarem assim distribuídos, os encontros dos professores que trabalham com áreas afins de conhecimento se tornam uma prática difícil de ser consolidada na escola. Isso por que os horários de M2 desses profissionais não coincidem no decorrer da semana, o que prejudica a interlocução entre esses atores no contexto escolar.

¹ Escola Aquarela é o nome fictício da escola em que será pesquisado o estudo de caso.

A manutenção de horários fixos durante todo o ano letivo é uma prática bastante comum adotada pela escola, por ser uma forma de organizar os horários de M1 e M2, e facilitar o cumprimento da grade curricular pela equipe de professores das turmas. Todavia, no decorrer do ano, torna-se necessário a mudança dos horários por motivo de contratação, aposentadorias, remoção, mudança de lotação, dispensa ou exoneração. Essas alterações, no quadro de professores da escola, por vezes geram o deslocamento dos horários de M1 e M2 para dias e horários diferentes dos de origem, o que resulta em novos ajustes entre os membros da equipe escolar.

Pode-se afirmar que, em razão da disposição dos horários de M1 e M2, torna-se difícil, para os docentes da escola, potencializar ações de capacitação, formação continuada, planejamento, apresentação coletiva, avaliação e desenvolvimento de projetos que dependam exclusivamente da presença de determinados professores.

É importante informar que, desde a implantação da política em questão, a escola Aquarela não disponibilizou equipamentos tecnológicos aos professores, nos horários de M2, para que estes pudessem planejar atividades a serem trabalhadas em sala de aula. Sobre isso, convém esclarecer que a escola não cedeu tais equipamentos, por serem poucos. Além disso, os existentes são de uso exclusivo dos Assistentes Técnicos de Educação Básica (ATBs) para os serviços de escrituração da escola.

Outro fator que dificulta a efetivação da política de M2 na escola Aquarela decorre da falta de espaços físicos que possam ser utilizados pelos professores, supervisores e equipe gestora para esta finalidade. Vale destacar que a escola Aquarela não possui laboratórios de Ciências, Química ou Física e nem uma quadra coberta; locais que também poderiam servir aos professores para encontros, oficinas, estudos e possíveis práticas de ensino.

Diante da pouca estrutura oferecida no espaço escolar, somado aos horários fragmentados de M2, os professores da escola Aquarela se veem com poucas perspectivas de realização das atividades extraclasse como preconizado pelo legislador. Dessa forma, quando muito, no horário de M2, são executadas atividades individuais que pouco contribuem para a formação profissional do professor e que se distanciam de um trabalho coletivo e integrado.

Com um repertório restrito de atividades extraclasse possível de ser executado no período do M2, o professor se mostra com baixa pró-atividade,

realizando, por vezes, ações que não convergem para a melhoria de sua prática docente. Atividades como socialização entre o corpo docente, troca de experiências, estudos individuais ou coletivos, focados no ensino aprendizagem dos alunos; são práticas que não são recorrentes entre o professorado da escola Aquarela.

Diante dessa realidade, é de suma importância analisar os desafios que a gestão da escola enfrenta para organizar o M2 de forma que ele possa ser produtivo e eficiente para o trabalho docente. Em última análise esta pesquisa procura fazer apontamentos de como a gestão da escola Aquarela pode contribuir com ações voltadas para a realização efetiva das atividades extraclasse que pautem pelo aperfeiçoamento da prática pedagógica dos professores da escola.

O interesse em estudar a política de M2, no contexto da escola Aquarela, deve-se ao fato de essas horas estarem intrinsecamente relacionadas ao trabalho que esta pesquisadora exerce como PEB da Rede estadual de Minas Gerais. Além disso, a realização dos horários de M2, na escola Aquarela, foi um dos desafios vivenciados em 2015 por essa autora; ocasião em que respondeu pela escola na função de diretora.

Com efeito, cabe apresentar ao leitor a trajetória desta pesquisadora como PEB da Rede pública do Estado de Minas Gerais. Nessa perspectiva, esta autora iniciou a sua carreira de PEB no ano de 1997; quando ainda cursava a licenciatura em Ciências do 1º Grau, pela Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes). No final de 1998, esta pesquisadora foi aprovada no vestibular de Licenciatura em Física pela Universidade Federal de Viçosa (UFV) e, por se tratar de um curso semipresencial, ministrado nas férias e nos recessos escolares, foi possível concluir a primeira graduação. Vale ressaltar que, embora nessa época já estivesse nos últimos períodos de Ciências do 1º Grau, foi o curso de licenciatura em Física que oportunizou a esta autora exercer a docência; tendo em vista a pouca oferta de professores habilitados nessa área na região.

Em 2002, após ser nomeada no concurso público realizado pela Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais (SEE/MG), esta pesquisadora foi lotada na escola Aquarela em dois cargos efetivos de PEB na disciplina de matemática. No ano de 2011, foi eleita vice-diretora da escola Aquarela e permaneceu no cargo até a saída do interventor; situação que concorreu para que a mesma pudesse exercer a função de diretora pelo período de 23 de setembro de 2014 a 31 de dezembro de 2015.

É oportuno dizer que, nos meses em que esteve à frente da escola na função de diretora, esta autora dedicou-se quase que exclusivamente ao setor financeiro desse educandário; tendo em vista que algumas prestações de contas do Caixa Escolar² (CE) se encontravam com os prazos de entrega junto à SRE-Pirapora já expirados. Cabe registrar que a escrituração indevida do CE pode ocasionar no seu bloqueio; situação em que a instituição de ensino fica impossibilitada de receber recursos financeiros dos entes públicos, até a sua efetiva regularização.

Diante desse cenário e considerando a sobrecarga de trabalho que fora demandado pelo setor financeiro no ano de 2015, fez-se necessário redistribuir o trabalho pedagógico da escola Aquarela entre os vice-diretores da época. Em virtude do exposto, ficou acordado que cada vice-diretor acompanharia, juntamente com o supervisor do turno, a realização do M2 pelos professores da escola. Com efeito, todo esse arranjo demandado na época, contribuiu significativamente para um melhor andamento da parte pedagógica e contábil da escola.

Em virtude dos fatos mencionados, é importante salientar que nesse tempo em que esta autora esteve à frente da direção da escola Aquarela, o M2 não foi realizado visando o aperfeiçoamento profissional do docente como preconizado pelo legislador. A exposição desses fatos tem por objetivo, revelar que nesse período, não houve a implementação dos horários de M2 que impactasse significativamente na prática das atividades extraclasse na escola.

Consoante aos horários de M2 individuais, em 2015 estes se mantiveram com a mesma estrutura de sempre – intercalados entre a carga horária semanal do professor; como hoje ainda se verifica. No tocante aos horários de M2 de caráter coletivo, estes foram utilizados pela gestão para o repasse de informações, resoluções e leis oriundas da SEE/MG, da SRE-Pirapora, da Secretaria Municipal de Educação, do Conselho Tutelar da cidade e de outras instituições que mantinham trabalhos em parceria com a escola Aquarela na ocasião.

Cabe informar que em 2015, também entrou na pauta do M2 coletivo, a análise dos resultados obtidos pela escola nas avaliações externas; ocasião em que se discutiam os possíveis motivos que justificassem os resultados alcançados e se

² Caixa Escolar: Instituição jurídica, de direito privado, sem fins lucrativos, que tem como função básica administrar os recursos financeiros da escola, oriundos da União, estados e municípios, e aqueles arrecadados pelas unidades escolares. Ou seja, são unidades financeiras executoras, na expressão genérica definida pelo Ministério da Educação. Os recursos recolhidos por ela se destinam à aquisição de bens e serviços necessários à melhoria das condições de funcionamento da escola, incluídos no seu plano de desenvolvimento.

definiam estratégias para elevar a proficiência dos alunos nos conteúdos de Matemática e Português para o ano seguinte.

Tendo em vista os aspectos observados, é razoável dizer que o M2 coletivo era considerado pela equipe gestora, como o momento mais adequado de propor a realização de projetos na escola, repartir tarefas entre os professores e combinar posturas e atitudes comuns ao grupo. Embora a lei na época já preconizasse que o M2 não se restringia somente a essas ações, a realidade por sua vez, demonstrava que estas eram as que de fato ocorriam nesses horários.

Sobre os dias de reuniões de M2 coletivo no período de 2015, estes ocorreram em um sábado de cada mês; ocasião em que se cumpriam as horas que foram acumuladas ao longo de cada semana. Quanto a esse arranjo, pode-se dizer que muito embora as reuniões tenham sido a contento em termos de cumprimento da carga horária, por sua vez se mostraram aquém em termos pedagógicos. Essa constatação é devida ao fato de o M2 coletivo, ter sido utilizado em sua maior parte do tempo para propor mais trabalhos ao professor, e não como ferramenta de auxílio ao seu trabalho em sala e; menos ainda, para a sua formação continuada.

Ao considerar este ano de 2017, verifica-se que a equipe gestora optou por realizar as atividades de M2 coletivos no decorrer da semana e não em um sábado, como ocorrido nos dois anos anteriores. Por conseguinte, o M2 coletivo está sendo realizado uma vez por semana, das 17h30 às 19h30, e em dias alternados. Dessa forma, considerando que em uma semana o M2 coletivo tenha sido realizado em uma terça-feira, o próximo M2 será realizado em uma quarta-feira, e assim sucessivamente.

Diante da realidade retratada, a pergunta que se coloca como norteadora desta dissertação é: de que maneira a equipe gestora da escola Aquarela, organiza de forma efetiva o M2 dos professores, em face da realidade vigente?

Em virtude dessa realidade, a pesquisa tem como objetivo geral analisar como se deu o processo de organização do M2 na escola Aquarela, para propor, adiante, um plano de ação compatível com a lei vigente e que venha otimizar o cumprimento destas horas-atividades.

Como objetivos específicos do estudo, destacamos os seguintes:

1. Descrever as ações desenvolvidas pelos gestores da escola, para o cumprimento das atividades extraclasse no horário do M2.

2. Investigar e analisar os desafios enfrentados pela gestão, ao organizar e se fazer cumprir as horas relativas às atividades extraclasse dos professores da escola Aquarela.

3. Propor um plano de ação, para que a equipe gestora promova e facilite o cumprimento eficaz do M2, contribuindo de forma satisfatória para a gestão pedagógica da escola.

Diante da necessidade de entender com mais propriedade, o processo de implantação da política de M2 na escola Aquarela, o presente trabalho discorre em seu primeiro capítulo sobre “os marcos normativos”, que garantiram, ao PEB, ter em sua jornada de trabalho os horários de M2. Neste primeiro capítulo, a pesquisa traz ainda, a estrutura organizacional da Secretaria de Estado da Educação e o seu papel na política educacional do Estado de Minas Gerais. Para uma melhor compreensão dos fatos, será feita a caracterização da escola e a descrição do modo como os horários de M2 são conduzidos em seu interior.

O segundo capítulo deste trabalho traz estudos com embasamentos teóricos que apontam “a importância do M2 para o exercício da docência”, “a formação do professor no âmbito escolar”, “as competências exigidas do educador na atualidade” e os “desafios que professores, gestores e supervisores pedagógicos enfrentam no exercício de suas profissões”. Além disso, esse mesmo capítulo informa sobre a importância do trabalho participativo na escola, a metodologia adotada na pesquisa e a análise dos resultados das entrevistas realizadas com professores e gestores da escola Aquarela.

Finalizando o trabalho, o terceiro capítulo apresenta quatro ações no Plano de Ação Educacional (PAE), com vistas à melhoria da política de M2 na escola. A primeira ação consiste em publicizar, aos professores, as leis que respaldam o M2; avaliar a política em questão; e definir coletivamente ações a serem desenvolvidas durante o semestre no M2 coletivo. A segunda ação tem o objetivo de tornar os horários individuais de M2 mais produtivos, através de novos arranjos de grupos de estudos e de horários. A terceira ação por sua vez, propõe que o M2 coletivo seja realizado uma vez por mês e voltado prioritariamente às questões pedagógicas e metodológicas. A quarta e última ação é a mais ousada de todas, por envolver um expressivo investimento público e propor a estruturação de uma sala específica para os professores nos horários de M2 individual. Por oportuno, vale dizer que a viabilidade dessas ações dependerá da pesquisa que será realizada, ou seja: esses

Planos são ideias preliminares que só poderão ser implantados se estiverem na mesma direção da pesquisa realizada.

1 AS ATIVIDADES EXTRACLASSE DOS DOCENTES EM UMA ESCOLA ESTADUAL DE MINAS GERAIS: UM ESTUDO DE CASO SOBRE OS DESAFIOS VIVENCIADOS PELA GESTÃO ESCOLAR

Referente à carga horária do PEB da Rede Estadual de Minas Gerais, o estudo em questão aponta que estes profissionais trabalharam no período de 2008 a 2012, com uma jornada em sala de aula superior ao limite máximo de 16 horas/aula (h/a) determinado pela lei Federal nº 11.738 em 16 de julho de 2008 (BRASIL, 2008). Muito embora essa lei se encontrasse apta a produzir seus efeitos, não foi bastante para que a Rede pública de ensino de Minas Gerais a cumprisse em sua integralidade.

Em face do exposto, cabe lembrar que a lei em vigor na Rede mineira, nessa época, era a de nº 15.293, de 05 de agosto de 2004 (MINAS GERAIS, 2004), que previa 24 h/a semanais no cargo de PEB. Em face dessa previsão legal, eram destinadas 18 h/a à docência (M1) e 6 h/a às atividades extraclasse (M2). Portanto, eram estabelecidos 3/4 das horas do cargo de PEB para as atividades de interação professor-aluno e, 1/4 para as atividades extraclasse.

Fazendo uma breve consideração, a lei 11.738/08, conhecida nacionalmente como a “Lei do Piso”, determinou o piso profissional nacional para os profissionais do magistério público da Educação Básica (EB) e um limite máximo de 2/3 do cargo de PEB para as atividades em sala de aula (BRASIL, 2008). A partir desse ordenamento, infere-se que um 1/3 é o limite mínimo da carga horária do PEB destinada às atividades extraclasse (M2). Dessa feita, não fere a lei o legislador ou o empregador que reservar um período maior que 1/3 da carga horária do PEB às atividades extraclasse.

Ante à Lei do Piso, que ampliou os direitos dos profissionais do magistério, coube aos entes federados, e aqui se inclui o estado de Minas Gerais, cumprir o previsto nesse ordenamento federal. No entanto, o que aconteceu, de fato, no estado de Minas Gerais, distancia-se da ideia de um governo que considera a política de educação como investimento estatal e a tem como prioridade. Isso porque a Lei do Piso foi questionada junto ao Supremo Tribunal Federal (STF), o que fez com que seus efeitos fossem suspensos enquanto não fosse julgado o seu mérito. Em virtude da procrastinação de se cumprir o estabelecido nessa Lei Piso,

os profissionais de ensino do estado de Minas Gerais sofreram danos significativos no exercício de suas funções, devido à supressão dos seus direitos legais.

Em face do que foi apresentado, cabe situar o leitor sobre o que levou o Estado de Minas Gerais a não cumprir de imediato o previsto pela lei federal. Isso se deu porque, quando a Lei do Piso surgiu, fixando condições mínimas de trabalho e remuneração aos profissionais da EB, essa norma foi questionada junto ao STF como sendo uma lei inconstitucional pelos governadores dos estados do Mato Grosso do Sul, Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Ceará. Em função disso, foi instaurada uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) nº 4.167, que atingiu os arts. 2º, §§ 1º e 4º, 3º, II e III e 8º, dessa Lei. Esses artigos por sua vez, tratavam especificamente da obrigatoriedade dos entes federados pagarem o piso nacional aos profissionais do magistério público da EB de suas Redes e organizarem a composição da jornada de trabalho destes profissionais.

Ao propor a ADI nº 4167, os governadores em questão pretendiam destituir esses direitos afirmados pela lei federal, uma vez que a reestruturação da carga horária de trabalho dos professores – uma das propostas da lei - traria ônus aos cofres públicos estaduais e municipais. Vale dizer que o pagamento do piso profissional nacional para os profissionais do magistério, também foi questionado nessa ação; porém não será tratado neste trabalho. Em face à realidade instaurada, uma possível conjectura, à “adesão” do governo mineiro ao apelo feito por aqueles estados à suprema corte, foi simplesmente a tentativa de conter despesas, tendo em vista que erroneamente, alguns “representantes do povo” entendem a educação como despesa e não como um investimento social.

Nesse sentido, é importante registrar que uma das alegações dos governadores é que, para cumprir o dispositivo concernente à jornada de trabalho do professor de EB, fazia-se necessária a contratação de novos profissionais para as Redes, o que acarretaria em um considerável aumento nos gastos públicos. Somado ao exposto, diversos questionamentos foram levantados por esses governadores na tentativa de se eximirem de responsabilidades com os profissionais de EB de suas Redes.

Embora o Estado de Minas tenha optado por não cumprir alguns dispositivos da Lei do Piso, essa norma considerou um prazo para que os entes federados pudessem legislar de maneira a cumpri-la, conforme o artigo a seguir:

Art. 6º A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios deverão elaborar ou adequar seus Planos de Carreira e Remuneração do Magistério até 31 de dezembro de 2009, tendo em vista o cumprimento do piso salarial profissional nacional para os profissionais do magistério público da educação básica, conforme disposto no parágrafo único do art. 206 da Constituição Federal (CF). (BRASIL, 2008, s.p.).

Estando na eminência de serem obrigados a cumprir a lei federal em seus estados, os governadores do Mato Grosso do Sul, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná e Ceará ajuizaram, em 29 de outubro de 2008, a citada Ação Direta de Inconstitucionalidade – ADI nº 4.167, alegando, entre outras questões, que a Lei do Piso feria o princípio da autonomia dos entes. Além disso, também foi defendido que ela invadia a competência estadual e municipal, ao dispor sobre a remuneração e a carga horária dos profissionais de educação. Somados aos diversos questionamentos, esses governadores solicitaram nessa ADI, uma medida cautelar para suspensão dos efeitos da lei nº 11.738/08 até seu julgamento pelo STF (STF, 2008).

Cabe registrar que, apesar de não subscreverem a ADI nº 4.167, contestando a Lei do Piso, esta ação foi apoiada pelos governos de São Paulo, Distrito Federal, Tocantins, Roraima e Minas Gerais. Devido a essa posição do governo, “respaldada” pelos motivos de ordem econômica e legal, Minas Gerais protelou, por cinco anos, o cumprimento da Lei do Piso, situação que trouxe significativos prejuízos aos profissionais da EB do Estado.

Como dito anteriormente, dentre os vários questionamentos citados na ADI, estava o previsto no §4º do art. 2º da Lei do Piso, que fixava o limite máximo de 2/3 na jornada de trabalho do professor para o desenvolvimento das atividades de interação com os educandos. Nesse contexto, o cumprimento desse dispositivo impactaria os cofres públicos de alguns estados, tendo em vista que acarretaria a contratação de mais PEB em suas respectivas Redes de ensino. Sobre essa questão, veja a seguir a leitura feita pelo então ministro Joaquim Barbosa, durante o julgamento da ADI nº 4.167:

O terceiro argumento lançado para afirmar a inconstitucionalidade do art. 2º, §§ 1º da Lei 11.738/2008 é calcada na premissa de que teria havido violação do princípio da proporcionalidade. Tanto no aspecto pedagógico, como no aspecto financeiro, a norma impugnada traria custos exagerados, segundo os propositores da ação direta. Para se

adequar à planificação da jornada e de sua composição, tal como pretendida pela União, o ente federado teria de aumentar o número de professores. As novas contratações implicariam aumento de gastos com a folha de remuneração e outros custos acessórios, e estes gastos seriam estimados em milhões de reais. (BRASIL, 2011a, p. 4).

Após dois anos e meio do ajuizamento da ADI nº 4.167, finalmente, em 27 de abril de 2011, os ministros do STF subscreveram o Acórdão que julgou procedente o limite máximo de 2/3 da jornada do PEB para o desempenho das atividades de interação com os educandos. Diante dos fatos, o STF sinalizou o julgamento da ação, dando parecer favorável à sua constitucionalidade; melhor dizendo, reconhecendo o pedido da ADI improcedente, como se verifica na seguinte transcrição:

Decisão: colhido o voto do Presidente, Ministro Cezar Peluso, que julgou procedente a ação relativamente ao § 4º do art. 2º da Lei 11.738/2008, o Tribunal julgou a ação improcedente, por maioria. Quanto à eficácia *erga omnes* e ao efeito vinculante da decisão em relação ao § 4º do art. 2º da lei 11.738/2008, o Tribunal decidiu que tais eficácias não se aplicam ao respectivo juízo de improcedência, contra os votos dos senhores Ministros Joaquim Barbosa (Relator) e Ricardo Lewandowski. Impedido estava o Senhor Ministro dias Toffoli, 27.04.2011. (BRASIL, 2011a, p.157).

Ao apreciar essa ação, o SFT reconheceu a possibilidade de uma lei Federal dispor sobre a jornada de trabalho dos profissionais do magistério – posição esta defendida pelo ministro Joaquim Barbosa durante o julgamento da ADI.

Nos tempos atuais, penso que a preservação do campo de autonomia local em matéria educacional tem legítimo lugar no modelo de pacto federativo que se constrói desde a promulgação da Constituição de 1988, desde que ponderada à luz do fundamento que anima a adoção de normas gerais na Federação. Porém, a fixação em exame é adequada e proporcional à luz da situação atual. Em especial, a existência de normas gerais não impede os entes federados de, no exercício de sua competência, estabelecer programas, meios de controle, aconselhamento e supervisão da carga horária que não é cumprida estritamente durante a convivência com o aluno. No ponto, julgo improcedente a ação direta de inconstitucionalidade. (BRASIL, 2011a, p.51).

Demonstrando conhecer a realidade do ensino público, o então Ministro Ricardo Lewandowski, ao analisar a ADI, pontuou considerações pertinentes sobre o assunto, conforme se lê a seguir:

Eu entendo que a fixação de um limite máximo de 2/3 (dois terços) para as atividades de interação com os alunos, ou, na verdade, para a atividade didática, direta, em sala de aula, mostra-se perfeitamente razoável, porque sobrarão apenas 1/3 (um terço) para as atividades extra-aula. Quem é professor sabe muito bem que essas atividades extra-aula são muito importantes. No que consistem elas? Consistem naqueles horários dedicados à preparação das aulas, encontros com os pais, com colegas, com alunos, reuniões pedagógicas, didáticas; portanto, a meu ver, esse mínimo faz-se necessário para a melhoria da qualidade do ensino e também para a redução das desigualdades regionais. Entendo, finalmente, da mesma forma como fez o Ministro Joaquim Barbosa, que não há nenhuma ofensa à autonomia financeira e orçamentária dos Estados porque a própria lei prevê o mecanismo de compensação e, ademais, deu um prazo de carência para que essa medida entrasse em vigor. Portanto, os entes federados puderam perfeitamente se adaptar a ela, tiveram um largo tempo para fazê-lo. (BRASIL, 2011a, p.71-72).

Outro que se posicionou de forma favorável, à reserva de 2/3 da jornada de trabalho dos PEB para a interação com os alunos, foi o então Ministro Ayres Brito. A seguir, em um trecho desse julgamento, o argumento utilizado por este ministro não deixa dúvida sobre a importância de se garantir tal direito aos PEB:

[...] O professor é diferente. Ele não se desvencilha da sala de aula, não descarta a sala de aula como se fosse o descarte de uma gravata, de um paletó, de uma calça. A sala de aula acompanha o professor vida afora. Professor que é professor, vocacionado, ele está com a sala de aula, com os alunos, com as matérias a ensinar permanentemente na sua cabeça. É por isso que ele precisa de um tempo extraclasse, para se dedicar à correção de provas, leituras, reflexões, visitas a bibliotecas, frequência de cursos. É por isso que a lei, sabidamente reservou um percentual de atividade extraclasse para o profissional do ensino básico. (STF, 2011, p. 116).

Por conseguinte, após os Ministros do STF declararem a constitucionalidade da Lei do Piso, o seu cumprimento passou a ser obrigatório em todos os entes federados; cabendo aos governantes legislarem sobre o assunto. No entanto, ao invés desses governadores adequarem as leis dos seus estados para efetivarem o proposto pelo ordenamento federal, os mesmos propuseram ao STF a modulação dos efeitos da decisão; no sentido de aumentar o prazo de cumprimento da medida

para 18 meses futuros. O argumento utilizado pelos governantes se baseou num possível desequilíbrio nas finanças públicas, caso tivessem de cumprir a lei de imediato. Todavia, essa prorrogação foi negada pelo Tribunal, ficando o cumprimento da lei do piso obrigatório a partir de 27 e abril de 2011.

Ao refutar as alegações dos governadores de um possível colapso orçamentário, o ministro Joaquim Barbosa lembrou que o Congresso Nacional ao aprovar a lei, já havia também analisado o prazo de adaptação para os entes federados. Segundo esse ministro, o acolhimento da proposta, quanto a um novo prazo de adaptação, “colocaria por terra toda negociação política cuja legitimidade nunca fora posta em dúvida” (BRASIL, 2011a, p.3).

Depois de extinguido esses recursos no judiciário federal, os entes que não vinham cumprindo a lei do piso tiveram que fazê-lo; elaborando ou adequando seus Planos de Carreira e Remuneração dos Profissionais do Magistério de suas Redes de ensino. Diante desses desdobramentos, o Estado de Minas publicou a lei 20.592, em 28 de dezembro de 2012 (MINAS GERAIS, 2012b), na qual considerou pela primeira vez o quantitativo de 16 h/a da jornada de trabalho do PEB, a serem destinadas à docência e 8 h/a às atividades extraclasse. Ao legislar sobre a proporcionalidade das horas de M1 e M2, a lei estadual considerou também os cargos com um quantitativo menor de aulas, como visto abaixo:

Art. 34. O cargo efetivo de Professor de Educação Básica poderá ser provido, excepcionalmente, com carga horária igual ou superiora oito horas semanais, sem ultrapassar o limite de vinte e quatro horas semanais para o mesmo conteúdo curricular.

§ 1º Para os servidores ocupantes de cargo a que se refere o caput, as horas destinadas à docência serão calculadas proporcionalmente em relação à carga horária total do cargo, na forma de regulamento. (MINAS GERAIS, 2012b, p.2).

É importante frisar que essa redução da carga horária dos professores do estado de Minas Gerais não foi imediata, isso porque, apesar dos professores terem respaldo em uma lei federal e outra estadual que os garantia tal direito, ainda assim, trabalhavam 18 h/a semanais com o aluno em sala de aula. A equiparação à Lei do Piso só ocorreu de fato, por meio da publicação do Decreto nº 46.125, em 04 de janeiro de 2013 que regulamentou dispositivos das leis nº 15.293/2004 e nº 20.592/2012, (MINAS GERAIS, 2013a).

Dentre outras questões, o Decreto trouxe em anexo, um quadro detalhado com a carga horária semanal do PEB, variando de 1 h/a a 29 h/a, subdividindo-as em M1 e M2. De maneira pormenorizada, o quadro trouxe o tempo que cada cargo deve destinar as atividades realizadas em locais “definido pela direção da escola” e as de “livre escolha do professor” (ver quadro no Anexo B).

Após a regulamentação das leis estaduais pelo Decreto nº 46.125/13, a SEE/MG expediu o Ofício circular nº 1801, de 06 de junho de 2013, e a Resolução nº 2.442, de 07 de novembro de 2013, documentos importantes que disciplinaram a prática do M2 nas escolas estaduais naquele ano.

Para melhor entendimento da política aqui pesquisada, a próxima seção apresentará as leis federais que fomentam a valorização dos professores de EB, com ênfase no direito destes profissionais de terem parte de suas jornadas de trabalho reservada às horas atividades (M2). Para isso, a seção trará textos da Constituição de 1988 (BRASIL, 1988), por ser este o principal instrumento jurídico a ampliar os direitos individuais, coletivos e sociais no país. Em seguida, será vista, na LDB nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (BRASIL, 1996b), as atribuições dos entes federados e dos sistemas de ensino que referenciam a valorização docente. Também será apresentada a Resolução do CNE nº 3, de 03 de outubro de 1997 (BRASIL, 1997), que determinou em termos percentuais as horas de atividades e, a Lei do Piso; que ratificou este direito. Por fim, serão mostrados no PNE os eixos estruturantes da política de ensino para o decênio 2014 a 2024 (BRASIL, 2014).

1.1 Contexto da política educacional com ênfase na valorização e formação do professor de educação básica

Dando início ao estudo da política educacional do país, faço um recorte a partir de 1988, com a promulgação da Constituição da República Federativa do Brasil (CF). Conhecida como Constituição cidadã, este documento marcou o processo de redemocratização do país, por ter sido elaborado pós Regime Militar, que vigorou de 1964 a 1985. Nesse cenário pós-ditatorial, esta nova norma ampliou claramente os direitos fundamentais individuais, coletivos e sociais. Estas foram umas das principais características do Estado Democrático de Direito, no qual o Brasil se transformara.

Com referência ao direito à educação, a CF em seu art. 205, considera: “A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, cujo objetivo é o pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” (BRASIL, 1988, p.87).

De acordo com o art. 206 da CF/88, o ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

- I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;
- II - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber;**
- III - pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas, e coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;**
- IV - gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;
- V - valorização dos profissionais da educação escolar, **garantidos, na forma da lei, planos de carreira, com ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos, aos das redes públicas;** (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006).
- VI - gestão democrática do ensino público, na forma da lei;
- VII - garantia de padrão de qualidade.**
- VIII - piso salarial profissional nacional para os profissionais da educação escolar pública, nos termos de lei federal.** (Incluído pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006). (BRASIL, 1988, p.87 – grifo meu).

A seguir, Pessanha (2013) faz uma análise de alguns princípios elencados no artigo citado anteriormente:

Quanto à questão filosófica, é sempre bom lembrar a liberdade que existe atualmente no Brasil em relação aos temas (pluralismo de ideias) e às maneiras de apresentá-los (concepções pedagógicas), realidade que afeta também o âmbito escolar, como forma de afastar a censura e garantir um ensino livre aos cidadãos em relação aos fundamentos que o conduzem. Outro ponto relevante é a garantia do padrão qualitativo, fato que precisa ganhar destaque em função da importância desse direito, sendo imprescindível à sua efetividade a promoção de uma escola de qualidade, que consiga agregar conteúdo aos Educandos e auxiliar, assim, na sua formação. (PESSANHA, 2013, p.4).

Para a autora, a garantia do padrão de qualidade do ensino precisa ganhar destaque, dada a sua importância no direito à educação. Nesse sentido, para que esse direito se efetive, faz-se necessário o fomento à formação do docente; quesito intrínseco a um ensino de qualidade. Nessa perspectiva, infere-se que alguns princípios do ensino permeiam a política de atividades extraclasse. Isso porque

esses horários também se firmam como um tempo em que o professor exercita o direito e a liberdade de aprender, pesquisar, ensinar ou coletivizar ideias e concepções pedagógicas. No quesito “Valorização do profissional”, essa política se apresenta como escopo da formação continuada do docente; condição necessária ao exercício do magistério, dada a sua complexidade nos dias atuais. Concernente ao “padrão de qualidade do ensino”, a realização do M2 de maneira eficiente, oportuniza ações coletivas e individuais que colaboram para a oferta de um ensino público de qualidade.

Sobre a primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), verifica-se que esta normativa foi sancionada em 20 de dezembro de 1961, sob o nº 4.024; após 13 anos do primeiro projeto de lei ter sido proposto pelo então ministro de educação Clemente Mariani em 1948 (BRASIL, 1961). Como vem ocorrendo com a atual versão, a primeira LDB também sofreu alterações, decorrentes de reformas trazidas pelas leis nº 5.540/1968 e nº 5.692/1971 (BRASIL, 1968; 1971). Sobre essas mudanças na LDB nº 4.024/1961, Cerqueira, Souza, Mendes (2009) sintetizam:

Na tentativa de organizar o ensino ao novo quadro político (golpe militar de 1964), como instrumento para dinamizar a própria ordem socioeconômica, ajusta-se a LDB 4.024/61, não sendo considerado pelo governo militar a necessidade de editar por completo a lei em questão. Atendendo à ideologia desenvolvimentista adotada pelo governo, ajustou-se a LDB de 61, sancionando a lei de 5.540/68, que reformou a estrutura do ensino superior, sendo por isso, chamada de lei da reforma universitária. Para atender as demandas do ensino primário e médio foi necessária uma nova reforma, instituída pela lei 5.692/71, que alterou a sua denominação para ensino de 1º e 2º graus. Desta forma, as disposições previstas na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 4.024/61, relativas ao primário, médio e superior foram revogadas e substituídas pelo disposto nas duas novas leis sancionadas pelo Congresso (p.2-3).

Concernente às evoluções e adequações que a primeira LDB sofreu no cenário político do país até esta segunda versão, Cerqueira, Souza e Mendes (2009) afirmam que o “caminho percorrido” por essa normativa teve início “pelo processo de democratização liberal assumido no final do Estado Novo que, através da Constituição de 1988, outorgou à União competência para legislar sobre as diretrizes e bases da educação nacional” (p.1).

Considerando ser de competência privativa da União, legislar sobre as diretrizes e bases da educação nacional (art.22, XXIV da CF/1988), esta segunda e também última versão da LDB foi sancionada pelo então presidente Fernando

Henrique Cardoso em 20 de dezembro de 1996 (BRASIL, 1996). Conhecida também como Lei orgânica da educação, a relevância dessa norma se justifica, por ser o instrumento que define as linhas mestras do ordenamento geral da Educação do Estado brasileiro.

Sobre essa questão, Mandelli (2012) afirma que “com a redemocratização do Brasil e a Constituição de 1988, surgiu a necessidade de se garantir novos direitos educacionais” e, nessa seara, a segunda LDB “debateu a autonomia universitária, discutiu a educação a distância, enxergou a educação infantil como etapa da educação básica e detalhou como o dinheiro para a área deve ser gasto” (p.4).

Muito embora a LDB de 1996 tenha sido considerada por Cerqueira, Souza, Mendes (2009) como “a mais completa legislação em favor da educação já redigida”, a Medida Provisória nº 746, de 22 de setembro de 2016 (SENADO FEDERAL, 2016), que a alterou, foi bastante combatida pela sociedade, por contrariar a citada afirmação. A seguir, o Senado Federal, em sua página da *Web*, identifica os principais pontos dessa polêmica MP:

Promove alterações na estrutura do ensino médio, última etapa da educação básica, por meio da criação da Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral. Amplia a carga horária mínima anual do ensino médio, progressivamente, para 1.400 horas. Determina que o ensino de língua portuguesa e matemática será obrigatório nos três anos do ensino médio. Restringe a obrigatoriedade do ensino da arte e da educação física à educação infantil e ao ensino fundamental, tornando as facultativas no ensino médio. Torna obrigatório o ensino da língua inglesa a partir do sexto ano do ensino fundamental e nos currículos do ensino médio, facultando neste, o oferecimento de outros idiomas, preferencialmente o espanhol. Permite que conteúdos cursados no ensino médio sejam aproveitados no ensino superior. O currículo do ensino médio será composto pela Base Nacional Comum Curricular - BNCC e por itinerários formativos específicos definidos em cada sistema de ensino e com ênfase nas áreas de linguagens, matemática, ciências da natureza, ciências humanas e formação técnica e profissional. Dá autonomia aos sistemas de ensino para definir a organização das áreas de conhecimento, as competências, habilidades e expectativas de aprendizagem definidas na BNCC (SENADO FEDERAL, 2016, p.02).

Referente à política de M2, esta última alteração da LDB não trouxe nenhuma inovação, o que não descarta possíveis impactos dessa MP no momento de sua implantação, tendo em vista que ela trouxe mudanças no currículo do EF II e do EM, além de também alterar a carga horária desta última etapa da EB.

Acerca da política de M2, a LDB 9394/96 em seu artigo 67 endossa este direito ao atribuir aos sistemas de ensino a responsabilidade da promoção e valorização do profissional de educação. Também consta neste artigo que é de responsabilidade dos sistemas: a formação continuada, a reserva de tempo para estudos e planejamento dentro da carga horária e a garantia de condições adequadas de trabalho.

Art. 67. Os sistemas de ensino promoverão a valorização dos profissionais da educação, assegurando-lhes, inclusive nos termos dos estatutos e dos planos de carreira do magistério público:

I - ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos;

II - aperfeiçoamento profissional continuado, inclusive com licenciamento periódico remunerado para esse fim;

III - piso salarial profissional;

IV - progressão funcional baseada na titulação ou habilitação, e na avaliação do desempenho;

V - período reservado a estudos, planejamento e avaliação, incluído na carga de trabalho;

VI - condições adequadas de trabalho. (BRASIL, 1996b, p.25 - grifo meu).

Importa dizer que, o termo “formação continuada”, apareceu pela primeira vez no texto da LDB nº 9.394/1996, com a promulgação da lei 12.056, de 13 de outubro e 2009 (BRASIL, 2009); que dispôs sobre a formação dos profissionais da educação. Conforme o 1º § do art. 62 da LDB nº 9.394/1996, modificado pela lei 12.056/2009: “a União, o Distrito Federal, os Estados e os Municípios, em regime de colaboração, deverão promover a formação inicial, a continuada e a capacitação dos profissionais de magistério” (BRASIL, 2009a, p. 24). Vale lembrar que a formação inicial aqui citada, diz respeito à graduação e à oferecida em nível médio, na modalidade “Normal” (BRASIL, 2009a).

Consoante à proposta do M2, este estudo dará ênfase à formação continuada e à capacitação dos professores. Referente a isso, a lei nº 12.056/2009 permitiu a utilização de recursos e tecnologias de Educação a Distância (EaD³) nos cursos de formação e de capacitação dos profissionais do magistério (BRASIL, 2009a). Sobre o financiamento da política educacional, a LDB considerou para efeito de manutenção e desenvolvimento do ensino, despesas que se destinam à

³EaD - Educação a Distância é uma forma de ensino/aprendizagem mediados por tecnologias, que permite que o professor e o aluno estejam em ambientes físicos diferentes.

remuneração e ao aperfeiçoamento do pessoal docente e demais profissionais da educação (BRASIL,1996b).

Concernente à formação docente, prevista na LDB nº 9.394/1996, esta Resolução considerou:

Art. 5º. Os sistemas de ensino, no cumprimento do disposto nos artigos 67 e 87 da Lei 9.394/96, envidarão esforços para implementar **programas de desenvolvimento profissional dos docentes em exercício**, incluída a formação em nível superior, em instituições credenciadas, bem como em **programas de aperfeiçoamento em serviço**. Parágrafo único - A implementação dos programas de que trata o caput tomará em consideração:

I - a prioridade em áreas curriculares carentes de professores; a situação funcional dos professores, de modo a priorizar os que terão mais tempo de exercício a ser cumprido no sistema; III - a utilização de metodologias diversificadas, incluindo as que empregam recursos da educação a distância. (BRASIL,1997, p.1-2 – grifo meu).

Outra norma afirmativa da política de educação veio por meio da Resolução nº 3, de 08 de outubro de 1997, expedida pela Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação – CNE/CEB (BRASIL, 1997). Vale informar que esta resolução, ao disciplinar sobre “os novos planos de carreira e remuneração do magistério” (BRASIL, 1997, p.2) previstos no art.67 da LDB nº 9.394/1996, inferiu um percentual menor de horas de atividades, em relação ao que hoje se encontra estabelecido. Esse percentual se justifica pela LDB nº 9.394/1996 ser uma lei genérica, que estabelece apenas o período de hora-atividade, deixando para a lei específica determinar tal percentual. Veja a seguir, o artigo que demonstra o referido percentual:

IV - a jornada de trabalho dos docentes poderá ser de até 40 (quarenta) horas e incluirá uma parte de horas de aula e outra de horas de atividades, **estas últimas correspondendo a um percentual entre 20% (vinte por cento) e 25% (vinte e cinco por cento) do total da jornada**, consideradas como horas de atividades aquelas destinadas à preparação e avaliação do trabalho didático, à colaboração com a administração da escola, às reuniões pedagógicas, à articulação com a comunidade e ao aperfeiçoamento profissional, de acordo com a proposta pedagógica de cada escola; (BRASIL,1997,p.2).

Cabe dizer que esta última Resolução afirma a importância de os sistemas de ensino considerarem as temáticas trazidas pelos artigos 67 e 87 da LDB, que abordam questões como: a) o aperfeiçoamento profissional continuado; b) o período

reservado a estudos e planejamento; c) as capacitações; d) e a formação inicial e continuada dos docentes.

Outro ordenamento, de grande importância para a categoria de profissionais do magistério, é a Lei nº 11.738/2008, que determinou o piso salarial nacional e a composição da jornada de trabalho do docente (BRASIL, 2008). Embora já tenha sido citada neste trabalho, a título de exemplo, serão transcritos alguns artigos desta lei para melhor contextualizá-la no cenário nacional:

Art. 2º O piso salarial profissional nacional para os profissionais do magistério público da educação básica será de R\$ 950,00 (novecentos e cinquenta reais) mensais, para a formação em nível médio, na modalidade Normal, prevista no art. 62 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

§ 4º Na composição da jornada de trabalho, observar-se-á o limite máximo de 2/3 (dois terços) da carga horária para o desempenho das atividades de interação com os educandos. (BRASIL, 2008, p.2).

Ao fazer um paralelo entre a Resolução 3 do CNE/CEB e a Lei do Piso, quanto ao tempo reservado para as atividades extraclasse, percebe-se que esta última norma garante uma maior vantagem ao servidor. Isso porque, enquanto a Resolução 3 do CNE/CEB propõe 20% (1/5) a 25% (1/4) da jornada de trabalho para as atividades extraclasse, a Lei do Piso amplia esse direito de forma indireta, ao determinar o limite máximo de 2/3 para o desempenho do professor de EB. Nesse sentido, resta a fração de no mínimo 1/3 da jornada para as atividades extraclasse, que, na prática, é um tempo maior.

Referente à política de M2, a lei 10.172, de 09 de janeiro de 2001, que aprovou o PNE, contempla esta política sob o título: “Formação dos Professores e Valorização do Magistério”. Segundo este documento, a melhoria da qualidade do ensino somente poderá ser alcançada se promovida concomitantemente com a valorização do magistério. De acordo esta lei, a valorização do magistério está condicionada às políticas de: formação profissional inicial; condições de trabalho, salário e carreira; e formação continuada do docente (BRASIL, 2001).

Ao considerar essa tríade, em que se assenta a valorização do magistério e que se encontra sob a responsabilidade dos sistemas de ensino, essa norma aponta os seguintes requisitos:

[...] uma formação profissional que assegure o desenvolvimento da pessoa do educador enquanto cidadão e profissional, o domínio dos conhecimentos objeto de trabalho com os alunos e dos métodos pedagógicos que promovam a aprendizagem;

* um sistema de educação continuada que permita ao professor um crescimento constante de seu domínio sobre a cultura letrada, dentro de uma visão crítica e da perspectiva de um novo humanismo;

* jornada de trabalho organizada de acordo com a jornada dos alunos, concentrada num único estabelecimento de ensino e que inclua o tempo necessário para as atividades complementares ao trabalho em sala de aula; * salário condigno, competitivo, no mercado de trabalho, com outras ocupações que requerem nível equivalente de formação (BRASIL, 2001, p.44).

Relativo ao contexto nacional, o Plano Nacional de Educação se estabelece como um instrumento orientador de todos os níveis de governo, por descrever o diagnóstico da política e apresentar princípios, diretrizes, metas e estratégias a serem seguidas pelos entes no enfrentamento dos problemas educacionais do país.

Ao Considerar o PNE atual, instituído pela lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014 (BRASIL, 2014), observa-se que a sua elaboração teve respaldo em duas importantes normas. A primeira delas foi a CF/1988 que previu em seu art. 214 a sua elaboração (BRASIL, 1988), a segunda norma foi a EC nº 59, de 11 de novembro 2009, que mudou a condição do PNE de; uma disposição transitória da LDB nº 9.394/1996, para uma exigência constitucional com periodicidade (BRASIL, 2009). Como consequência dessa última lei, o PNE passou de um plano plurianual para um plano decenal e, com isso, deixou de ser um plano de governo para se tornar um plano de Estado. Com efeito, percebe-se que através da redação dada pela EC à CF/1988, o PNE passou a ser a base para a elaboração dos planos estaduais, distritais e municipais (BRASIL, 2009).

Nessa perspectiva, o quadro a seguir apresenta as finalidades e Metas da política de ensino propostas pelo PNE (2014-2024), a serem atingidas ao longo do decênio pelos entes federados do país. No que tange à política de valorização do magistério, as Metas 15, 16, 17 e 18 se referem, respectivamente, a: i) política de formação dos profissionais da educação; ii) política de formação continuada a todos os profissionais da educação; iii) política de equiparação salarial dos profissionais do magistério das Redes públicas de EB com os demais profissionais com escolaridade equivalente; e iv) política de criação, em todos os sistemas de ensino, de um plano de carreira dos profissionais de EB.

Quadro 1 - Relação entre as finalidades do PNE (2014-2024) e as Metas com mesma proposta

Compromissos Propostos nas Metas do PNE para o decênio (2014-2024)	Bloco de Meta
Metas estruturantes para a garantia do direito à educação básica com qualidade. Dizem respeito ao acesso, à universalização da alfabetização e à ampliação da escolaridade e das oportunidades educacionais.	Meta1, Meta 2, Meta 3, Meta 5 e, Meta 6, Meta 7, Meta 9, Meta 10 e Meta 11
Metas que se propõem à redução das desigualdades e à valorização da diversidade, caminhos imprescindíveis para a equidade.	Meta 4 e Meta 8
Metas de fomento ao ensino superior no país.	Meta 12, Meta 13 e Meta 14
Metas que objetivam a valorização dos profissionais da educação, considerada estratégica para que as metas anteriores sejam atingidas.	Meta 15, Meta 16, Meta 17 e Meta 18
Metas que tratam, respectivamente, da gestão democrática da educação e do financiamento do PNE.	Meta 19 e Meta 20

Fonte: Quadro adaptado do caderno “Conhecendo as 20 Metas do Plano Nacional de Educação” (BRASIL, 2014).

Após sinalizadas as principais leis que embasaram a política de M2 em âmbito nacional, a próxima seção apresentará em linhas gerais, o sistema de ensino da Rede Estadual de Minas Gerais. Serão consideradas as leis que estruturaram esse sistema, bem como as competências e finalidades de alguns de seus órgãos e secretarias. Em seguida, será exposto um recorte do organograma da Rede de ensino, com o objetivo mostrar ao leitor a hierarquia existente entre a Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais e a escola Aquarela.

1.2 Estrutura organizacional da Secretaria de Estado de Educação de Minas gerais

A Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais é uma instituição pública, de caráter administrativo, que faz parte do poder executivo do governo de Minas Gerais e é responsável pela política educacional do estado.

A missão da SEE/MG, enquanto órgão gestor da Educação do Estado é:

Desenvolver e coordenar políticas públicas de educação básica, inclusivas e de qualidade, garantindo plenas condições de funcionamento da rede pública, em especial da rede estadual, promovendo a formação integral dos estudantes, com vistas ao exercício da cidadania e à inserção no mundo do trabalho. (MINAS GERAIS, 2014, p.1).

A visão institucional de futuro que a SEE/MG almeja, é “ser referência pela excelência em educação básica, com qualidade e equidade” (MINAS GERAIS, 2014, p.1). Como valores institucionais, essa Secretaria prima pela “Qualidade; Inclusão e Equidade; Diversidade; Ética; Eficiência; Transparência; Responsabilidade pública; Gestão democrática; Sustentabilidade e; Criatividade e Inovação” (MINAS GERAIS, 2014, s.p.).

Com efeito, a organização do Poder Executivo que vigora no Estado de Minas Gerais, foi definida pelo Decreto nº 45.849, de 28 de dezembro de 2011, e pela lei nº 22.257, de 27 de julho de 2016 (MINAS GERAIS, 2011; 2016c). Embora este último ordenamento tenha revogado a Lei Delegada nº 180, de 20 de janeiro de 2001 (MINAS GERAIS, 200a), o Decreto nº 45.849/2011 ainda permanece vigente (MINAS GERAIS, 2011).

De acordo com a lei nº 22.257/2016, a SEE/MG tem por finalidade: “planejar, dirigir, executar, controlar e avaliar as ações setoriais a cargo do Estado relativas à promoção da educação com a participação da sociedade” (MINAS GERAIS, 2016c, p.8).

Segundo esta última norma, a Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais tem como competência:

Planejar, dirigir, executar, controlar e avaliar, com a participação da sociedade, as ações relativas à garantia e à promoção da educação, com vistas ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho, à redução das desigualdades regionais, à equidade de oportunidades e ao reconhecimento da diversidade cultural (MINAS GERAIS, 2016a, p.1).

Outras competências da SEE/MG se encontram elencadas no Decreto nº 45.849/ 2011, que serão vistas a seguir. Nessa perspectiva, alguns desses incisos foram grifados, por impactarem diretamente na política de M2 nas escolas.

- I – formular e coordenar a política estadual de educação e supervisionar sua execução nas instituições que compõem sua área de competência;**
- II – formular planos e programas em sua área de competência, observadas as diretrizes gerais de Governo, em articulação com a Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão – SEPLAG;
- III – estabelecer mecanismos que garantam a qualidade do ensino público estadual;**

IV – promover e acompanhar as ações de planejamento e desenvolvimento dos currículos e programas e a pesquisa referente ao desenvolvimento escolar, viabilizando a organização e o funcionamento da escola;

V – realizar a avaliação da educação e dos recursos humanos no setor, gerando indicadores educacionais e mantendo sistemas de informações;

VI – desenvolver parcerias, no âmbito da sua competência, com a União, Estados, Municípios e organizações nacionais e internacionais, na forma da lei;

VII – fortalecer a cooperação com os municípios, com vistas ao desenvolvimento da educação básica no Estado;

VIII – coordenar a gestão e a adequação da rede de ensino estadual, o planejamento e a caracterização das obras a serem executadas em prédios escolares, o aparelhamento e o suprimento das escolas e as ações de apoio ao aluno;

IX – exercer a supervisão das atividades dos órgãos e entidades de sua área de competência;

X – definir, coordenar e executar as ações da política de capacitação dos educadores e diretores da rede pública de ensino estadual, observadas as diretrizes estabelecidas pela SEPLAG;

XI – coordenar, em articulação com a SEPLAG, a gestão das carreiras da educação;

XII – divulgar as ações da política educacional do Estado e seus resultados, em articulação com a Subsecretaria de Comunicação da Secretaria de Estado de Governo – SEGOV; e

XIII – exercer atividades correlatas. (MINAS, 2016b, p.1 - Grifo meu).

Concernente à política de formação do docente promovida pela Rede Estadual, há na capital do Estado a escola MAGISTRA - a escola da escola – que se identifica como a Escola de Formação e Desenvolvimento Profissional de educadores de Minas Gerais. Cabe informar que essa instituição foi criada pela lei delegada nº 180, de 20 de janeiro de 2011(MINAS, 2017, p.1).

Segundo o *site* da MAGISTRA, esta tem como objetivo:

[...] promover a formação e a capacitação de educadores, de gestores e demais profissionais da Secretaria Estadual de Educação (SEE), nas diversas áreas do conhecimento e em gestão pública e pedagógica. Além disso, visa ao fortalecimento da capacidade de implementação de políticas públicas de educação. Sua proposta de formação e de desenvolvimento profissional se estabelece na perspectiva de reafirmar a interface educação/sociedade e vinculando-a aos conceitos de diálogo, integração, articulação, convergência, experimentação e inovação. (MINAS, 2017b, p.1).

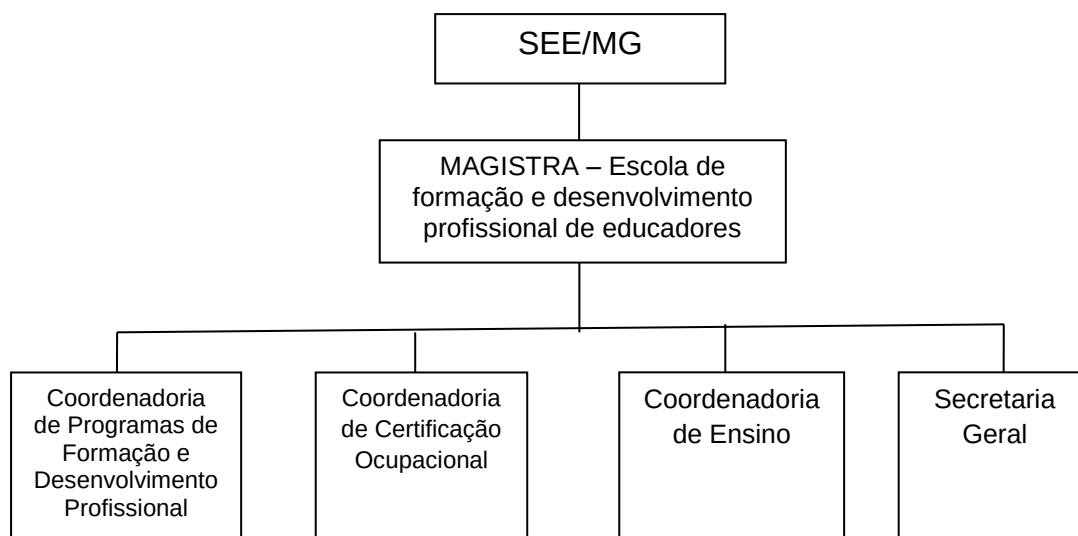
De acordo com o mesmo *site*, além dos profissionais estaduais de educação, integra a proposta de formação da escola MAGISTRA, o conjunto de profissionais da

Rede municipal do Estado de Minas Gerais. O trabalho de formação e de capacitação destes profissionais por ela atendidos se pauta pela atuação com grupos representativos de docentes, com vistas a que estes se transformem em agentes multiplicadores ao retornar para suas escolas e logradouros de origem (MINAS GERAIS, 2017b, p.1).

A Rede mineira de formação de Educadores, construída para dar suporte às ações da MAGISTRA compreende:

- Centro Universitário de Belo Horizonte – UNIBH;
- Centro Universitário do Leste de Minas Gerais UNILESTE;
- Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro – IFTM;
- Minas Gerais Educação S/A - UNA;
- Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais – PUC/MG;
- Universidade de Uberaba - UNIUBE;
- Universidade do Estado de Minas Gerais - UEMG;
- Universidade Estadual de Montes Claros - UNIMONTES;
- Universidade Federal de Alfenas - UNIFAL;
- Universidade Federal de Itajubá - UFI;
- Universidade Federal de Juiz de Fora - UFJF;
- Universidade Federal de Lavras - UFLA;
- Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG;
- Universidade Federal de Ouro Preto - UFOP;
- Universidade Federal do Triângulo Mineiro - UFTM;
- Universidade Federal de Uberlândia - UFU;
- Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri - UFVJM;
- Universidade Vale do Rio Doce - UNIVALE;
- Universidade Vale do Rio Verde de Três Corações - UNINCOR.

A Figura 1, a seguir, traz o Organograma da MAGISTRA:

Figura 1 - Organograma da MAGISTRA

Fonte: Minas Gerais (2017d).

Nos anos seguintes à LDB nº 9394/1996, a SEE/MG, promoveu uma política de formação inicial e continuada dos professores em exercício da Rede pública de ensino do Estado. Em vista disso e em caráter exemplificativo, serão apresentados alguns desses programas que foram fomentados por essa Secretaria pós LDB/96.

Posto isto, temos que um dos primeiros programas, fomentado pela Rede mineira, foi citado por Dias (2001) em seu trabalho intitulado “Habilitando-se professor: experiência concreta de valorização do profissional de Educação Infantil em exercício nas creches e escolas de Minas”. Segundo esta autora, o Programa Emergencial de Habilitação Profissional em Nível Médio, do professor de Educação Infantil em exercício, foi articulado pela SEE/MG em parceria com a UFMG e outras oito universidades integrantes do Programa Minas Universidade Presente⁴. Também foi parceira desse curso de formação a Secretaria de Estado do Trabalho, da Assistência Social, da Criança e do Adolescente (SETASCAD/MG) e Prefeituras Municipais. Nesse programa de formação inicial, coube às instituições de nível superior ministrar os cursos de nível médio; cujas certificações foram expedidas pelas escolas Normais Integrantes do Sistema Estadual de Ensino. Esta parceria foi formada com o objetivo de fazer cumprir a LDB/96 e o Parecer CNE/CEB nº 04/00 referente às Diretrizes Operacionais para a Educação Infantil. Esse programa da

⁴ Minas Universidade Presente: Universidade Federal de Uberlândia (UFU); Universidade Federal de Viçosa (UFV); Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF); Fundação de Ensino Superior de São João del Rei (Funrei); Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG); Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes); Centro Universitário do Leste de Minas (Unileste); Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC/Minas).

SEE/MG teve como público-alvo os professores leigos, que atuavam na Rede em creches e pré-escolas, e que se encontravam na eminência de perder o emprego, devido ao previsto nas leis vigentes. Diante dessa realidade, a formação em nível médio desses profissionais foi aprovada pelo Conselho Estadual de Educação em novembro de 2000, com previsão de duração até 2007; prazo final da Década da Educação estabelecido pela LDB/96 (DIAS, 2001).

A formação inicial em nível superior também foi oferecida pela Rede Estadual de Educação em 2002. Nesta ocasião, a SEE/MG formou aproximadamente 14 mil professores-alfabetizadores no Curso Normal Superior à distância; denominado, na época, de “Projeto Veredas”. De acordo com o *sítio* da SEE/MG, o “Veredas” foi concebido especialmente para os professores que atuavam nas séries iniciais das escolas públicas e realizado em 7 Módulos, no prazo de três anos e meio; sendo os professores capacitados em serviço. Para a viabilidade desse Projeto, a SEE/MG contou com a parceria de 18 instituições de ensino superior em todo o Estado e firmou convênio com 650 municípios do Estado (MINAS, 2005).

Outra formação docente que teve grande relevância no cenário educacional do estado ocorreu em 2015; ocasião em que a SEE/MG em parceria com o Ministério de educação, uma Rede de universidades federais e estaduais e as Redes estaduais e municipais de ensino capacitaram professores alfabetizadores na segunda edição do Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (PNAIC). Vale informar que o compromisso do PNAIC era assegurar que todas as crianças matriculadas nas escolas das Redes estaduais, municipais, urbanas ou rurais fossem alfabetizadas em Língua Portuguesa e Matemática até os oito anos de idade (MINAS GERAIS, 2016, p.01). Melhor dizendo, o PNAIC foi proposto para atender a Meta 5 do PNE, que estabelece a obrigatoriedade de “alfabetizar todas as crianças, no máximo, até o final do 3º (terceiro) ano do ensino fundamental”. Segundo o *site* da SEE/MG, em 2015, 8.120 professores que atuavam no EF I tiveram formação continuada nas áreas de Língua Portuguesa e Matemática por meio do PNAIC. Vale lembrar que em 2013, os professores tiveram formação em “Alfabetização e Letramento em Língua Portuguesa” e “Alfabetização Matemática” em 2014 (MINAS GERAIS, 2016, p.01).

Outra política de âmbito nacional, orquestrada em 2015 pela SEE/MG, junto aos professores de sua Rede de Ensino, foi o Pacto Nacional pelo Fortalecimento do Ensino Médio (PNEM). De iniciativa do Ministério da Educação (MEC), o PNEM tinha

por objetivo elevar o padrão de qualidade do Ensino Médio e de suas diferentes modalidades. No fomento a esta política, a SEE/MG em parceria com a UFMG, UFV, UFJF, UFU, UFTM, Unimontes, UEMG e Unifei capacitou 38.000 professores que atuavam em sala de aula; além dos 2.000 educadores que atuaram no programa como orientadores (MINAS GERAIS, 2016, p.01).

Outra recente formação de educadores ocorreu em 2016, ocasião em que a SEE/MG e a UFMG, por meio da TEIA⁵, ofereceram formação continuada a 600 educadores que atuavam na Educação em Tempo Integral sob a jurisdição das Superintendências Regionais de Ensino Metropolitanas A, B e C, Montes Claros e Leopoldina. O referido curso foi formatado em oito módulos na modalidade semipresencial, sendo que os primeiros encontros ocorreram nos dias 05 e 12 de março daquele ano nas respectivas SREs. De acordo com o *site* da Secretaria, além dos encontros presenciais, esses educadores também participaram de fóruns virtuais, onde tiveram a oportunidade de trocar experiências com seus pares. É importante dizer que o objetivo da Secretaria, com esse curso, foi proporcionar, aos educadores, um espaço de reflexão sobre a concepção da Política de Educação em Tempo Integral e mapear os territórios educativos, ação fundamental na implementação dessa política nas escolas (MINAS, 2016f, p.1-2).

Como dito anteriormente, esta seção não teve como pretensão falar de todos os cursos de formação de professores que foram promovidos pela SEE/MG ao longo desses anos. Nesta perspectiva, os exemplos mostram que os cursos são criados para cumprir o que fora previsto em lei, suprir demandas por professores habilitados em algumas épocas, implantar alguma política de ensino, ou melhorar a oferta do ensino, através da formação continuada, e em serviço, desses profissionais.

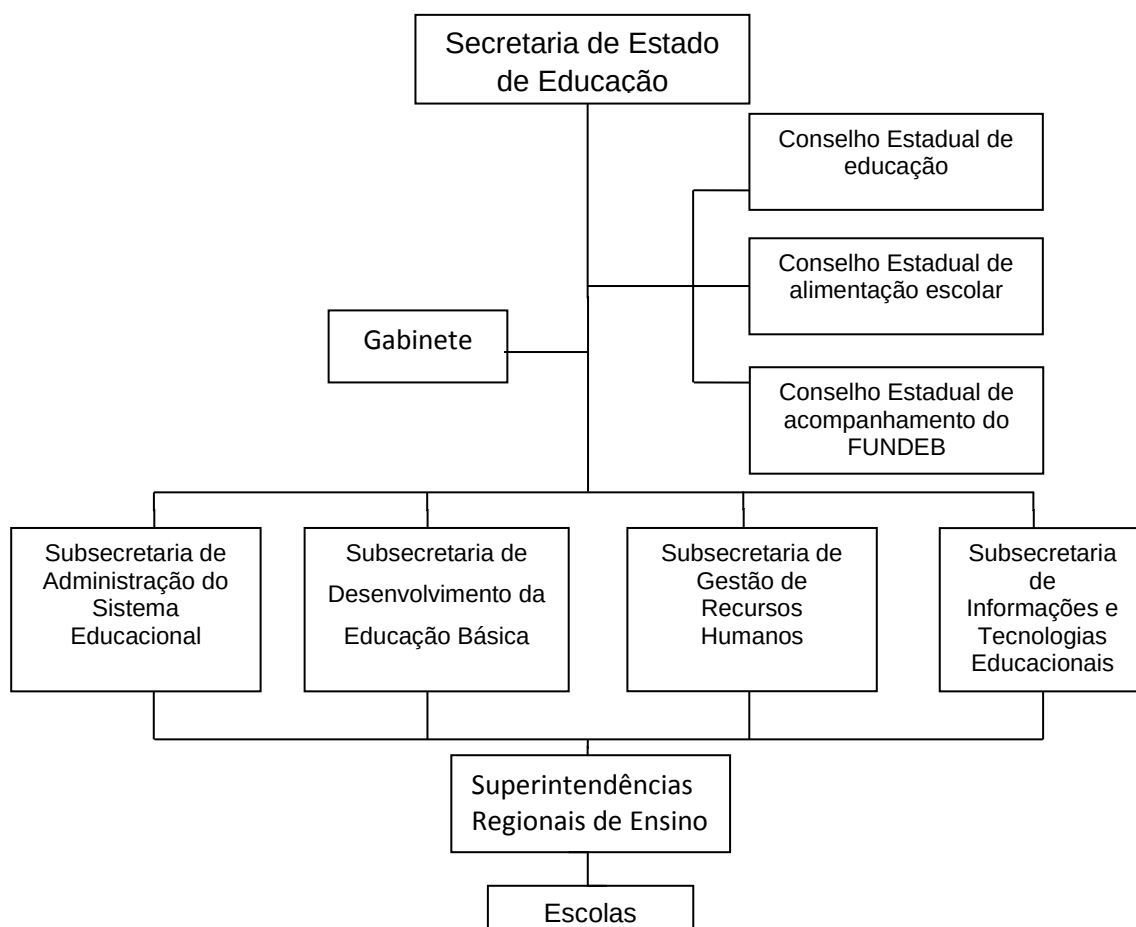
Atualmente, agosto de 2017, a SEE lançou o Programa Impulsiona, cuja finalidade é a formação continuada de educadores na modalidade EaD para professores de educação Física, especialistas das escolas e professores do Eixo Esporte e Laser da Educação em Tempo Integral (ETI) (MINAS GERAIS, 2017, p.01). O último curso da SEE/MG a ser apresentado neste trabalho, oferecerá 6.080 vagas de curso Médio Normal para professores que atuam em creches e pré-

⁵ TEIA – Territórios, educação Integral e cidadania criado em 2008, na faculdade de educação da UFMG, busca ser um núcleo de articulação entre as várias ações de pesquisa, ensino e extensão no campo da educação integral e cidadania. Configura-se como um espaço de reflexão e intervenção voltado para a garantia da educação como um direito individual e coletivo, necessária para a construção de uma sociedade democrática e inclusiva (minas Gerais, 2016).

escolas e não possuem esta habilitação. Poderão fazer parte deste programa os alunos egressos do EM ou que ainda estejam cursando este nível de ensino; ou o profissional com formação em nível superior e sem habilitação para a docência na Educação Infantil. De acordo com Oliveira (2017) a decisão da SEE/MG em autorizar a abertura de 152 novas salas para o curso Normal tem por objetivo “atender as demandas de universalização da Educação Infantil (Meta 1 do PNE) e promover uma base curricular para os formados do estado” (Minas Gerais, 2017).

Buscando compreender as relações hierárquicas da Rede Pública de Ensino, a Figura 2 a seguir, mostra um recorte da estrutura organizacional existente no Estado de Minas Gerais que vincula a SEE/MG às escolas. Vale registrar que este organograma está de acordo com o Decreto nº 45.849/2011 e, portanto, não apresenta a Fundação Helena Antipoff; entidade que foi vinculada à SEE/MG em 2016, por meio da lei nº 22.257/2016.

Figura 2 - Recorte do Organograma da SEE/MG



Fonte: Decreto nº 45.849/2011 (MINAS GERAIS, 2011b).

Cabe registrar que este recorte da estrutura da educação pública do Estado, mostra-se suficiente ao trabalho, por conter os órgãos diretamente vinculados à SRE-Pirapora e à escola Aquarela. Apesar de reconhecer a importância dos demais órgãos no fomento ao ensino do Estado, são os contidos nesse recorte, que devem ser apresentados nesta pesquisa.

Dando continuidade ao estudo, temos os Conselhos que, de acordo com o Decreto nº 45.849/2011, integram a área de competência da SEE, estando a ela vinculados. Como visto no organograma, estes são os três conselhos: o Conselho Estadual de Educação (CEE), o Conselho Estadual de Alimentação Escolar (CAE) e o Conselho Estadual de Acompanhamento e Controle do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB). Vale lembrar novamente que, com o surgimento da lei nº 22.257/2016, a Fundação Helena Antipoff integrou, por vinculação, a área de competência da SEE/MG no mesmo grau hierárquico destes três conselhos.

Conforme dita o art. 60 da lei nº 22.257/2016, a Fundação Helena Antipoff tem, como competência:

Promover cursos de educação básica e profissional, bem como ações educacionais que conduzam à formação de cidadãos conscientes de sua responsabilidade ética e social, observada a política formulada pela SEE para sua área de atuação (MINAS GERAIS, 2016c, p.18).

Outro órgão existente nesta estrutura é o Gabinete, que tem como uma de suas competências a de garantir o assessoramento relativo a assuntos administrativos e políticos à Secretária Estadual de Educação e ao secretário adjunto. Também faz parte de sua função, articular a comunicação direta entre a SEE/MG, a Assembleia Legislativa do Estado de Minas (ALEMG) e os demais órgãos e entidade da administração pública do Estado. Também cabe ao Gabinete: coordenar e executar atividades de atendimento e informação ao público e demais autoridades; providenciar o atendimento de consultas pertinentes às unidades a ele subordinadas; acompanhar as atividades de comunicação social do órgão central (SEE/MG) e promover a integração deste com as entidades a ele vinculadas (MINAS GERAIS, 2011a).

Compondo este conjunto estrutural, encontram-se quatro subsecretarias, sendo elas: (i) a Subsecretaria de Administração do Sistema Educacional; (ii)

Subsecretaria de Desenvolvimento da Educação Básica, (iii) Subsecretaria de Gestão de Recursos Humanos; e (iv) Subsecretaria de Informações e Tecnologias Educacionais. A título de informação, todas essas subsecretarias estão sediadas em Belo Horizonte/MG.

Buscando dar maior visibilidade às finalidades de cada subsecretaria, o Quadro 2, a seguir, permite ao leitor comparar as áreas pelas quais estes órgãos são responsáveis.

Quadro 2 - Subsecretarias da SEE/MG e suas respectivas finalidades

Decreto 45.849 de 27 de dezembro de 2011 que dispõe a organização da Secretaria de Estado de Educação	
Artigo/ Subsecretaria	Finalidade da Subsecretaria segundo o Decreto 45840/2011
Art.12/ Subsecretaria de Desenvolvimento da Educação Básica	Definir e coordenar a implantação da política educacional do Estado no que se refere ao desenvolvimento e avaliação da educação básica, nos diversos níveis e modalidades, à gestão educacional e ao atendimento e organização escolar.
Art.28/ Subsecretaria de Informações e Tecnologias Educacionais	Planejar, implementar, monitorar e avaliar as atividades de gestão da informação e gestão da infraestrutura de tecnologia da informação e comunicação, no âmbito da Unidade Central, Superintendências Regionais de Ensino e Escolas Estaduais.
Art. 29/ Subsecretaria de Gestão de Recursos Humanos	Coordenar o planejamento, implementação e avaliação das ações referentes à administração de pessoal e à gestão e desenvolvimento de recursos humanos, observando a política e as diretrizes da administração pública estadual.
Art. 49 Subsecretaria de Administração do Sistema Educacional	Coordenar e promover ações que garantam a eficácia e a eficiência do sistema de ensino e do gerenciamento estratégico administrativo da SEE, em consonância com as políticas e diretrizes do sistema de planejamento, orçamento, gestão e finanças do Estado.

Fonte: Decreto nº 45.849/2011 (MINAS GERAIS, 2011b).

No nível dos municípios, as Superintendências Regionais de Ensino (SREs) são os entes administrativos que fazem a ponte entre a SEE/MG e as entidades de ensino sob suas jurisdições. Em nível regional e em consonância com a política educacional, cada SRE tem por finalidade: fomentar ações de supervisão técnica, orientação normativa, cooperação, articulação e integração entre Estado e Município.

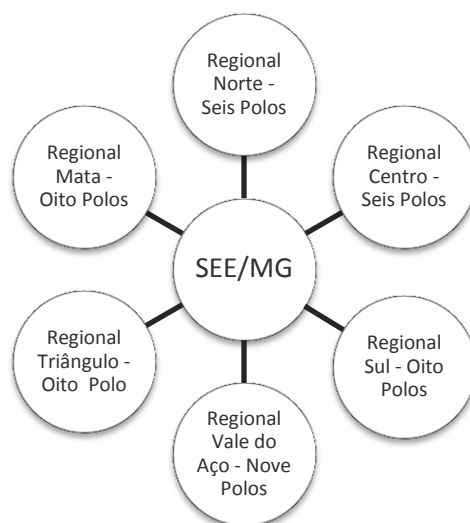
Compete às SREs do Estado de Minas Gerais:

- I - promover a coordenação e implantação da política educacional do Estado no âmbito de sua jurisdição;
- II - orientar as comunidades escolares e prefeituras municipais na elaboração, acompanhamento e avaliação dos planos, programas e projetos educacionais;
- III - promover o desenvolvimento de recursos humanos em consonância com as diretrizes e políticas educacionais do Estado;
- IV - coordenar os processos de organização do atendimento escolar e de apoio ao aluno;
- V - propor a celebração e acompanhar a execução de convênios e contratos e termos de compromisso;
- VI - aplicar as normas de administração de pessoal, garantindo o seu cumprimento na respectiva jurisdição;
- VII - planejar e coordenar as ações administrativas e financeiras necessárias ao desempenho das suas atividades;
- VIII - coordenar o funcionamento da Inspeção Escolar no âmbito da sua jurisdição;
- IX - coordenar e promover a produção de dados e informações educacionais na sua jurisdição;
- X - exercer outras atividades correlatas. (MINAS GERAIS, 2011b, p.18).

No fomento à política de ensino, 45 SREs atendem os 853 municípios que formam o estado de Minas Gerais. Nesse sentido, para uma melhor coordenação dessa política nos municípios, a SEE/MG agrupou essas SREs em seis Polos Regionais distribuídos ao longo do Estado. Importa registrar que o quantitativo de escolas estaduais existentes em Minas em maio de 2017, segundo a Diretoria de Informação e Educação da SEE/MG, era de 3.638 estabelecimentos de ensino ativos, distribuídos nessas 45 SREs.

A Figura 3 a seguir, mostra o quantitativo de SREs por Polos no Estado de Minas Gerais.

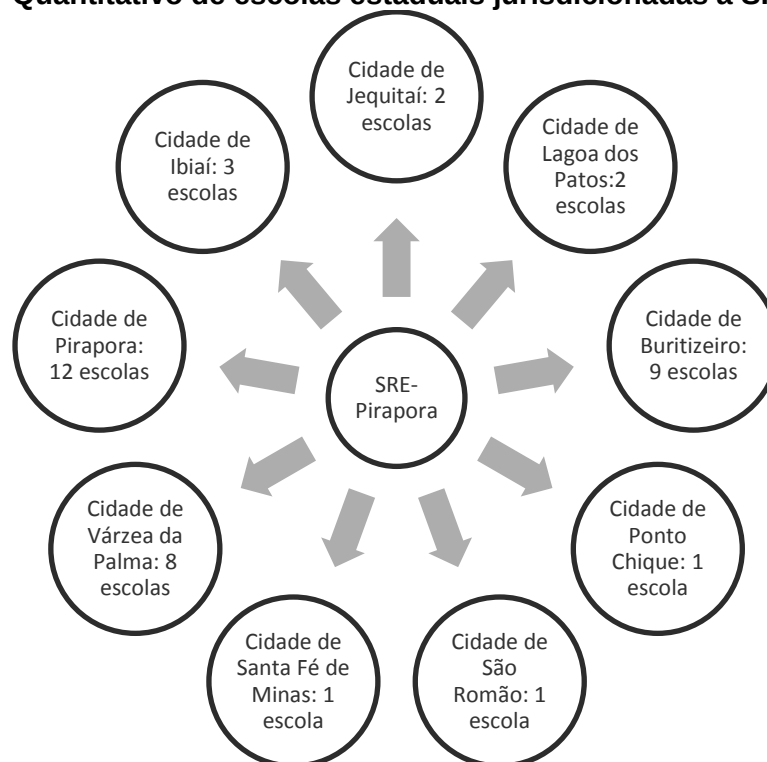
Figura 3 - Distribuição de SREs no estado de Minas Gerais por Polos Regionais



Fonte: Minas Gerais (2017a).

A título de conhecimento, a escola Aquarela se encontra na Regional Norte, subordinada à SRE-Pirapora que, por sua vez, atende a 39 escolas distribuídas em nove municípios da região. Nessa perspectiva, a Figura 4 a seguir, mostra as cidades cujas escolas estaduais estão sob a jurisdição da SRE-Pirapora:

Figura 4 - Quantitativo de escolas estaduais jurisdicionadas à SRE-Pirapora



Fonte: Minas Gerais (2017a).

Após, consideradas as relações hierárquicas existentes entre os órgãos e as entidades que compõem a estrutura organizacional do Sistema Mineiro de Educação, a próxima seção discorrerá sobre os atos administrativos que respaldaram a prática das atividades extraclasse das escolas da Rede Estadual de Minas Gerais.

1.3 Marcos normativos estaduais referentes às atividades extraclasse

Ao fazer uma análise das primeiras normas que respaldaram a prática do M2 nas escolas públicas de Minas Gerais, trago para este trabalho o Estatuto do Pessoal do Magistério Público do Estado de Minas Gerais (EPMPEMG), instituído pela lei nº 7.109, de 13 de outubro de 1977 (MINAS GERAIS, 1977). O EPMPEMG se trata do primeiro instrumento a prever essa prática nas escolas públicas e a definir uma carga horária de 24 h/a semanais, como temos atualmente. Vale registrar que, a lei nº 6.277 de 27 de dezembro de 1973 (MINAS GERAIS, 1973) que antecedeu o EPMPEMG, considerava a carga horária semanal do PEB de 20 h/a semanais e não previa a distribuição da respectiva carga horária entre os M1 e M2.

Portanto, o EPMPEMG foi o primeiro ordenamento do Estado a estabelecer o regime básico de 24 h/a semanais, compreendendo 18 h/a de M1, atividades com os alunos da turma; e 6h/a de M2, atividades extraclasse de caráter pedagógico, formativo e informativo. É importante ressaltar que além de reservar parte da carga horária às atividades extraclasse, este Estatuto considerou os intervalos de recreio e as “janelas”⁶, como sendo tempo de efetivo cumprimento de M2.

Concerne aos horários de M1 e M2, o EPMPEMG identificou as ações a serem executadas em cada um deles e definiu as atribuições específicas do professor. Posto isso, essas atribuições podem ser verificadas em seguida, conforme transcrição literal do inciso I, do art. 13 desse mesmo ordenamento:

I - de Professor, o exercício concomitante dos seguintes módulos de trabalho: módulo 1: regência efetiva de atividades, área de estudo ou disciplina; módulo 2: elaboração de programas e planos de trabalho, controle e avaliação do rendimento escolar, recuperação dos alunos, reuniões, auto-aperfeiçoamento, pesquisa educacional e cooperação, no âmbito da escola, para aprimoramento tanto do processo ensino-

⁶ Janelas: são os intervalos entre as aulas de um mesmo turno.

aprendizagem, como da ação educacional e participação ativa na vida comunitária da escola; (MINAS GERAIS, 1977, p.3).

É importante pontuar que não há, no EPMPEMG, a previsão do local de realização do M2 e muito menos se destina uma carga horária específica às reuniões coletivas. O silêncio dessa norma, quanto ao local de realização do M2, pode ter sido um dos fatores que levou essa política a ser deixada em segundo plano, tanto no âmbito escolar, quanto na Rede de ensino. Percebe-se que a ausência dessa instrução contribuiu para uma cultura de que as horas efetivamente trabalhadas pelo professor são apenas as que são cumpridas em sala de aula ou na presença dos alunos. Por conseguinte, essa ideia errônea ocasionou em uma prática do M2 pouco efetiva/frequente no ambiente escolar e contribuiu para um quantitativo expressivo de docentes que ainda resistem à sua implantação. Com efeito, o resquício dessa cultura ainda persiste na escola Aquarela, onde alguns professores consideram estes horários com pouca influência sob sua prática do ensino.

Um ponto que chama a atenção no EPMPEMG foi oportunizar ao professor interagir com seus alunos durante o M2, isso porque no bojo das ações realizáveis nesses horários, se encontrava a “recuperação de alunos”; atividade não mais aceita conforme as normas atuais. Ao refutar essa prática no horário de M2, vemos que o legislador atual propicia, ao professor, se afastar de sua prática de ensino, dando condição a este profissional de rever sua didática de forma crítica e consciente. Portanto, esta é, sem dúvidas, uma das vantagens do desenho atual da política de M2, que é a de garantir o direito do professor de se recriar enquanto educador.

Entre as leis educacionais que sucederam ao EPMPEMG, vemos que tanto a lei nº 9.381, de 18 de dezembro de 1986, que instituiu o Quadro de Pessoal das unidades estaduais de ensino (MINAS GERAIS, 1986), como a lei nº 15.293, de 02 de julho de 2004, que estabeleceu as Carreiras dos Profissionais de Educação Básica do Estado (CPEBE) (MINAS GERAIS, 2004), permaneceram com a mesma proporcionalidade de horas de M2 fixada pelo EPMPEMG. Um ponto divergente entre essas duas primeiras normas se refere ao número de aulas semanais do cargo de PEB. Nesse sentido, enquanto a lei nº 9.381/1986 considerou um cargo de no mínimo 5 h/a e no máximo 18 h/a semanais, a lei nº 15.293/04 por sua vez, considerou que em caráter excepcional o cargo efetivo e de mesmo conteúdo

curricular poderia ser provido por no mínimo 7 h/a e no máximo 24 h/a semanais (MINAS GERAIS, 1986; 2004).

Visando atender a esses novos quantitativos de aulas do cargo, o cálculo do M2 na lei nº 15.293/2004 foi determinado da seguinte forma: para cada conjunto de 3 h/a de M1 semanal, o professor faria 1 h/a de M2 (MINAS GERAIS, 2004). Essa proporcionalidade gerou a seguinte situação: professores detentores de cargos com 9, 10 ou 11 aulas, por exemplo, tinham a obrigatoriedade de cumprir o mesmo quantitativo de horas de M2. Essa disparidade foi mais tarde corrigida e, atualmente, são previstos horários de M2 em carga horária de até uma aula semanal.

Sobre a questão da formação continuada, o artigo 4º, inciso I, alínea b da lei nº 15.293/2004, determina:

Art. 4º - A estruturação das carreiras dos Profissionais de Educação Básica tem como fundamentos:

I - a valorização do profissional da educação, observados:

a) a unicidade do regime jurídico;

b) a manutenção de sistema permanente de formação continuada, acessível a todo servidor, com vistas ao aperfeiçoamento profissional e à ascensão na carreira. (MINAS GERAIS, 2004, p.2 – Grifo meu).

Apesar da lei nº 15.293/2004 prever a “manutenção de um sistema de formação continuada” (MINAS GERAIS, 2004, p.4), percebe-se que este sistema ainda não foi implementado na Rede de maneira a atingir todos seus servidores. A inobservância desse direito representa, com singularidade, a desvalorização dos profissionais do magistério, já que a ausência desse sistema de formação continuada impossibilita que muitos servidores possam ascender em suas carreiras. Como consequência, tem-se uma Rede de ensino em que a maioria dos seus profissionais estaciona na própria graduação. Além disso, os que buscam se qualificar se veem obrigados a arcar com os altos custos de sua formação em entidades de ensino privadas.

Embora a alínea c desse último artigo, ratifica a necessidade de se estabelecer critérios que privilegiem a formação em serviço, preponderantemente sobre o tempo de serviço do servidor (MINAS GERAIS, 2004), nota-se que a aplicação imediata dessa norma desfavorece a equidade, tendo em vista que a Rede ainda não ofertou a formação continuada a todos os seus servidores.

Outro fundamento aquiescido nesse instrumento foi a “humanização da educação pública” através da garantia do “oferecimento de condições de trabalho adequadas” (MINAS GERAIS, 2004, p.4). É importante dizer que a “humanização da educação” é uma premissa da política de M2, considerando que estas horas concorrem para a melhoria das condições de trabalho do docente e da oferta do ensino público de qualidade.

Dando continuidade ao estudo, é necessário mencionar que algumas leis, que serão apresentadas, foram anteriormente citadas neste trabalho. Todavia, é preciso revê-las para uma melhor compreensão dessa política no cenário estadual. Feita a justificativa, a próxima lei a ser estudada é a de nº 20.592, de 28 de dezembro de 2012, que foi criada para contemplar os preceitos contidos na Lei do Piso, após o julgamento da ADI nº 4.167 pelo STF.

Portanto, a equiparação das horas de atividades extraclasse à proporção de 1/3 da carga horária do PEB, como previsto na Lei do Piso, se efetivou na Rede pública, com a publicação da lei estadual nº 20.592/12. A seguir, veja o parágrafo da lei que afirma esse direito:

§ 1º A carga horária semanal de trabalho do Professor de Educação Básica compreenderá:
I - dezesseis horas destinadas à docência;
II - oito horas destinadas a atividades extraclasse, observada a seguinte distribuição:
a) quatro horas semanais em local de livre escolha do professor;
b) quatro horas semanais na própria escola ou em local definido pela direção da escola, sendo até duas horas semanais dedicadas a reuniões. (MINAS GERAIS, 2012b, p.4).

Cabe dizer que essa última norma estadual inovou, ao pronunciar sobre os possíveis locais de realização do M2 e destinar parte destes horários para as reuniões de caráter coletivo, haja vista que a Lei do Piso não pronunciou sobre essas questões. É importante notar que embora essa lei admita o caráter discricionário na alínea “a”, ao facultar a escolha pelo professor do local de cumprimento das quatro horas de M2, considera o caráter vinculante na alínea b; ao se referir ao restante das horas.

Além disso, as “horas semanais de livre escolha do professor” podem ser consideradas momentos significativos e produtivos de M2. Entretanto, como o cumprimento não cabe registro, há inúmeras falácias quanto ao seu efetivo

cumprimento, por parte dos que não conhecem o cotidiano de um professor. Como bem dito pelo Ministro Ayres Brito, na ocasião do julgamento da ADI 4.167.

[...] O professor é diferente. Ele não se desvencilha da sala de aula, não descarta a sala de aula como se fosse o descarte de uma gravata, de um paletó, de uma calça. A sala de aula acompanha o professor vida afora. Professor que é professor, vocacionado, ele está com a sala de aula, com os alunos, com as matérias a ensinar permanentemente na sua cabeça [...] (STF, 2011, p. 116).

Sobre essa fala do Ministro, poder-se-ia apontar inúmeras situações em que o professor trabalha, mesmo estando fora da escola. Um exemplo disso ocorre geralmente, quando o professor assiste a um filme e percebe que pode levá-lo para sala de aula. O momento em que esse professor planeja como será abordada a temática do filme em aula é inquestionavelmente o M2. Todavia, como quantificar esse tempo? Diante dessa característica peculiar da docência, essas horas de “livre escolha do professor” são soberanas para o exercício da profissão. Outros exemplos menos polêmicos são os trabalhos que o professor faz em sua casa como: a confecção e correção de provas e trabalhos, a atualização dos diários de classe, a elaboração de planos e as leituras. Também há o caso de o professor que costuma fazer visitas técnicas, passeios ou viagens com os alunos e, para evitar possíveis intercorrências nestas aulas, busca conhecer o local de destino previamente. Nesse sentido, percebe-se, com esses exemplos, que o as horas de M2, além de poderem ser cumpridas na escola, podem também ser cumpridas em ambientes extra-escola.

É importante salientar que, embora a alínea “b” considere a possibilidade de cumprir quatro horas de M2 em local externo à escola, a escola Aquarela sempre foi o palco principal para a realização destes horários. Isso pode ser facilmente verificado, tendo em vista que essas quatro horas se subdividem em duas horas de M2 individual e duas horas de M2 coletivo; sendo ambas realizadas costumeiramente no interior da escola.

Relativo à carga horária das reuniões coletivas que não foram utilizadas pela direção, essa lei determina o redirecionamento dessas horas ao professor para que este faça as atividades extraclasse. Importa dizer que não há registro ou qualquer evidência na escola Aquarela que comprove tal fato.

Considerando os autores envolvidos na prática do M2, vemos que diferentemente da lei nº 7.109/77, que previa a interação professor-aluno nos horários de M2, a lei nº 20.592/2012 não permitiu este tipo de arranjo e se posicionou contrária a essa prática, ao vedar a utilização dos horários de M2 na substituição eventual de professores (MINAS GERAIS, 2012b). Outra novidade trazida por esse último ordenamento foi possibilitar, ao professor inscrito em cursos de capacitação ou atividades de formação promovidas ou autorizadas pela SEE/MG, compensar, com a frequência nesses cursos, os horários de M2 individuais, a serem cumpridos na escola. No entanto, para que essa prerrogativa seja válida, faz-se necessário que o professor apresente, ao gestor escolar, o certificado de presença e conclusão nos referidos cursos. Contudo, de acordo com a lei atual, essa compensação de carga horária atinge apenas o M2 individual e deve ter a anuência prévia da direção escolar (MINAS GERAIS, 2012b). Percebe-se, com isso, que, ao negar a compensação do M2 coletivo com esses cursos, o legislador toma por relevante o diálogo entre gestores e professores na política de ensino.

No intuito de cumprir a Lei do Piso e tendo em vista o disposto na lei nº 15.293/2004 e na lei nº 20.592/2012, o governo de Minas sancionou o Decreto nº 46.125/2013 (Anexo B) que trouxe a equidade entre o tempo para a execução do M2 proporcional à carga horária semanal do PEB (MINAS GERAIS, 2004; 2012; 2013). Seguidamente à lei nº 20.592/2012, a SEE-MG expediu em 09 de janeiro de 2013, a Resolução nº 2.253 (MINAS GERAIS, 2013b) que suscitou inúmeras consultas sobre como as escolas deveriam proceder para cumprir o M2. Em decorrência do número expressivo desses questionamentos, junto à SEE-MG e às SREs, fez-se necessária a expedição do ofício circular nº 1801/13 - destinado aos estabelecimentos públicos de Educação Básica do Estado - e que tratava da operacionalização do M2 nas escolas da Rede.

De acordo com o Ofício nº 1.801, de 06 e junho de 2013 (MINAS GERAIS, 2013c), o PEB poderia aproveitar os horários vagos entre uma aula e outra (janelas) e o intervalo entre um turno e outro para a realização do M2. No entanto, para que essas ações fossem consideradas para efeito de cumprimento de M2, fazia-se necessário que estes horários ocorressem com o gerenciamento da direção ou do Especialista em Educação.

Cabe registrar que até julho de 2017, as últimas orientações referentes às atividades extraclasse vieram por meio do Ofício circular nº 2.663, de 13 de setembro de 2016; expedido pelo Gabinete da Secretária de Educação do Estado em substituição ao ofício anterior (MINAS GERAIS, 2016b). Referente às horas de trabalho, este último ofício trouxe orientações sobre como garantir a efetivação da carga horária do PEB, de acordo com o previsto no art. 33 da lei Estadual nº 20.592/2012. Também apresentou informações adicionais sobre a maneira como a política de M2, citada nos art. 1º, 2º, 3º, 4º e 14 do Decreto Estadual nº 46.125/2013, deveria ser cumprida no interior das escolas (MINAS GERAIS, 2012; 2013).

Dentre as inúmeras instruções ao fomento da política de M2 na escola, esse ofício atribuiu ao gestor a responsabilidade pela sua execução; elencando procedimentos que deverão ser seguidos por ele e pelos demais profissionais envolvidos na prática do M2. Nesse sentido, esse instrumento tratou de subsidiar o gestor na coordenação, programação e desenvolvimento do M2, conjecturando situações e apontando caminhos a serem seguidos para implantação dessa política na escola. Um exemplo desse norteamto se verifica, quando esta norma indica medidas a serem seguidas pelo gestor, no caso do professor ter a obrigação de participar em mais de uma reunião de M2 que foram marcadas para um mesmo horário; seja na própria escola ou em escolas distintas. A seguir, a transcrição de parte do ofício pontua o que foi mencionado anteriormente.

2.1.1- O professor detentor de dois cargos ou funções na mesma escola deverá cumprir a carga horária relativa a atividades extraclasse nos dois cargos, exceto na hipótese de reuniões, quando estas ocorrerem no mesmo horário, onde será computada sua presença nos dois cargos.

1.1.2 – O professor detentor de dois cargos ou funções em escolas estaduais distintas deverá cumprir a carga horária relativa a atividades extraclasse, inclusive reuniões, nos dois cargos. Na hipótese de coincidência de horários, deverá comprovar o comparecimento em uma das escolas, onde será computada sua presença nos dois cargos, com alternância entre uma das escolas, de forma a garantir a sua participação nas discussões para o aperfeiçoamento de sua prática em sala de aula e na construção do processo pedagógico nas duas escolas. (MINAS GERAIS, 2016b, p.3).

Para que o leitor compreenda a importância do gestor escolar na implantação da política de M2, a transcrição, a seguir, de parte do Ofício nº

2.663/2016, demonstra quão empenhado o diretor deve estar para a realização das atividades extraclasse na escola.

1 - Da competência do(a) Diretor da Escola Estadual:

O Diretor, no exercício das atribuições específicas de seu cargo e de sua liderança, é o responsável pela gestão pedagógica e administrativa da escola e, portanto, também responsável pelo processo de coordenação, programação e desenvolvimento das atividades extraclasse, observadas a legislação, a realidade e as peculiaridades da escola.

Compete, pois, a cada Diretor Escolar garantir o cumprimento efetivo dessas atividades, considerando sua importância para o crescimento profissional de sua equipe e o desenvolvimento das ações coletivas indispensáveis ao planejamento e à avaliação, na perspectiva de implementação do Projeto Político-Pedagógico e da construção de uma escola inclusiva, democrática e participativa, que garanta os direitos de aprendizagem a todos os estudantes. (MINAS GERAIS, 2016b, p.1).

De acordo com esse ofício, cabe ao diretor escolar registrar mensalmente nas Guias de Ocorrências (GO), as eventuais faltas dos professores da escola nas atividades extraclasse. Sobre isso, observa-se que embora haja ausências de alguns professores nos horários de M2, o assentamento na GO não parece ser uma prática recorrente verificada na escola. De certa forma, isso é compreensível, porque, na prática, o papel do gestor na política de M2 vai além do controle de presença dos professores. Neste sentido, melhor seria se, ao invés de o gestor se fixar no controle de presença dos professores, o mesmo buscasse alternativas de melhoria da política de M2, que levassem esses profissionais a participar ativamente desses horários.

Também são atribuições do diretor: planejar conjuntamente com a equipe de especialistas da escola as pautas de M2 coletivo e determinar ou autorizar os locais onde os professores devem realizar os M2 de caráter individual. Referente à preparação dessas reuniões, essa prática parece ter ocorrido nessa última gestão, tendo em vista ser comum ver as equipes gestora e pedagógica articularem entre si nas horas ou mesmo nos dias que antecedem as reuniões de M2.

Outra situação sinalizada pelo ofício 2.663/16 foi possibilitar ao gestor considerar os cursos oferecidos por outras instituições, como carga horária de atividades extraclasse do professor. Para tanto, esse instrumento forneceu uma lista

exemplificativa contendo os cursos, as instituições que podem ministrá-los bem como as condições em que estes devem ser ofertados (MINAS GERAIS, 2016b).

Segundo o ofício 2.663/2016, as atividades de capacitação e formação continuada somente serão consideradas para cumprimento da carga horária extraclasse, quando forem referentes às seguintes ações:

- a) cursos presenciais de curta duração, encontros e reuniões promovidos pela Secretaria de Estado de educação (SEE), superintendências Regionais de Ensino (SRE) ou realizados pela SEE/SRE em parceria com outras instituições. Nestes casos, os professores deverão apresentar comprovante de participação nas atividades realizadas;
- b) cursos de curta duração, totalmente EaD ou semipresenciais, realizados pela SEE ou pela SRE, pelo Ministério de Educação, por entidades parceiras conveniadas à Secretaria de Estado de Minas Gerais ou Superintendências Regionais de Ensino, ou por outro Órgão Público Estadual, desde que o tema estudado esteja ligado ao trabalho do servidor. Também neste caso, os professores deverão apresentar comprovante de inscrição e ao final de cada módulo, a comprovação das atividades realizadas ou de conclusão.
- c) além das ações citadas nas letras a e b do item 2.2, poderão ser autorizadas pela Direção da escola, para fins de cumprimento da carga horária de atividades extraclasse relativas a capacitação, formação continuada, a participação em cursos de iniciativa própria do professor, desde que:
 - a participação nestes cursos não prejudique a frequência nas atividades de capacitação, formação continuadas promovidas pela SEE ou pelas SRE, pelo Ministério de Educação, por entidades parceiras conveniadas à Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais ou Superintendências Regionais de Ensino, ou por outro órgão público Estadual;
 - não seja realizada durante o período em que o professor esteja em sala de aula;
 - sejam cursos de graduação ou de pós-graduação que tenham relação direta com a área de atuação do professor na Rede Estadual;
 - sejam oferecidos por instituições credenciadas pelos órgãos competentes: MEC, no caso da graduação e especialização lato sensu e CAPES (Coordenadores de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível superior), no caso de mestrado e doutorado, com conceito mínimo 3;
 - O professor comprove a matrícula, devendo, ainda, apresentar mensalmente a comprovação de frequência e, no final, o certificado de conclusão do curso;
 - Não serão aceitos cursos livres de nenhuma natureza, mesmo que relacionados às atividades educacionais (MINAS GERAIS, 2016b, p. 3-4).

Ao considerar a realização do M2 pelos professores detentores de dois cargos em uma mesma escola, esse último ofício (MINAS GERAIS, 2016d) manteve

a mesma orientação do anterior. Nesse caso, o PEB deverá cumprir as atividades de M2 relativo aos dois cargos, com exceção da participação das reuniões coletivas, cuja presença será computada nos dois cargos; muito embora o professor tenha participado apenas de uma reunião.

Orientação semelhante foi dada nos casos de professores detentores de dois cargos em escolas distintas, que, em regra, deverão cumprir o M2 relativo aos dois cargos. Todavia, nos casos em que as reuniões de M2 coletivo forem coincidentes, caberá ao professor comparecer de forma alternada nas duas escolas. Ou seja, o professor deverá participar de uma reunião em uma das escolas e apresentar à outra uma “declaração de comparecimento”; cuidando para que participe dessas reuniões alternadamente nas duas escolas. Agindo assim, o PEB terá garantida a sua presença nos horários de M2 coletivo nas duas escolas.

De acordo com esse documento, serão consideradas atividades extraclasse os cursos de curta duração totalmente EaD ou semipresencial, bem como encontros e reuniões promovidas pela SEE ou SRE, ou por ambas em parceria com outras instituições. Cursos realizados pelo MEC ou outros órgãos públicos estaduais conveniados à SEE ou SRE, serão também considerados como atividade extraclasse, desde que os temas dos cursos estejam ligados ao trabalho do servidor. O documento também considerou como M2 a participação em cursos de iniciativa do próprio servidor; desde que sejam autorizados pela direção da escola, não comprometa o horário de M1 e não prejudique a frequência do docente nos cursos oferecidos pelos órgãos acima citados.

Segundo esse mesmo ofício, poderão ser autorizadas pela direção, como atividades extraclasse, os cursos de graduação e pós-graduação que tenham relação direta com a área de atuação do professor na Rede Estadual. Além disso, poderão ser considerados os cursos credenciados pelo MEC, no caso de graduação e especialização *lato sensu*, e Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), no caso de mestrado ou doutorado, com conceito mínimo 3. Vale lembrar que, em todos esses casos, cabe ao professor comprovar a matrícula e apresentar a comprovação de frequência mensalmente e o certificado de conclusão ao final do curso.

A despeito do acompanhamento da política de M2 por agentes externos à escola, o referido ofício assevera:

De forma solidária, as equipes da SRE ou da SEE poderão participar como apoio e suporte na discussão e análise da prática pedagógica, na partilha de conhecimentos, na análise dos resultados das avaliações internas, externas e estratégicas de intervenção pedagógica, na busca de alternativas conjuntas e viáveis que levem à melhoria da aprendizagem dos estudantes (MINAS GERAIS, 2016b, p. 3-4).

Como visto, compete à Superintendência Regional de Ensino o acompanhamento e o desenvolvimento das ações de M2 nas Escolas Estaduais, bem como o fornecimento do suporte pedagógico e administrativo ao fomento desta política. Relativo ao acompanhamento do M2 realizado pela SRE-Pirapora, o que se observa na escola Aquarela é que este é realizado sempre *a posteriori*. Tal fato se verifica nas ocasiões em que a inspetora dessa instituição confere as atas de reuniões e os cadernos de controle de M2 individual da escola. Já o suporte pedagógico e administrativo a esta política, também de responsabilidade da SRE, não é algo que se observa de forma contundente na escola pesquisada.

Sobre isso, importa dizer que o campo de atuação de uma SRE não se restringe exclusivamente às escolas estaduais, também é de sua competência dar o suporte técnico às escolas municipais quando estas não possuem um sistema próprio de ensino. As escolas particulares e as entidades filantrópicas, como a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE), também são supervisionadas pelas SREs. Diante dessa realidade e com tantas instituições de ensino sob sua jurisdição, conclui-se o quanto se torna complexo para uma SRE disponibilizar equipes para acompanhar as ações que perpassam na política de M2 em cada uma dessas instituições. Levando-se em conta essas informações, é possível que sejam esses os principais motivos que justificam uma supervisão pouco efetiva por parte da SRE-Pirapora à política de M2 na escola Aquarela.

Embora o inciso VIII, art. 2º do Decreto nº 45.849/11 deixa claro ser de competência da SEE/MG adequar a Rede de Ensino Estadual, caracterizando as obras a serem executadas nos prédios escolares, aparelhando-os e suprindo-os (MINAS GERAIS, 2011b); o que de fato ocorreu no momento da implantação da política de M2 foi que ao propor a sua efetivação, esta Secretaria não considerou a realidade em que muitas escolas da Rede se encontravam. Na realidade, a impressão que se tem é que a política de M2 foi implantada pelo estado sem um suporte financeiro, instrumental, estrutural e humano fornecido às escolas da Rede.

Especificamente na escola Aquarela, a falta de espaços físicos no prédio e a pouca oferta de equipamentos, dificultam a prática de inúmeras atividades no interior da escola nos horários de M2. Essa é, portanto, a realidade vivida na escola Aquarela, onde a gestão se vê na obrigação de fazer cumprir o M2, em meio a diferentes fatores que dificultam o seu pleno desenvolvimento.

O Ofício nº 2.663/2016 ao prever a participação das equipes da SRE ou da SEE nas reuniões de M2, a fez utilizando a expressão “de forma solidária” (MINAS GERAIS, 2016b, p.5). Em virtude da formalidade que recai sobre os documentos expedidos pelo Gabinete da Secretária Estadual de Educação, a utilização da palavra “solidária” no Ofício nº 2.663/2016, causa um pouco de estranheza a quem dele se orienta. Dessa feita, há que se questionar qual entendimento o legislador quis transmitir; seria no sentido literal (beneficiadora, caritativa, auxiliadora...) ou no sentido figurado da palavra? É importante dizer que a utilização de palavras ou termos, que tenham muitos sentidos em documentos públicos, mostra-se inadequada, por induzir a falhas na comunicação entre o poder público, seus entes, servidores e sociedade.

Em relação ao suporte técnico fornecido pela SEE/MG às reuniões de M2 na escola Aquarela, pode-se afirmar que, desde a implantação desta política, não houve essa contrapartida estatal de forma direta. No entanto, cabe esclarecer que essa participação só acontece quando se trata das avaliações externas, onde os gestores e os supervisores da escola são capacitados na própria sede da SRE juntamente com os demais gestores de escolares da regional. Após receberem a capacitação do ente regional, geralmente esses gestores marcam uma reunião na escola para que sejam repassadas aos professores estas orientações, razão que configura uma atuação indireta do órgão central na política de M2 das escolas.

Do mesmo modo que o EPMPEMG e o ofício que o antecedeu, esse ofício considerou a possibilidade de se aproveitar “janelas” para o desenvolvimento de ações inerentes ao M2. Todavia, este último trouxe uma orientação adicional, em que atesta que “poderão ser aproveitados horários vagos”, o que não implica em criar horários vagos na carga horária do professor para a realização dos M2; prática recorrente na escola Aquarela. Cabe esclarecer que essa orientação possibilita otimizar o tempo ocioso do professor, não sendo, portanto, uma recomendação à criação de horários vagos destinados à prática do M2. Corroborando com esse

entendimento, o ofício assevera que não há a necessidade de realização do M2 em períodos fixos diários.

Como reconhecido pelo Estatuto do Magistério, o Ofício 2.663/16 manteve o mesmo entendimento e reafirmou a possibilidade do M2 ser desenvolvido entre as trocas de turnos; com a condição de serem gerenciados pelas equipes gestora ou pedagógica da escola. Cabe informar que as trocas de turnos na escola Aquarela nunca foram utilizadas para cumprir o M2 individual, o que pode ser explicado pelo fato de os especialistas da escola não trabalharem neste período. No entanto, atualmente, o intervalo entre os turnos vespertino e o noturno, vem sendo utilizado para a realização do M2 coletivo; que ocorre uma vez na semana, com o acompanhamento das equipes gestoras e pedagógicas.

Diferentemente do Estatuto do Magistério, o Ofício nº 2.663/2016 não considerou o horário de recreio para efeito de M2 (MINAS GERAIS, 2016b). É importante registrar que esse último entendimento se mostra bastante razoável, uma vez que 15 minutos é um tempo relativamente ínfimo para a realização das atividades extraclasse. Outro ponto é que o recreio deve continuar sendo utilizado como um tempo de descanso dos professores.

Buscando dar clareza sobre as ações que podem ser consideradas para cumprimento do M2, esse último ofício enumerou uma série de atividades, que se encontram no Anexo C deste trabalho. Uma questão a ser observada é que, comparando as orientações dos dois últimos ofícios, referente à prática do M2 na escola, percebe-se avanços significativos nesse último que, se realizados, podem contribuir para a melhoria da prática do professor em sala de aula.

Após o detalhamento das leis estaduais que respaldaram a prática das atividades extraclasse nas escolas da Rede Pública do Estado de Minas Gerais, a próxima seção fará um breve relato da fundação da escola Aquarela; o contexto social em a mesma se encontra inserida; sua caracterização com base nos dados do Censo escolar⁷ e a forma com que esse educandário atende os alunos da Educação em Tempo Integral (ETI).

⁷O Censo Escolar é o principal instrumento de coleta de informações da educação básica e o mais importante levantamento estatístico educacional brasileiro nessa área. É coordenado pelo Inep, órgão vinculado ao Ministério da Educação, e realizado em regime de colaboração entre as secretarias estaduais e municipais de educação e com a participação de todas as escolas públicas e privadas do país.

1.4 Caracterização da Escola Aquarela

Dada a importância de se conhecer a realidade da escola Aquarela, cabe registrar que esta instituição foi fundada em 1995 na cidade de Buritizeiro - MG, com o objetivo de atender à crescente demanda pelo ensino fundamental na região. Buscando suprir essa carência de vagas e atender a uma população periférica, a escola aquarela foi construída estrategicamente em uma área de grande vulnerabilidade social.

Insta salientar que a realidade da escola Aquarela é praticamente a mesma da época de sua fundação, isso porque ela continua atendendo a alunos egressos dos bairros periféricos da cidade e com praticamente as mesmas condições socioculturais de antes. Cabe informar que em muitos desses bairros, há um número considerável de famílias que se mantêm através de empregos informais ou são assalariados de empresas rurais na área da pecuária ou de empresas agrícolas de fruticultura, cafeicultura, oleaginosas e reflorestamento de eucalipto (IBGE, 2015).

Em virtude do que foi mencionado, é comum, no decorrer do ano letivo, ver algumas famílias, da comunidade escolar, se mudarem para outras regiões, em busca de novas oportunidades de emprego. Geralmente, isso acontece, porque a cidade de Buritizeiro não possui um número suficiente de empresas que absorvam toda a mão de obra local, o que faz com que muitas famílias migrem para outras regiões do país ao longo do ano. Relativa a esta questão, é provável que a redução do alunado do turno da noite nos últimos anos esteja também relacionada à pouca oferta de emprego na cidade. Essa correlação pode ser feita, tendo em vista que o perfil predominante dos alunos do noturno é basicamente formado por trabalhadores que contribuem financeiramente com o seu grupo familiar.

Nesse sentido, há de ser dada uma atenção especial a esse grupo de alunos, no sentido de incentivar a frequência e a permanência desses sujeitos na escola até a conclusão da EB. Para que isso possa ser possível, a articulação entre professores e equipe gestora se mostra apropriada, uma vez que se trata de um turno com características bem peculiares. Com efeito, faz-se necessário, por vezes, que as reuniões com esses educadores sejam separadas dos demais turnos, de forma a poderem tratar de assuntos específicos do turno da noite e em prol do alunado da Educação de Jovens e adultos (EJA).

Conforme dados do Sistema Mineiro de Administração Escolar (SIMADE⁸), a escola Aquarela oferece em sua sede, o Ensino Fundamental II e o Ensino Médio; na modalidade Regular e da EJA.

A seguir, a Tabela 1 apresenta o número de turmas atendidas em cada turno na escola Aquarela no ano de 2017:

Tabela 1- Quantitativo de turmas da escola Aquarela no primeiro semestre de 2017

Quadro de turmas da escola Aquarela no Ano de 2017											
	Turmas de ensino Regular e EJA/Quantitativo por turno										
	6º Ano	6º Ano*	7º Ano	8º Ano	9º Ano	1º Ano	2º Ano	3º Ano	2º PF	1º PM	3º PM
Matutino	0	0	0	0	3	3	3	2	0	0	0
Vespertino	4	1	4	3	0	0	0	0	0	0	0
Noturno	0	0	0	0	0	0	1	1	1	1	1

Fonte: Simade (MINAS GERAIS, 2017a).

Além das modalidades de ensino anteriormente citadas, atualmente a escola Aquarela oferece a ETI. A oferta dessa última modalidade de ensino teve início a partir do ano letivo de 2016, com o objetivo de dar um atendimento especial aos alunos da escola com maior vulnerabilidade social. Apesar de a LDB nº 9.394/1996 prescrever a ETI desde 1996, a escola Aquarela não pode dar tal atendimento, por não dispor de espaços físicos suficientes a este tipo de ensino. Atualmente, as duas turmas da ETI da escola são atendidas na sede da Fundação Educacional Caio Martins (FUCAM), que se localiza a uma distância aproximada de 15 quadras da escola Aquarela.

Relativo a esse atendimento, sabe-se que a proposta de algumas escolas da Rede em ofertar a ETI em um único Polo, foi da própria SEE/MG, em atendimento ao disposto na Resolução nº 2.749, de 01 de abril de 2015 (MINAS GERAIS, 2015). Para isso, em 2015, representantes da SEE/MG se reuniram com os diretores de escolas estaduais da cidade e a diretora local da FUCAM, com o objetivo de propor

⁸O Sistema Mineiro de Administração Escolar (SIMADE) é um coletor de informações, desenvolvido pelo Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação (CAEd) da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), em parceria com a Secretaria de Estado de Educação de Minas. O SIMADE é um banco de dados com todas as informações sobre o sistema educacional mineiro, que facilita a elaboração de projetos e políticas públicas para elevar a qualidade da educação em Minas Gerais (Minas Gerais, 2017a)

um trabalho de parceria com vistas à criação de um Polo da ETI na cidade de Buritizeiro.

Após ser discutida a proposta de criação de um Polo único da ETI na cidade, alguns diretores cujas escolas não dispunham de espaços físicos essenciais a esse tipo de atendimento, concordaram em firmar parceria com a FUCAM. Nesse arranjo, a FUCAM disponibilizaria sua infraestrutura para a oferta, pelo Estado, dos “eixos de formação” (MINAS GERAIS, 2015, p.1); conteúdos que caracteriza esse tipo de ensino e as escolas e a SEE/MG se responsabilizariam pelo apoio técnico, pedagógico e financeiro ao Polo.

Depois de firmada a parceria entre escolas e FUCAM para o ano de 2016, a escola Aquarela realizou a formação das turmas e a contratação dos professores e dos profissionais de apoio. Ademais, coube a escola realizar as compras de alimentação escolar e de materiais de consumo para o atendimento dos seus alunos no Polo. Nessa parceria, a FUCAM ficou incumbida de disponibilizar seu quadro de pessoal, salas, refeitório, área verde, banheiros e demais espaços para o atendimento aos alunos da ETI. Vale lembrar que os profissionais da FUCAM trabalham no atendimento a crianças e adolescentes com vulnerabilidade social, desde sua fundação em 1948.

Como visto, através de parcerias entre essas instituições educativas, mediada pela própria SEE/MG é que tornou possível dar início a oferta da ETI aos alunos da escola Aquarela no ano letivo de 2016. Percebe-se com isso que, a falta de espaços na escola Aquarela tem sido um dos fatores que dificulta o atendimento aos alunos e aos professores de maneira adequada.

Referente à insuficiência de espaços físicos na escola, o Censo Escola 2016 comprova que a escola conta com uma biblioteca; uma sala de professores; uma secretaria de médio porte, onde está instalada a sala do diretor; a sala da secretária; o arquivo morto; o banheiro dos funcionários e a sala dos auxiliares de secretaria. Além disso, há no interior do prédio, dois banheiros (masculino e feminino) com chuveiro, adequados a alunos com deficiência física ou mobilidade reduzida; uma sala de professores; um pátio coberto e um pátio descoberto; uma quadra de esportes descoberta; uma cozinha de pequeno porte anexa ao refeitório, uma despensa e área verde. A escola também possui um pequeno laboratório de informática, com acesso à internet banda larga, que se mostra insuficiente para atender ao quantitativo de uma sala de aula. Consta nesse último Censo que a

escola Aquarela funciona em prédio próprio, com abastecimento de água e luz, sendo a coleta de lixo realizada periodicamente e o esgoto sanitário descartado em uma fossa (INEP, 2016).

De acordo com esse mesmo Censo, a escola Aquarela não tem o seu Projeto Político Pedagógico (PPP) construído. Diante dessa realidade tão comum em muitas escolas do estado, observa-se que o legislador contemplou, no Ofício nº 2.663/2016, um conjunto de ações, a serem realizadas durante o M2, com vistas à implementação do PPP nas escolas (MINAS GERAIS, 2016d). Em face do que foi apresentado, infere-se a pungente necessidade de a escola Aquarela abordar, nos horários de M2, a construção do seu PPP. Embora seja desafiador construir o PPP de uma escola, é provável que, ao fazê-lo, os professores se sintam mais integrados ao processo educacional erigido na escola.

Sobre o quantitativo de alunos matriculados e frequentes na escola Aquarela, a secretaria da escola informou que, atualmente (junho de 2017), há um total de 863 alunos, distribuídos da seguinte maneira: 756 alunos no Ensino Regular; e 107 alunos na EJA. Dentre o número de alunos do ensino Regular, 48 complementam a sua carga horária no Polo da ETI.

A Tabela 2 a seguir, representa o quantitativo de servidores da escola Aquarela no mês de junho de 2017. Vale informar que na Escola, há servidores que possuem dois cargos, outros que se encontram de férias-prêmio, licença para tratamento de saúde, licença gestacional ou ajustamento funcional. Com relação aos professores que auxiliam os alunos portadores de necessidades educacionais especiais, atualmente a escola conta com 2 profissionais de apoio e 1 tradutor de Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS). Diante disso, o leitor depreende que essa tabela não representa uma relação direta entre o número de cargos e o quantitativo de servidores da escola.

Tabela 2 - Situação funcional dos servidores da escola Aquarela em junho de 2017

Cargo/Função	Número de servidores e seus respectivos vínculos empregatícios com a escola Aquarela no ano de 2017			
	Vínculo Efetivo		Vínculo por Contrato	
	01 cargo	02 cargos	01 cargo	02 cargos
ASB	0	0	16	0
ATB	5	0	2	0
Diretor	1	0	0	0
Professor	12	4	30	0
Secretário	1	0	0	0
Supervisor	2	0	1	0
Vice-diretor	1	0	2	0

Fonte: Secretaria da escola Aquarela (jun. 2017).

Como verificado na composição da tabela anterior, o número de profissionais cotados para participar do M2 coletivo somam 53 servidores, compreendidos entre professores, vice-diretores, especialistas da EB e o próprio diretor da escola. Em decorrência desse quantitativo excessivo de profissionais, percebe-se que o diretor tem à sua frente o desafio de coordenar os M2 e garantir a presença de todos os professores nas reuniões de caráter coletivo. Tendo em vista o que fora apresentado concernente à caracterização da escola Aquarela, a próxima seção discorrerá sobre como são realizados os horários de M2 em seu interior.

1.5 Horários de M2 na Escola Aquarela

Com base nas seções anteriores, vimos que Minas Gerais protelou por 5 anos o cumprimento da lei do Piso e foi somente a partir do ano de 2013, teve início na escola Aquarela a prática do M2 individual. Nesse sentido, é provável que essa demora do Estado, em adequar suas leis ao ordenamento nacional, tenha corroborado para que as ações de M2 na escola Aquarela sofressem poucas variações. Em face dessa realidade, nota-se que o M2 foi uma política implantada na escola Aquarela, porém, não foi implementada e nem tão pouco adequada à sua realidade.

Buscando garantir o cumprimento dessa política na escola, fez-se necessário a inserção de horários vagos entre a carga horária das aulas regulares de cada professor. Esse arranjo nos horários se mostrou razoável, considerando que dessa forma o professor permaneceria na escola durante o tempo de M2; tendo em vista que trabalharia na regência de aula no horário subsequente.

Vale lembrar que esse formato, de ter os horários de M2 entre a carga horária de aulas regulares do professor, não foi sugerida pelo Ofício nº 1.801/2013 (MINAS GERAIS, 2013c), nem pelo seu sucessor e, tampouco, pelo ainda vigente Ofício 2.663/2016. O que de fato ocorreu, foi que ambos afirmaram “poder aproveitar as janelas” (MINAS GERAIS, 2016b, p.5), possivelmente existentes nos horários, para a realização do M2. Neste sentido, é possível que essa orientação tenha sido dada como forma de diminuir o ócio do professor em serviço. Outra orientação que respalda esse ponto de vista é verificada quando esse último ofício considera que “não é necessário que a realização das atividades extraclasse seja condicionada a períodos fixos diários” (MINAS GERAIS, 2016b, p.7).

Apesar do ofício não deixar dúvida quanto à utilização dos horários vagos, o que aconteceu foi que a “sugestão” dada por ele, levou a escola Aquarela a estabelecer os M2 individuais em dias e horários fixos. É importante frisar que essa prática se tornou tão arraigada no contexto escolar, que o Ano letivo se inicia com os horários de M2 inseridos entre a carga horária de M1 de cada professor. Ou seja, são horários vagos previamente definidos e praticamente imutáveis que, ao longo do ano letivo, deverão ser utilizados para a prática do M2 individual.

A “institucionalização” pela escola Aquarela, dos horários de M2 individual entre a carga horária de M1 do professor, pode ser entendida quando Neubert (2016) considera ser bem mais complexo para uma organização controlar “situações de incerteza que surgem a partir do ambiente externo” (p.66). Nesta perspectiva, caso a escola Aquarela optasse por alocar os horários de M2 individual em dias ou horários em que o professor não tivesse obrigação de cumprir uma carga horária de M1, poderia culminar no aumento do absenteísmo no trabalho. Isso porque o cotidiano do professor pode dificultar ou até mesmo impedi-lo de retornar ao ambiente escolar para a prática do M2.

Do ponto de vista organizacional, essa prática adotada pela escola se justifica tendo em vista:

A incerteza das ações humanas, seus traços tradicionalistas, habituais, emotivos ou afetivos, em suma, irracionais do ponto de vista da ética do trabalho moderno, são expurgados para garantir um bom funcionamento da organização social (NEUBERT, 2016, p.66).

Considerando a parte operacional da escola, é provável que essa organização tenha possibilitado à direção obter um maior controle da frequência dos professores nas atividades extraclasse. Embora esse arranjo, como se verá nessa pesquisa, demonstre êxito no controle da presença dos participantes, ele também demonstra fragilidade, no que diz respeito à formação do professor em serviço e no planejamento escolar.

Sobre isso, Giddens (2003, p. 174-175 apud NEUBERT, 2016, p.66) afirma que

[...] para garantir a disciplina individual nos contextos das organizações complexas e, assim, o máximo de produtividade e uso eficiente dos meios de produção, utiliza-se dos mecanismos de marcação de tempo, compartimentação e restrição nos usos do espaço e de formas de vigilância. Nas organizações se encontra, portanto, a ação racional moderna em sua essência.

Quanto ao Planejamento escolar, os horários de M2 individuais se mostram insuficientes, tendo em vista que o ato de planejar requer ações como o estudo, a pesquisa, a leitura, a reflexão ou, até mesmo, a elaboração. Nessa perspectiva, todas essas são ações demandam um considerável tempo de realização. Pressupõe-se também que, para o sujeito planejar de maneira consciente, ele depende também de um ambiente adequado, com condições suficientes para o fomento de sua produção intelectual. Portanto, o ato de planejar é um processo criativo e não automático do sujeito.

Outra questão que envolve o M2 coletivo e que causa desconforto nos professores, como será visto nessa pesquisa, é que em sua maior parte do tempo o mesmo é utilizado pela equipe gestora para propor mais atividades a esses profissionais; o que acaba por sobrecarregá-los de maneira intensa. Quando esta situação se torna recorrente, como é o caso da escola Aquarela, percebe-se que o M2 se desvirtua do seu propósito de capacitar o professor e se institucionaliza como um espaço de expedição de novas atribuições a estes profissionais.

Em relação à figura do diretor escolar, o Ofício nº 2.663/2016 descreve as competências inerentes ao cargo, dando ênfase ao seu papel de líder e do sujeito responsável pela gestão pedagógica e administrativa da escola (MINAS GERAIS, 2016b). De acordo com esse ofício, é de responsabilidade do diretor, o “processo de coordenação, programação e desenvolvimento das atividades extraclasse”, bem como seu controle na GO (MINAS GERAIS, 2016b, p.1). Além dessas atribuições,

também compete ao diretor escolar garantir o cumprimento efetivo do M2 na escola, observando a legislação, a realidade e as peculiaridades da escola.

Ao considerar a responsabilidade que o Ofício 2.663/2016 traz ao diretor escolar, quanto à política de M2, é possível observar, no decorrer da pesquisa, que a logística adotada pela escola, para a prática dessas ações, não favorece o trabalho desse profissional. Também será visto que o fato de a escola possuir um grande número de professores regentes de aulas dificulta consideravelmente o cumprimento de tais atribuições. Especificamente na escola Aquarela, essa situação tem um agravante de ter professores que trabalham geralmente em mais de uma escola e em turnos diferentes. Diante dessa realidade, não se pode negar a tamanha complexidade que é conduzir a prática do M2 desses profissionais no decorrer de um ano letivo. Nesse sentido, ao fazer uma análise dos quadros de horários da escola Aquarela, é fácil pressupor o quanto se torna difícil cumprir tal obrigação. Isso acontece porque os responsáveis pela operacionalização dos M2 não conseguem acompanhá-los continuamente, haja vista que simultaneamente a esses horários, esses profissionais geralmente se encontram ocupados com outras atividades na escola, que também estão sob suas responsabilidades.

Outra questão que o ofício traz é referente ao registro dos professores faltosos, ação também requerida do gestor, a partir da seguinte redação:

Os dirigentes escolares deverão registrar, mensalmente, nas Guias de Ocorrências (GO) as eventuais faltas dos professores decorrentes do não comparecimento às atividades extraclasse programadas pela direção. (MINAS GERAIS, 2016b, p.7).

Quanto às ausências, atrasos ou o não cumprimento integral das reuniões de M2, o período de observação apontou que alguns motivos concorrem, para essa realidade, na escola Aquarela. Como exemplo a ser citado, há os professores que trabalham no turno da tarde em escolas distantes da escola Aquarela e, por isso, costumam chegar atrasados nas reuniões de M2. Também há os professores que trabalham no noturno e, neste caso, costumam sair antes do término da reunião de M2.

Conforme consta em Ata, o M2 coletivo só teve início na escola Aquarela a partir de março de 2015, todavia as reuniões administrativas aconteciam na escola apenas quando havia a necessidade. Importante registrar que no período de 2015 a

2016, as reuniões de M2 foram realizadas em um sábado de cada mês, das 7h às 15h. Atualmente, junho de 2017, essas reuniões são realizadas em um único dia da semana de maneira alternada, das 17h30 às 19h. Para uma melhor compreensão, suponha que em uma semana, o M2 coletivo ocorra em uma quarta-feira. Na semana seguinte, ele ocorrerá na quinta-feira, caso este dia seja letivo.

Feito o panorama da política de atividades extraclasse em nível nacional e estadual e, entendido em que contexto o caso de gestão se passa, o segundo capítulo trará o referencial teórico, a metodologia e a análise dos dados coletados na pesquisa.

2 UMA ANÁLISE SOBRE AS POSSIBILIDADES DE CONTRIBUIÇÃO DA GESTÃO ESCOLAR NA ORGANIZAÇÃO DOS HORÁRIOS DE M2 NO TRABALHO DOS DOCENTES

O capítulo 2 tem como primeira proposta dialogar com alguns autores que demonstram conhecer o contexto da escola pública brasileira. Nessa linha de pesquisa serão discutidos temas como: atividades extraclasse; prática docente; formação do professor; contexto escolar da atualidade; desafios do trabalho do gestor escolar; comunidade escolar; planejamento do trabalho docente e o trabalho pedagógico na escola.

A metodologia de pesquisa é outro tema a ser abordado neste capítulo. Nesse sentido, serão apresentadas as principais fontes de informações que foram utilizadas neste trabalho, bem como as implicações do uso de cada uma delas na pesquisa de estudo de caso. Também como parte da estrutura deste capítulo, será feita as análises dos resultados das entrevistas realizadas com as equipes de gestores e de professores da escola Aquarela.

2.1 Referencial teórico

Nesta seção serão abordados tópicos como o trabalho docente, a gestão participativa, o planejamento e a prática pedagógica. Também serão apresentados estudos, conceitos e ideias de alguns autores que estão diretamente relacionados com o caso pesquisado. Entre os diversos autores, Alves e Almeida (2010) discorrem sobre a prática docente e sua constante revisão por parte do professor. Numa dimensão mais ampla, Tardif e Lessard (2014) identificam os aspectos físicos, subjetivos, materiais, sociais, pessoais e mentais que determinam a carga horária do professor. Considerando o planejamento, Dalmás (2014) defende a sua utilização no contexto escolar; por ser este um prolongamento da sociedade. Dalmás (2014) apresenta a instituição escolar, seus membros, sua comunidade e defende a integração grupal, ponderando sobre os diferentes tipos de grupos. Com relação ao aspecto pedagógico, Tardif (2014) afirma que ensinar é empregar meios para se chegar a uma finalidade. Lück (2013) trata da gestão participativa na escola e Vasconcelos (2006) considera o trabalho pedagógico e a coordenação docente. É necessário esclarecer que, ao longo desta pesquisa, serão apresentados outros

autores que possuem estudos relacionados com o tema proposto ou discorrem sobre alguma temática em particular.

2.1.1 Professor: sujeito reflexivo de sua prática docente

Quando estabeleceram os horários de M2 no ambiente escolar, acreditou ser possível ao PEB, otimizar este tempo em favor de sua prática pedagógica. Todavia, percebe-se que isso não tem ocorrido de maneira automática, tendo em vista não ser uma proposta simples de ser realizada. Vale lembrar que o cotidiano do professor e a dinâmica da escola interferem na realização dessas atividades no interior da escola. Nessa perspectiva de ser uma atividade bem peculiar e dada sua importância no processo de ensino e aprendizagem, é imprescindível que se busque minimizar interferências que desqualifiquem a política de M2 na escola.

Tendo em vista que as horas de M2 se estabelecem como um espaço/tempo em que o docente revê a sua prática de ensino, é necessário que este profissional esteja aberto a adotar novas metodologias que reconhecidamente sejam mais eficientes no processo de ensino e aprendizagem do aluno. Um exemplo típico ocorre em relação ao uso das Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs), que exige paciência e dedicação do professor que se predispõe a conhecê-las e fazer uso de suas ferramentas. Nesse sentido, o professor que participa das horas de M2 deve ter uma postura ativa, reconhecendo-se como um profissional em constante desenvolvimento, cuja formação continuada perpassa pela política em questão.

Com efeito, o professor que utiliza os horários de M2 para se preparar para ministrar aulas, ou os utilizam para prepará-las; tem consciência da sua constante necessidade de aperfeiçoamento profissional. Esta consciência do docente é extremamente positiva, no sentido de levá-lo a se construir e se reconstruir no cotidiano da profissão. Alves e Almeida (2010) corroboram com esse entendimento ao afirmarem que:

O docente, analisando a prática, sistematiza o novo conhecimento, desenvolvendo uma autonomia intelectual que o conduz a permanentemente pensar e produzir mudanças. Essas tentativas de inovação promovem um avanço na prática do professor, pois, a cada nova situação ele integra experiências anteriores numa análise de

compreensão atual, estando em constante superação. O docente que se utiliza dessa estratégia para conduzir a prática educativa tem sido caracterizado como professor reflexivo ou como professor pesquisador (ALVES E ALMEIDA, 2010, p.28).

A revisão da prática de ensino é um desafio que está diante do professor no processo de ensino e aprendizagem, sejam elas de cunho comportamental, metodológico ou referente à utilização das TICs. Dessa feita, Resistir em conhecer novas instruções, técnicas de ensino e metodologias; protelando seu crescimento enquanto educador, é impedir o direito do aluno a ter acesso ao ensino de qualidade.

Portanto, a revisão da ação educativa é um processo a ser vivido continuamente pelo professor no contexto escolar; tendo em vista que as mudanças em prol da melhoria do ensino não podem ser adiadas. Com efeito, Adans e Auth (2004) compreendem que os elementos que vem motivando o docente a refletir, são provocados por práticas discursivas, pelo ensino e a aprendizagem, pela sala de aula e por seus colegas professores. Nesse sentido, os mesmos autores afirmam que “a possibilidade de estudo, desafia o professor a problematizar sua prática e compreender a teoria que a referencia” (ADANS E AUTH, 2004, p.9).

Com efeito, a necessidade de se apoderar de metodologias novas se mostra urgente, haja vista que muitas práticas desenvolvidas no contexto escolar trazem, em si, um viés do ensino tradicional que, por vezes, acaba por perpetuar este tipo de ensino entre os discentes. Adans e Auth (2004), ao ponderarem sobre essa questão, entendem que:

O que temos percebido atualmente é que muitos dos “modelos” ou técnicas usadas com a intenção de mudança e que o professor tem à sua disposição, possuem sua origem no ensino tradicional, o que, de certo modo, faz com que tenhamos a tendência de ensinar da forma como nos foi ensinado, mesmo que a realidade da escola, do aluno e, até a do professor tenha mudado (ADANS E AUTH, 2004, p.8).

A partir do entendimento desses autores, é importante considerar que essa perpetuação de metodologia tem a sua origem na formação inicial do professor. Isso acontece, porque a proposta de ensino, que vigorava nas universidades do país na

década de 1980, era o modelo tecnicista⁹ de educação. Sendo assim, os egressos desse tipo de ensino não tiveram as suas percepções e cognições desenvolvidas durante sua formação inicial.

Outro aspecto a ser observado é que esse modelo de formação não prima por desenvolver em seus acadêmicos e futuros professores, hábitos de pesquisa, estudo, criação, liderança e trabalho em equipe. Sem essas habilidades desenvolvidas, faz-se necessário um trabalho específico com esses profissionais com vista a ensiná-los a trabalhar coletivamente com seus pares, coordenar o ensino e aprendizagem dos alunos e mediar conflitos que por ventura ocorram em sala de aula. Nessa perspectiva, vemos que os horários de M2 podem oportunizar a muitos professores se desvencilharem de modelos padronizados de ensino.

Segundo Adans e Auth (2004, p.8), “centrar a ação educativa na transferência de saber”, primando pela “fala do professor e a escuta do aluno”, inviabiliza o diálogo e a comunicação no processo educativo. Para esses autores, possibilitar a interlocução dos professores com seus alunos é proporcionar a dialogicidade; condição necessária para mudanças no fazer pedagógico.

O contexto escolar apresentado atualmente se encontra em constante evolução, tendo em vista seus múltiplos aspectos, possibilidades e desafios. Esse dinamismo que a escola apresenta, requer mudanças pedagógicas que venham ao encontro de sua realidade. Nesse sentido, Adans e Auth (2004, p.10) consideram que:

Dentro do contexto escolar, mudar a prática pedagógica é um desafio posto à questão educacional, uma vez que não encontramos modelos ou fórmulas prontas que podem ser reproduzidas a esse ou outro contexto em que nos encontramos, mesmo que isso possa ser almejado por muitos. A escola deve primar pela construção de sua

⁹ Segundo Demerval Saviani, o modelo Tecnista se define como: "A partir do pressuposto da neutralidade científica e inspirada nos princípios de racionalidade, eficiência e produtividade, a pedagogia tecnicista advogou a reordenação do processo educativo de maneira a torná-lo objetivo e operacional. De modo semelhante ao que ocorreu no trabalho fabril, pretendeu-se a objetivação do trabalho pedagógico. Buscou-se, então, com base em justificativas teóricas derivadas da corrente filosófico-psicológica do behaviorismo, planejar a educação de modo a dotá-la de uma organização racional capaz de minimizar as interferências subjetivas que pudessem pôr em risco sua eficiência. Se na pedagogia tradicional a iniciativa cabia ao professor e se na pedagogia nova a iniciativa deslocou-se para o aluno, na pedagogia tecnicista o elemento principal passou a ser a organização racional dos meios, ocupando o professor e o aluno posição secundária. A organização do processo converteu-se na garantia da eficiência, compensando e corrigindo as deficiências do professor e maximizando os efeitos de sua intervenção" (SAVIANI, 2011, p.1).

identidade, seus rumos, considerando as circunstâncias e condições materiais existentes, embora, na prática, haja uma certa tendência de seguir modelos ou propostas já acertadas em outros contextos escolares (ADANS E AUTH, 2004, p.10).

Com efeito, os horários de M2 “institucionalizam” a escola como espaço de formação e capacitação do professor, frente às peculiaridades que cada escola apresenta. Muito embora sejam reconhecidas as benesses desse espaço/tempo de formação e capacitação do professor, há de se considerar que as condições de trabalho de muitos desses profissionais atuam como um fator desfavorável à prática dos horários de M2. Sobre isso, Tardif e Lessard (2014) consideram:

[...] o que chamamos as “condições de Trabalho” dos professores corresponde as variáveis que permitem caracterizar certas dimensões quantitativas do ensino: o tempo de trabalho diário, semanal, anual, o número de horas de presença obrigatória em classe, o número de alunos por classe, o salário dos professores, etc. (TARDIF E LESSARD, 2014, p.111).

Do ponto de vista desses autores, a análise do trabalho docente não se limita a descrever esses indicadores quantificáveis, mas também em se empenharem em descrever a maneira com que os professores lidam com eles, como os transformam em razão de seu trabalho docente cotidianamente. Isso porque embora o “ensino seja um trabalho burocratizado”, também depende da iniciativa de seus autores, exigindo destes certa autonomia (TARDIF; LESSARD, 2014, p.120).

Ao reconhecer esse misto de burocracia e de autonomia no ensino, Tardif e Lessard (2014, p.112) entendem que o trabalho docente é “definido por regras administrativas, mas dependem igualmente ou mais ainda, da atividade responsável e autonomia dos professores e de seu desenvolvimento com a profissão”. Para esses autores, o ensino se mostra como uma atividade semiprofissional, relativamente autônoma, que exige um envolvimento pessoal do docente, principalmente no plano afetivo. Nessa seara, reconhecem também que a docência tem limites imprecisos e que muda de conotação, dependendo dos atores envolvidos, das circunstâncias, do estabelecimento de ensino, do quarteirão e da localidade (TARDI; LESSARD, 2014, p. 112).

Reconhecidamente, esses autores demonstram conhecer o universo da docência, suas subjetividades e as possíveis interferências que influenciam o trabalho docente. Quanto ao exercício da docência, os mesmos pontuam que:

Como em qualquer profissão, alguns professores fazem exata e unicamente o que é previsto pelas normas oficiais escolar, ao passo que outros se engajam a fundo num trabalho que chega a tomar um tempo considerável, até mesmo invadindo sua vida particular, as noites, os fins de semana, sem falar das atividades de duração mais longa, como cursos de aperfeiçoamento, de formação específica, atividades para escolares ou sindicais, das associações, dos clubes para jovens, etc. (TARDIF; LESSARD, 2014, p.112).

Portanto, há que considerar que dependendo do engajamento pessoal, dois professores com a mesma carga horária podem cumprir diferentemente as horas de atividades em comparação com o outro. Por tudo isso, a tarefa de quantificação da carga horária do docente é complexa, pois possuem fenômenos não quantificáveis “que se inter cruzam sem cessar e cuja influência recíproca é difícil ou mesmo; impossível de separar completamente” (TARDIF; LESSARD, 2014, p.113).

Sobre o que foi dito, cabe acrescentar que realizar trabalhos pontuais, como corrigir uma prova ou elaborar uma atividade em 50 minutos, depende muito do perfil de cada professor. Nesse sentido, é inquestionável o fato de haver professores que não conseguem cumprir esses horários. Todavia, a política de M2 os ignora e contempla justamente os professores mais disciplinados. Dessa feita, o M2, que seria uma ferramenta de auxílio ao professor, por vezes não o é, tendo em vista que tira a autonomia de alguns, ao impor uma produção de trabalho em um determinado espaço de tempo.

A exposição dessa realidade tem o objetivo de dar voz aos professores que não se nivelam ao perfil ideal de professor. Além disso, tal contexto também serve de alerta/reflexão, aos que promovem a política de M2, para que venham acolher também a estes profissionais. Infere-se, com isso, o quão antagônico é o fato de o professor ser estimulado a fazer uma boa gestão do tempo em sala de aula, ao mesmo tempo em que lhe é negada essa prerrogativa, quando se trata do próprio tempo de estudo e de preparação para o serviço (TARDIF; LESSARD, 2014).

A seguir, serão apresentados os principais fatores que devem ser considerados na determinação da carga horária de trabalho do professor, conforme entendimento de Tardif e Lessard (2014).

Quadro 3 - Linhas gerais da carga horária do trabalho do docente

Principais fatores que devem ser considerados na determinação da carga de trabalho dos professores	
Fatores materiais e ambientais	Insuficiência de material adequado, falta de equipamento informático, a pobreza das bibliotecas, a dependência dos horários de transporte (em regiões distantes), a insuficiência de recursos financeiros.
Fatores sociais	Localização da escola (em meio rural ou urbano, num quarteirão rico ou pobre, etc.), a situação socioeconômica dos alunos e de sua família, a violência no quarteirão, a venda de drogas entre crianças, etc.
Fatores ligados ao “objeto de trabalho”	Tamanho das turmas, diversidades das clientela, presença de alunos com necessidades especiais e com dificuldades de adaptação e de aprendizagem, a idade dos alunos, o sexo, o nível de maturidade, etc.
Fatores relacionados à organização do trabalho	Tempo de trabalho, o número de matérias a dar, o vínculo empregatício (regular, precário, por contrato, etc.), a diversidade das outras tarefas além do ensino (a recuperação, as atividades paradidáticas, a tutoria ou a disciplina, a supervisão, etc.), as atividades à noite, nos fins de semana, nas férias, etc.
Fatores relacionados às exigências formais e burocráticas	Observância dos horários, avaliação dos alunos, atendimento aos pais, reuniões obrigatórias, tarefas administrativas, etc.
Fatores subjetivos e de caráter pessoal	Modos como os professores lidam com os fenômenos anteriormente descritos e as estratégias que eles elaboram para assumi-los ou evitá-los. Aqui deve ser levado em conta: a idade, o tempo de profissão dos professores, sua experiência, como eles enxergam seu papel e sua missão, além do seu sexo, pois as mulheres (maioria do corpo docente), muitas vezes têm que encarar uma dupla tarefa, no trabalho e em casa, etc.

Fonte: Elaborado pela autora, baseado em Tardif e Lessard (2014, p. 113-114).

Importa esclarecer que para esses autores, os fatores descritos não se somam simplesmente, “eles também atuam em sinergia, para criar uma carga de trabalho complexa, variada e portadora de tensões diversas” (TARDIF; LESSARD, 2014, p.114). Diante dessa realidade, os diversos fatores remetem a tarefas invisíveis, que sobrecarregam mentalmente e provocam exigências específicas, que afetam a carga horária de trabalho dos professores. Sobre isso, Tardif e Lessard (2014) afirmam:

Diante dessas realidades com que os professores se defrontam, pode-se falar ainda de “carga mental” de trabalho, resultado de dois fatores complementares: a natureza das exigências objetivamente exercidas pela tarefa e as estratégias adotadas pelos atores para adaptar-se a elas (TARDIF; LESSARD, 2014, p. 114).

Os autores acrescentam que “essas estratégias podem gerar um esgotamento quando os professores não controlam seu ambiente de trabalho” (p.114) e se veem submetidas a situações adversas.

2.1.2 Desafios do Gestor Escolar frente à realização dos horários de M2 dos professores na escola

Conforme orienta o Ofício 2.663/2016, cabe ao diretor escolar garantir o cumprimento efetivo dos horários de atividades extraclasse, tendo em vista a sua importância para o crescimento profissional de sua equipe de trabalho. Portanto, é de sua competência: a coordenação, programação e desenvolvimento dessas atividades. Esse direcionamento da prática das atividades extraclasse pelo gestor é consoante à fala da autora Lück (2009, p. 12), quando esta afirma:

[...] a busca permanente pela qualidade e melhoria contínua da educação passa, pois, pela definição de padrões de desempenho e competências de diretores escolares, dentre outros, de modo a nortear e orientar o seu desenvolvimento.

Como visto em seções anteriores, o Ofício nº 2.663/2016 favorece as horas atividades ao definir que estas se propõem a desenvolver a melhoria da qualidade do ensino por meio da articulação entre os profissionais da escola (MINAS GERAIS, 2016b). Neste sentido, Lück (2009, p.12) compreende que:

[...] a qualidade da educação se assenta sobre a competência de seus profissionais em oferecer para seus alunos e a sociedade em geral experiências educacionais formativas e capazes de promover o desenvolvimento de conhecimentos, habilidades e atitudes necessárias ao enfrentamento dos desafios vivenciados em um mundo globalizado, tecnológico, orientado por um acervo cada vez maior e mais complexo de informações e por uma busca de qualidade em todas as áreas de atuação.

Segundo Lück (2009, p.23),

[...] desenvolver continuamente a competência profissional constitui-se em desafio a ser assumido pelos profissionais, pelas escolas e pelos sistemas de ensino, pois essa se constitui em condição fundamental da qualidade de ensino.

Isso porque, segundo a autora, nenhum ensino pode ser democrático, de qualidade para todos, se não se assentar sobre padrões de qualidade e competências profissionais básicas que sustentem tal padrão (LÜCK, 2009).

Lück (2009) considera que “aos profissionais da educação, sob a liderança do diretor escolar, cabe desenvolver competências conceituais sobre educação em geral e todas as dimensões de seu trabalho” (LUCK, 2009, p.17). Com efeito, os horários de M2 se justificam nas escolas, por oportunizar também o desenvolvimento das competências dos profissionais que delas participam.

Segundo a autora, a orientação e a fundamentação do trabalho educacional pelo diretor, requer o aprofundamento de seus estudos e conhecimentos na literatura conceitual sobre:

[...] a educação; a gestão escolar e seu trabalho, mediante visão de conjunto e perspectiva aberta e sólida sobre a natureza da educação; o papel educacional da escola e dos profissionais que nela atuam; a natureza e as demandas psicossociais educacionais dos alunos; a relação da escola com a comunidade, dentre outros aspectos, incluindo, por certo, uma fundamentação sobre as dimensões de gestão escolar. (LÜCK, 2009, p.17).

O entendimento dos aspectos conceituais, que envolvem o pensamento abstrato, é necessário ao diretor de modo a torná-lo “capaz de ligar com a complexidade das dinâmicas humanas, sociais e institucionais que o trabalho escolar envolve”. (LÜCK, 2009, p.18).

2.1.2.1 O gestor e a comunidade escolar

Com referência as complexidades de cunho social presentes no trabalho escolar, Lück (2009, p.16) atenta sobre a dinâmica apresentada pela sociedade atual, “marcadamente orientada pela economia baseada no conhecimento, pela tecnologia da informática e da comunicação”. Com efeito, esse quadro social apresenta desafios e exigências extraordinárias a todas as pessoas e organizações.

Nesse contexto, a educação se torna imprescindível como ação contínua e permanente, demandando das instituições que a promovem, a necessidade de reinventar-se e melhorar suas competências continuamente. Novos desafios e exigências são apresentados à escola, que recebe o estatuto legal de formar cidadãos com capacidade de não só enfrentar esses desafios, mas também de superá-los. (LÜCK, 2009, p.16).

Diante dessa realidade que ora se apresenta, Lück (2009) considera que o trabalho daqueles que atuam em educação exige destes profissionais:

[...] competências necessárias para realizar nos contextos educacionais os ajustes e mudanças de acordo com as necessidades e demandas emergentes no contexto da realidade externa e no interior da escola
(LUCK, 2009, p.16).

Tendo em vista que a escola está inserida nesse contexto social, com características, possibilidades, necessidades e desafios próprios, a natureza da educação e “as finalidades da escola ganham uma dimensão mais abrangente, complexa e dinâmica e, em consequência, o trabalho daqueles que atuam nesse meio” (LÜCK, 2009, p.4). Segundo a autora, o objetivo maior da “comunidade educacional” é o de se estabelecer uma “comunidade de ensino”. Isso significa dizer que, mais do que ensinar o saber produzido socialmente, essa comunidade deve aprender com “princípios de contínua renovação do conhecimento”, desenvolver “um ambiente de contínuo desenvolvimento para alunos professores, funcionários e, é claro, os gestores” (LÜCK, 2009, p. 16).

Relativo à figura do gestor no contexto escolar, Lück (2009, p.17) afirma que:

Na escola, o diretor é o profissional a quem compete a liderança e organização do trabalho de todos os que nela atuam, de modo a orientá-los no desenvolvimento de ambiente educacional capaz de promover aprendizagens e formação dos alunos, no nível mais elevado possível, de modo que estejam capacitados a enfrentar os novos desafios que são apresentados (LUCK, 2009, p.17).

Dessa feita, pode-se inferir quão relevante é o trabalho do gestor no contexto de uma comunidade de ensino, considerando que cabe a ele coordenar todos os profissionais da escola em prol da aprendizagem e formação dos alunos nela inseridos.

2.1.2.2 Planejamento: o norte da ação pedagógica no trabalho docente

Pinheiro e Salermo (2016) “consideram o planejamento como um recurso administrativo relevante pelo caráter político pedagógico que viabiliza pela mobilização dos sujeitos, podendo expressar a construção identitária da instituição” (PINHEIRO E SALERMO, 2016, p.26).

Com referência a essa mesma temática, Thomazi e Asinelli (2009, p.182) ressaltam que:

A ação de planejar ultrapassa o planejamento propriamente dito, pois implica as relações de poder que se estabelecem entre os atores da instituição escolar. O planejamento ao mesmo tempo reflete e interfere nas relações entre: direção, supervisão, professores, além dos alunos e de suas famílias (THOMAZI E ASINELLI, 2009, p.182).

Larchert (2010) compreende o planejamento como:

[...] uma tomada de decisão sistematizada, racionalmente organizada sobre a educação, o educando, o ensino, o educador, as matérias, as disciplinas, os conteúdos, os métodos e técnicas de ensino, a organização administrativa da escola e sobre a comunidade escolar (LARCHERT, 2010, p.59).

Diante dos diferentes níveis de planejamento da educação, que se estabelece do nível macro para o nível micro, conforme Larchert (2010) pontua, depreende-se que o planejamento perpassa pelo nível nacional, estadual, municipal, local e escolar. Larchert (2010, p. 59), afirma que o planejamento a nível nacional, estadual e municipal, “elabora, incorpora e refletem as políticas educacionais”.

No tocante ao “planejamento global da escola”, Larchert (2010, p. 59) considera que correspondem às ações que se referem ao “funcionamento administrativo e pedagógico da escola” e que necessita da participação em conjunto com a comunidade escolar. No nível escolar, a autora aponta os seguintes planejamentos: PPP, Plano de Desenvolvimento da Escola (PDE), Planejamento Curricular, Planejamento de Ensino e o planejamento de aula.

A autora pontua que o planejamento educacional engloba o planejamento escolar e o de ensino; estes por sua vez, “tem sistematizado a ação pedagógica da escola e a prática do professor nas formas de plano e projeto” (LARCHERT, 2010, p. 17). Segundo Larchert (2010, p.17), “o plano é um documento onde se registram, por escrito, segundo um determinado roteiro, as decisões tomadas no processo de planejamento”. Dessa feita, compreende-se que o plano é o resultado de um planejamento bem estruturado.

Pinheiro e Salerno (2016), referem-se ao planejamento por meio da seguinte colocação:

Reconhecemos a importância do planejamento como uma ferramenta política, se distanciando posturas de neutralidade pelo

destaque tecnicista, mas pelo reconhecimento do planejamento de valor político (PINHEIRO E SALERMO, 2016, p.29).

Feita a diferenciação entre o planejamento e o plano, o quadro a seguir, apresenta os principais planos comumente construídos nas escolas públicas de educação básica do Estado.

Quadro 4 – Principais planos internos às escolas públicas de educação básica

Planejamento global da escola		
Tipos de Planejamentos	O que é	Atores envolvidos
PPP- Projeto político-pedagógico	É o projeto que reúne propostas de ação concreta a executar durante determinado período de tempo. O PPP deve considerar a escola como espaço de formação de cidadãos conscientes, responsáveis e críticos, que atuarão individual e coletivamente na sociedade. Para isso o PPP deve definir e organizar os projetos educativos necessários ao processo de ensino e aprendizagem. Neste sentido o PPP precisa ser completo o suficiente para não deixar dúvidas sobre essa rota e flexível o bastante para se adaptar às necessidades de aprendizagem dos alunos. Em termos gerais, o PPP define a identidade da escola e indica os caminhos para o ensino de qualidade.	Gestores, professores, funcionários, alunos e suas famílias
PDE – Plano de desenvolvimento da escola	É o plano que serve como referencial maior da unidade escolar. Nele estão contidos o conjunto das ações da escola, incluindo o PPP e o cálculo dos recursos financeiros necessários ao desenvolvimento do plano. De forma geral o PDE é a trajetória que a escola, com seus mecanismos de desenvolvimento traça para si mesma pelo período de cinco anos. O PDE é o instrumento que credencia todas as demandas da escola referentes à gestão pedagógica, aos seus recursos humanos, à sua infraestrutura e aos seus recursos materiais.	Diversos profissionais da escola, cuja participação é definida pela escola
Plano curricular	É o plano que define o currículo a ser desenvolvido em cada conteúdo, no ano letivo em cada ano letivo.	Equipe pedagógica e os professores de cada disciplina
Plano de ensino	É o plano que organiza as ações dos educadores durante o processo de ensino durante o ano letivo.	Equipe pedagógica, professores e alunos
Plano de aula	É o planejamento que organiza as ações referentes ao trabalho na sala de aula.	Professor do conteúdo

Fonte: Elaborado pela autora, baseado em definições dadas por Menezes e Santos (2001), Lachert (2010) e Lopes (2010).

Diante dos principais planos que devem ser tratados no contexto escolar, nota-se a extensão do trabalho dos profissionais de ensino em relação ao ato de

planejar. Dado o exposto, os horários de M2 podem oportunizar os encontros desses atores escolares com vistas à elaboração, execução e acompanhamento dos planos em questão.

Considerando que uma parte expressiva dos alunos da Rede pública de ensino se encontra em situação de vulnerabilidade social ou reside em comunidades com poucas perspectivas de futuro - a escola se torna neste contexto - uma das poucas instituições a representar o estado nessas localidades. Diante dessa realidade, torna-se intrínseco planejar o ato de ensinar, considerando que a ausência estatal reflete diretamente no perfil do alunado e de sua comunidade. Nesse sentido, Tormena (2010, p.03) afirma que “em virtude da complexidade cada vez maior atribuída à tarefa de educar, a necessidade do planejamento impõe-se como uma ação imprescindível”.

Diante dos inúmeros desafios vivenciados pelo professor em uma sala de aula, percebe-se que a aplicação somente de conhecimentos adquiridos durante a formação inicial desse profissional não é suficiente para o êxito de uma turma. Nota-se que a realidade da grande maioria das salas de aula é muito dinâmica, não permitindo que o professor seja um mero transmissor de conhecimentos. Ademais, cabe ao professor conhecer o perfil dos alunos que compõem a sala de aula, o contexto social em que estão inseridos, assim como as suas aspirações para o futuro. Dessa forma, a partir deste contexto, ele terá a possibilidade de construir planos de ensino executáveis e eficientes.

Considerando esse novo quadro em que a escola pública se apresenta, o professor não pode se furtar de planejar o seu trabalho; uma vez que não há espaço para a improvisação. Para Tormena (2010, p.03), o Plano de Trabalho Docente “é ferramenta que ampara e determina o modo de ação do docente, sem essa ferramenta corre o risco de não desenvolver seu trabalho de ensinar e de transformar os discentes”.

Segundo Tormena (2010), com o passar dos anos na docência, os professores adquirem hábitos no seu cotidiano e acabam não fazendo uma análise de seu conhecimento e de suas habilidades. Com isso, o “processo pedagógico não evolui a contento e não acompanha a dinâmica histórica” (TORMENA, 2010, p.5). Este entendimento apresentado pela autora mostra-se plausível ante os diversos relatos de professores que afirmam “não dar conta” daquela sala ou daquele aluno. Nesse sentido, Tormena ressalta a importância de levar o professor a pensar sobre

o planejamento, especificamente sobre o seu plano de trabalho, sua elaboração e sua importância no ensino-aprendizagem e na formação do cidadão. Para Tormena (2010, p.06):

Nota-se na área educacional que esta está inserida na rápida transformação social, e que o planejamento deve tomar lugar, e nos levar a uma reflexão constante para que a educação atinja os êxitos tão esperados. A educação não pode e não deve ficar de fora dessa dinâmica global. É na educação que vemos a formação do cidadão para o mundo contemporâneo. Na educação as mudanças recomendam a modernização do ensino, adequando-se às exigências de formação e desempenho exigidos pela sociedade moderna e modeladas pela aceleração do desenvolvimento tecnológico e da informação, visando promover o desenvolvimento da autonomia dos jovens para que aprendam agora e continuem a aprender por conta própria por toda a vida (TORMENA, 2010).

Observa-se que essa autora dimensiona a responsabilidade que os profissionais de ensino têm, frente à formação do cidadão para o mundo contemporâneo. Nessa perspectiva, Tormena (2010) discorre que o planejamento deve ter um lugar de “destaque” e levar o docente a constante reflexão para que a educação atinja os êxitos esperados.

Frente a pungente necessidade de planejar seu trabalho, há ainda no contexto escolar, resistências por parte de alguns professores em relação ao ato de planejar. Um dos motivos levantados pela autora, para a descrença da importância do planejamento, é o fato deste ter se constituído historicamente:

[...] como um documento meramente burocrático, desvinculado da prática, muitas vezes, transcrito de um ano para outro, como forma de cumprir uma obrigação, sendo entregue e posteriormente engavetado (TORMENA, 2010, p.6).

Ao apontar essa realidade, em que planos são engavetados por se mostrarem pouco realizáveis, a autora destaca que “o plano de aula não implica necessariamente seu cumprimento rígido” (TORMENA, 2010, p.9), tendo em vista o surgimento de imprevistos que despertam novos interesses e necessidades.

2.1.2.3 Papel do coordenador pedagógico no contexto escolar

Segundo Oliveira (2010), por vivermos em uma sociedade complexa, surge no ambiente escolar, constantes e diversos problemas que caminham para a necessidade de uma gestão democrática. Neste cenário dinâmico e peculiar, a figura do coordenador pedagógico surge com “a função de articular todo processo pedagógico da escola, visando à melhoria na qualidade de ensino” (OLIVEIRA, 2010, p.2). Nessa perspectiva, a autora entende que:

[...] a atuação da coordenação nos espaços educativos tem possibilitado a construção e o estabelecimento de relações entre os grupos que desempenham o fazer pedagógico, refletindo e construindo ações coletivas (OLIVEIRA, 2010, p.9).

Ao considerar as demandas que surgem no cotidiano das instituições escolares, o coordenador pedagógico mostra-se como um profissional de grande importância no contexto escolar. No entendimento de Oliveira (2010, p.10),

[...] o coordenador pedagógico tem muito a contribuir na organização escolar, pois sendo ele um dos agentes da escola, tem como função mobilizar todos os sujeitos que fazem parte do sistema escolar para efetivarem um ensino/aprendizagem de qualidade para todos.

Sobre o papel desse coordenador pedagógico na escola, Vasconcelos (2011, p.01), vislumbra que este deva ser:

[...] competente para localizar os temas geradores (questões, contradições, necessidades, desejos) do grupo, (...) é aquele que tem um projeto assumido conscientemente e, pautado nele, é capaz de despertar, de mobilizar as pessoas para a mudança e fazer junto o percurso.

Nessa perspectiva, Vasconcelos (2011, p.01) reconhece ser muito difícil exercer a coordenação pedagógica no âmbito escolar, “quando não há este espaço coletivo e constante”. Para o autor, este espaço é onde as “coisas são amarradas, as avaliações feitas e as metas estabelecidas” (VASCONCELOS, 2011, p.01).

Nesse sentido, mais que um espaço coletivo e constante, os horários de M2 devem ser pautados pelo aspecto democrático e tratar questões relevantes ao grupo. Com efeito, assuntos e temas que se opõem a isso, serão de certa forma,

expurgados pelo grupo; mesmo que aparentemente seus participantes dêem apoio ou contribuam de alguma maneira, seus resultados terão pouca duração no contexto escolar (VASCONCELOS, 2011).

Frente a essa questão, Ramos (2013, p.13.093) reconhece que a construção da identidade desse profissional “é tecida através das ações, diálogos e relações com outros atores escolares”. Nesse sentido, esta autora compreende que a “principal incompletude dessa identidade é o entrave entre a formação continuada de professores e as urgências escolares” (RAMOS, 2013, p.13.093). Sobre essa afirmativa, Ramos (2013) pontua que o supervisor pedagógico muitas vezes não empreende êxito em sua coordenação, por depender que o professor faça uma ação para a qual não foi capacitado. Frente a essa situação, Ramos (2013) afirma que, cabe ao supervisor cuidar das lacunas deixadas pela formação inicial desse docente.

Ramos (2013, p. 13.093) acrescenta que esta identidade tem relação com a própria história da educação brasileira, uma vez que a representação de coordenador pedagógico “está arraigada na concepção de supervisão, no qual atuava apenas na fiscalização do ensino e perpetuava uma ideia de confronto na atuação dos professores”. Diante desse quadro “é preciso repensar o papel profissional do coordenador pedagógico, visto que, este lida com a coletividade de pensamentos e ações, que se funde em uma única identidade, a educacional” (RAMOS, 2013, p. 13.095).

Nesse mesmo entendimento, a autora reconhece que:

[...] as atividades exercidas pelo coordenador não se restringem à burocracia da instituição, deve estabelecer, acima de tudo, a formação continuada dos professores, pautar reuniões, construir os planejamentos e refletir se estes estão adequados ao que compete a cada segmento, além de se fazer presente na prática dos professores, dando sugestões, trazendo inovações, motivando [...] (RAMOS, 2013, p. 13.095).

Concernente ao descaso das reais funções do coordenador pedagógico, a autora cita como exemplo as atribuições da sua rotina na resolução de urgências, como: tirar xerox, produzir atividades, ficar na portaria, receber mensalidades entre outras; se afastando da sua real função que é a de promover a formação docente. (RAMOS, 2013). Ao ponderar sobre esse assunto, Ramos (2013, p. 13.098) afirma

que as “inversões de funções no âmbito escolar são inúmeras” e ocorrem “principalmente porque os sujeitos atuantes na educação não conhecem seus deveres”. Em face do exposto, Ramos assevera que:

[...] a atuação do coordenador vai sendo impulsionada pelas contradições, pelos desvios de funções, pelas sub subjetividades, quando na realidade essa profissão deveria caracterizar-se pela formação continuada do professor, mediando suas práticas e dialogando sobre o contexto educacional e social. (RAMOS, 2013, p. 13.099).

Para essa autora, o coordenador pedagógico não está inserido no contexto escolar “para resolver as urgências cotidianas, ou, para atribuir novas obrigações, mas para promover a formação docente” (RAMOS, 2013, p 13099). Corroborando com essa autora, Krug (2010, p.04) entende que a escola envolve diferentes segmentos de sujeitos e, nesse contexto, este profissional é o que,

Organiza, orienta e assessora o corpo docente a fim de que planeje a ação pedagógica a ser desenvolvida com o educando na busca da construção das condições para que aconteça o processo de ensinar e aprender com qualidade. Planejar significa pensar antes, o durante e o depois, em equipe, no sentido de melhorar o fazer pedagógico, é nesse sentido que deve atuar o supervisor.

Como apontado por Krug (2010), o supervisor pedagógico tem um papel fundamental na política de ensino e, cabe a este profissional a articulação das ações pedagógicas. Entretanto, importa registrar que na escola Aquarela, a figura desse supervisor defendida por esses autores, ainda não é percebida de forma contundente. Sem possibilidade de exercer seu verdadeiro papel na escola, o supervisor acabou virando um “faz tudo” e, desviado compulsoriamente de suas atribuições, suas funções são por vezes realizadas pelos vice-diretores ou pelo diretor; sujeitos que também cedem as suas atribuições a este profissional. Nesse sentido, é urgente que a escola Aquarela restitua ao supervisor o espaço institucional que lhe é de direito para que este possa:

[...] no cumprimento de suas competências teórica, técnica, humana e política (...), contribuir para a melhoria do processo de ensinar e aprender por meio de ações que articulam as demandas dos professores e alunos (KRUG, 2010, p.6).

2.2 Metodologia da pesquisa

Em decorrência do objeto de pesquisa se passar em um contexto escolar, no qual os sujeitos trabalham em uma estrutura singular, convivem entre si e enfrentam semelhantes situações cotidianamente, o caminho encontrado por esta autora foi pesquisar a política de M2 na perspectiva de um Estudo de Caso (EC).

Segundo Yin (2015, p.4), o estudo de caso como método de pesquisa:

[...] é usado em muitas situações, para contribuir ao nosso conhecimento dos fenômenos individuais, grupais, organizacionais, sociais, políticos e relacionados. Naturalmente o Estudo de Caso é um método de pesquisa comum na psicologia, sociologia, ciência política, antropologia assistência social, administração, educação, enfermagem e planejamento comunitário. (YIN, 2015, p.4).

Como o objetivo da pesquisa é analisar uma política educacional implantada na escola, o EC se mostra adequado para fornecer informações a este trabalho. A escolha desse método de pesquisa, conforme entendimento de Yin (2015, p.17), é pertinente, uma vez que:

[...] o estudo de caso é uma investigação empírica que investiga um fenômeno contemporâneo (o “caso”) em profundidade e em seu contexto de mundo real, especialmente quando os limites entre o fenômeno e o contexto puderem não ser claramente evidenciados.

Uma vantagem de se escolher a metodologia EC se deve ao fato do mesmo favorecer a utilização de muitos outros métodos de pesquisa, como cita Yin (2015, p. 04:

[...] assim como diferentes métodos científicos prevalecem nas ciências naturais, diferentes métodos de pesquisa nas ciências sociais preenchem diferentes necessidades e situações para investigação de tópicos da ciência social.

No entendimento de Yin (2015, p.107), “a evidência do EC pode vir de várias fontes [...] cada fonte está associada com uma série de dados e evidências”. Entendendo como válida esta afirmação do autor, foram utilizadas, neste trabalho: evidências documentais, registro de arquivos, entrevistas, observação, *sites*

institucionais da *web* e correspondências via *e-mail*, destinadas às instituições públicas diretamente envolvidas na política de ensino.

Na perspectiva de entender como as atividades extraclasse se tornaram obrigatória na Rede pública de ensino, esta autora buscou nas legislações, as primeiras normativas que mencionam a prática do M2 nas escolas de Minas Gerais. Neste objetivo, foi necessário trabalhar com as legislações nacionais e estaduais, para que o leitor pudesse entender em que época o M2 se tornou uma política de Estado.

Outras fontes documentais utilizadas nesta pesquisa foram as Atas administrativas e as fichas de acompanhamento do M2 individual dos professores, estando o modelo desta ficha no Anexo C deste trabalho. Vale pontuar que as leituras desses materiais propiciaram conhecer os assuntos tratados nos horários de M2, os participantes que compunham os trabalhos e com que periodicidade a equipe de servidores se reuniam.

Quanto à importância dessas fontes, Yin (2015) afirma que os documentos trazem consigo informações relevantes ao EC. Um exemplo que corrobora com essa visão do autor, ocorreu quando esta pesquisadora atestou por meio de uma Ata administrativa, que, embora o M2 individual fosse uma prática na escola desde 2013, o M2 coletivo só foi efetivamente implantado a partir de Março de 2015, após uma reunião administrativa.

Segundo Yin (2015, p.111), “os documentos são úteis mesmo que não sejam sempre precisos e possam apresentar parcialidades”. Este entendimento é bastante plausível em relação à política de ensino, uma vez que o preenchimento de formulários ainda é um meio de controle dessa política por parte da gestão, da SRE e SEE respectivamente. Outra afirmação relevante do autor é quando este diz que a utilização dos documentos nas pesquisas “aumentam as evidências de outras fontes” (YIN 2015, p.111).

Visando obter um trabalho que exprima a realidade, Yin (2015) orienta o pesquisador a ser cauteloso na compreensão dos documentos, no sentido de dirimir impactos que diminuam o valor da pesquisa.

Na realidade, os documentos devem ser usados, cuidadosamente e não devem ser aceitos como registros literais dos eventos ocorridos. Poucas pessoas percebem, por exemplo, que mesmo as transcrições *verbatim* das sessões oficiais do congresso norte-americano foram

deliberadamente editadas – pela equipe do congresso e outros que podem ter testemunhado – antes de serem impressas na forma final. Em outro campo, os historiadores que trabalham com documentos primários também devem se preocupar com a validade do documento (YIN, 2015, p.111).

Essa orientação do autor se mostra pertinente ao EC, devido ao fato de formulários, fichas de acompanhamento e Atas de reuniões serem os principais instrumentos utilizados na escola Aquarela para controle e/ou acompanhamento do M2 dos professores. Ademais, o registro de uma atividade pode ou não expressar a realidade, tendo em vista que o preenchimento de formulários e fichas, em alguns setores ou em certas circunstâncias, ocorre por mera formalidade. Embora o estudo de documentos possa sofrer essas implicações, Yin (2015, p. 111) reconhece que “para a pesquisa de estudo de caso, o uso mais importante dos documentos é para corroborar e aumentar a evidência de outras fontes”.

Segundo Yin (2015, p.115), “uma das fontes mais importantes de informação para o estudo de caso é a entrevista”. Compartilhando do mesmo entendimento desse autor, esta pesquisadora optou por utilizar este instrumento na coleta de dados, tendo em vista que essa “ferramenta” oportuniza obter informações dos próprios sujeitos envolvidos no EC. Outra vantagem de se utilizar entrevistas é o fato de o pesquisador poder compreender a dinâmica da política, considerando que muitos entrevistados deixam impressões de cunho psicológico, comportamental e social que envolve o caso. Sobre essa mesma vertente, Yin (2015, p.117) pontua que o entrevistado colabora de forma ativa, ajudando o entrevistador a evidenciar a pesquisa:

As entrevistas são uma fonte essencial do estudo de caso porque a maioria delas é sobre assuntos humanos ou ações comportamentais. Os entrevistados bem informados podem proporcionar *insights*¹⁰ importantes sobre esses assuntos ou ações. Eles também podem fornecer atalhos para a história prévia dessas situações, ajudando-o a identificar outras fontes relevantes de evidência. (YIN, 2015, p.117).

¹⁰Um *insight* é um acontecimento cognitivo que pode ser associado a vários fenômenos, podendo ser sinônimo de **compreensão, conhecimento, intuição**. Algumas pessoas afirmam que um *insight* é a **perspicácia** ou a capacidade de apreender alguma coisa, e acontece quando uma **solução surge de forma repentina**.

Nesse sentido, a entrevista semiestruturada se mostra apropriada, por oportunizar, aos participantes, responder de maneira mais livre e espontânea às questões propostas e expor opiniões e impressões sobre a política pesquisada. Outro fato que justifica essa escolha é o próprio número de entrevistados, que se limita a onze indivíduos. Considerando esses fatos, a opção por essa metodologia demonstra ser a mais razoável para o EC em questão.

Outra questão importante a ser apresentada neste trabalho é em relação aos respondentes das entrevistas, que neste caso foram alguns professores, vices-diretores, especialistas da EB e o diretor da escola. A opção por esses sujeitos se justifica pelo fato de a política de M2 os afetarem diretamente.

Devido os envolvidos no EC serem colegas de profissão, e o tema pesquisado um tanto quanto delicado, por se tratar da carga horária do professor e do seu cumprimento conforme rege a legislação, é provável que tenha algum sujeito, entre os entrevistados, que receie sofrer algum tipo de constrangimento futuro. Nesse sentido, é preciso contornar as resistências e tentar a colaboração de todos esses sujeitos no momento da entrevista. Com efeito, para a obtenção dos resultados de forma mais objetiva, é importante que a pesquisa não tenha nenhum tom recriminatório, considerando que o objetivo é tão somente entender os desafios vivenciados por esses atores na implantação/implementação da política de M2 na escola.

Acertado qual o instrumento a ser utilizado, ocorreu a necessidade de selecionar os professores e membros da equipe gestora a serem entrevistados. Dessa feita o mais plausível foi entrevistar preferencialmente professores e membros da equipe gestora que trabalham na escola desde 2015; ano em que esta pesquisa teve início. Em decorrência de haver um número expressivo de professores na escola Aquarela, foi necessário adotar critérios adicionais para escolha dos sujeitos a serem entrevistados. Nesse sentido foram selecionados professores que trabalham em outros estabelecimentos de ensino sediados nas cidades limítrofes a Buritizeiro; como as cidades de Pirapora e Várzea da Palma. Nessa perspectiva de considerar diferentes realidades, também devem ser ouvidos professores com pouca carga horária de trabalho na escola. Importante também para a pesquisa obter informações dos professores com carga de M1 superior a 16 h/a semanal; neste caso os entrevistados devem ser os professores de apoio, intérpretes de LIBRAS ou professor de uso da Biblioteca. Vale ressaltar quão importante é para este trabalho,

entrevistar servidores que trabalham em um dos 3 turnos da escola, tendo em vista que cada turno se mostra específico e em conjunto constitui a realidade da escola Aquarela. Cabe informar que não serão entrevistados, os professores que trabalham com a ETI no Polo FUCAM, tendo em vista que o recorte deste EC tem como *lócus* a sede da escola Aquarela.

No intuito de preservar a identidade dos participantes e poder obter respostas mais consistentes, foi necessário, neste trabalho, garantir o anonimato dos entrevistados. Para tal, esta autora identificou os professores por codinomes alusivos a cores. Dessa feita, esses profissionais foram identificados por: Vermelho Rubi, Ouro Minas, Azul Turquesa, Verde Campo, Céu de Prata, Branco Marfim e Preto Perolado. Quanto ao tipo de vínculo empregatício com a escola, é importante registrar que os seis primeiros são efetivos e os dois últimos, contratados. À exceção de Céu de Prata, que trabalha com um único cargo no estado, os demais trabalham com dois cargos. Vermelho Rubi e Céu de Prata trabalham com exclusividade na escola Aquarela, enquanto os demais atuam em outros estabelecimentos de ensino. Quanto ao segundo local de trabalho, Azul Turquesa, Verde Campo e Preto Perolado trabalham em cidades limítrofes à cidade de Buritizeiro, enquanto Branco Marfim e Ouro Minas, em escolas públicas desta última cidade.

Seguindo a mesma linha, de atribuir codinomes aos entrevistados, os gestores foram identificados por estilos de pintura, ficando denominados de: Realismo, Classicismo, Cubismo e Barroco. Referente ao número de cargos que possuem, o gestor Classicismo é o único que trabalha em outra instituição de ensino, enquanto os demais trabalham com exclusividade na escola. Quanto ao vínculo empregatício com a escola, os dois primeiros exercem cargos efetivos e os dois últimos trabalham por meio de contratos.

Referente à graduação desses profissionais, Preto Perolado é o único que ainda não possui nível superior completo. No tocante à modalidade de ensino superior, três gestores e três professores cursaram o ensino presencial, dois professores e um gestor fizeram curso semipresencial e um único professor cursou a educação a distancia (EaD). Quanto à pós-graduação, somam seis os que a possuem ou estão cursando.

Vale esclarecer que todo este cuidado em preservar a identidade dos entrevistados se justifica, pois, este trabalho não visa expor ou constranger nenhum servidor público; ele tem por fim somente, colher as impressões dos professores e

gestores sobre a prática do M2 na escola. Nessa perspectiva, esta pesquisa não poderá ser utilizada por nenhum órgão público ou pessoa física para intimidar nenhum suposto respondente, ao contrário, deverá ser utilizada para melhorar a política em questão.

Sobre o local de realização das entrevistas, sete ocorreram na sede da escola Aquarela, uma na casa desta pesquisadora e três nas residências dos próprios entrevistados. O primeiro motivo de algumas entrevistas não ter sido na escola, foi pelo fato de não haver horários vagos e coincidentes entre os entrevistados e esta pesquisadora. O segundo motivo foi pelo fato de a escola estar realizando a “Semana escola em movimento”; projeto da SEE/MG que inviabilizou que as entrevistas fossem feitas no prédio da escola. Vale registrar que nesse mesmo período, também ocorreu na escola os “jogos internos escolares”; o que causou uma movimentação muito grande da comunidade escolar.

Quanto ao tempo de realização das entrevistas, estas duraram em média 35 minutos cada uma. Para uma maior integridade das informações prestadas, todas as entrevistas foram gravadas, transcritas e posteriormente utilizadas na análise deste Estudo de Caso. Durante essas análises, alguns traços pessoais das falas dos entrevistados foram suprimidos, na tentativa de dificultar a identificação desses sujeitos pelos leitores da própria comunidade escolar.

Além das entrevistas, outra fonte utilizada para este trabalho foi o *site* da SEE/MG, sendo que nele esta pesquisadora teve acesso à estrutura organizacional da Rede Pública de Ensino do Estado de Minas Gerais. Também foram obtidas nesse *site* informações adicionais como: a abrangência de cada órgão na política de ensino, suas funções, competências e suas finalidades. Além disso, foram pesquisadas informações nas páginas virtuais da Casa Civil, Portal do Planalto, Portal do MEC, CAEd e publicações de autores que discorrem sobre a temática estudada. As obras “O Trabalho docente” de Tardif e Lessard (2014), “Estudo de Caso” de Yin (2015) e “Saberes Docentes e Formação Profissional” de Tardif (2014) foram algumas das literaturas utilizadas, por tratarem de assuntos relacionados ao Estudo de Caso.

2.3 Análise das entrevistas com os professores sobre a política de m2 na Escola Aquarela

Nesta seção serão apresentadas ao leitor, as percepções de sete professores sobre a política de M2 implantada na escola Aquarela a partir de 2013. Em princípio, a pesquisa se ateve a investigar a formação inicial desses profissionais, tendo em vista sua importância para o exercício da docência. Com referência a esse eixo, o professor Branco Marfim afirma que, apesar de ter feito um curso semipresencial EaD, o terceiro grau lhe deu base para lecionar e garante que não teve “nenhuma dificuldade e não sentiu falta de nada”; em termos de conteúdo. Sobre essa temática, o professor Céu de Prata relata que sua formação em nível superior foi presencial e que só começou a lecionar após concluir a faculdade. Para esse último docente, não houve um “choque” na questão de conteúdos, mas sim na política educacional vigente.

O choque pra mim foi o sistema de educação, porque eu acho maravilhosa a profissão de ser professor, sempre sonhei com isso, mas o choque pra mim foi a realidade do sistema de educação hoje. É totalmente diferente dos nossos dias. (Céu de Prata, entrevista concedida em 20 de setembro de 2017).

Referindo-se à sua formação inicial, o professor Ouro Minas ressalta a importância do curso médio de magistério em sua carreira profissional. Sobre essa questão, Ouro Minas considera que “a bagagem pedagógica do magistério foi muito boa, depois veio a licenciatura, veio a especialização no curso que fiz, mas acredito que a base mesmo foi o magistério” (Ouro Minas, entrevista concedida em 20 de setembro de 2017). Ao considerar a formação inicial que teve, Ouro Minas expressa: “as matérias pedagógicas pra quem vai lecionar; elas são indiscutíveis” e “depois, ver na faculdade matérias básicas foi realmente chave, que abre olhares realmente” (Ouro Minas, entrevista concedida em 20 de setembro de 2017).

Sobre sua formação inicial, o professor Azul Turquesa aponta que em termos de conteúdos a graduação o fundamentou; embora na época da faculdade, fosse uma das principais indagações que este se fazia sobre o curso. De acordo com o seu relato, enquanto cursava a licenciatura, fazia a si mesmo os seguintes questionamentos: “poxa vida, o curso não está bom, o curso está ruim, quando eu sair daqui não vai dar certo, tanta coisa pra aprender na prática” (Azul Turquesa,

entrevista concedida em 28 de setembro de 2017). No entanto, ao chegar à sala de aula para lecionar, esses pensamentos se esvaíram. Ao se deparar com a prática, este professor pôde constatar que seu conteúdo “estava bom” e que tinha conteúdo e bagagem para ministrar suas aulas de forma tranquila.

Tendo posição divergente dos anteriores, Vermelho Rubi admite que o êxito obtido em sua formação, deu-se em virtude do seu próprio esforço e comprometimento com os estudos. Nesse sentido, esse professor diz não perceber “que a escola em si, a faculdade em si” o tenha dado base para realizar o que hoje realiza. Nesse sentido, esse profissional fez o seguinte relato:

O que eu leciono em sala de aula, as práticas, as minhas práticas pedagógicas, eu fui adquirindo conhecimento e adquirindo mesmo essa maleabilidade com o ensino em si, trabalhando. Não deposito créditos nesse estudo, eu deposito crédito sim, no meu comprometimento. (Vermelho Rubi, entrevista concedida em 27 de setembro de 2017).

Sobre os fatores que limitam o trabalho na docência, Céu de Prata aponta a ausência da família dos alunos, como sendo um dos principais entraves do seu trabalho. Para esse professor, as famílias deveriam ser “os principais responsáveis e interessados pela formação dos alunos” e, em decorrência da falta desse apoio familiar, o trabalho docente se torna difícil (Céu de Prata, entrevista concedida em 20 de setembro de 2017). Verde Campo foi outro profissional que também reconhece que a falta de estrutura familiar dos alunos, acaba por sobrecarregar o seu trabalho na docência. Este último docente aponta ainda, como fatores limitantes à docência, a ausência ou a insuficiência de recursos didáticos que são considerados por ele como sendo “aquém” do que o professor precisa para realizar seu trabalho com os alunos.

Sobre a ausência da família na educação dos filhos, Souza (2012, p.18) afirma que “o desenvolvimento escolar recebe grande influência da sociedade, mas nem sempre participa e dá o suporte à educação, o que torna difícil a qualidade da educação”. Com referência a isso, essa autora reconhece que “é relevante que a sociedade dê subsídios à escola e que esta tenha o total apoio e participação da família do educando” (SOUZA, 2012, p.18).

A realidade vivida pelos professores da escola Aquarela é familiar a Souza (2012), considerando que esta autora expõe que a escola “além da função de

ensinar para a cidadania e para o trabalho, tem também que passar os valores fundamentais para a vida do indivíduo, sendo que esse papel também deveria ser de comprometimento familiar” (p.18). Diante dessa nova realidade, Souza (2012, p.18) aponta novas práticas educacionais que consistem em “o conjunto de atividades sociais por meio das quais os grupos humanos ajudam seus membros a assimilar a experiência organizada culturalmente e a se transformar em agentes de criação cultural”. Neste sentido, os professores “desempenham um papel chave na definição dos caminhos do desenvolvimento individual, promovendo-o, orientando-o e dando-lhe conteúdo” (SOUZA, 2012, p.18).

Em virtude do contexto familiar e social de uma parte expressiva dos alunos da escola Aquarela, a indisciplina se torna hoje um dos fatores limitantes à docência. Sobre essa temática, Silva (2003, p.09) pontua:

À indisciplina, associa-se diversas influências sociais, cujos resultados são mostrados muitas vezes de forma grave e perturbadora, determinando confusão e desordem em diferentes espaços de convívio coletivo, como exemplo a escola.

Azul Turquesa em sua entrevista reconhece a indisciplina dos alunos como sendo um desafio ao seu trabalho na docência, e considera isso como o maior impacto vivenciado no início de sua carreira. Ao falar deste assunto, esse professor faz a seguinte reflexão:

Hoje eu acho que eu lido de uma forma até razoável, considerando que o âmbito da escola que é uma escola periférica e o referencial que tenho de outros colegas. Mas é algo que para mim demorou muito para eu conseguir me acostumar com isso. Consegui desenvolver com essa parte de lidar com essa falta de disciplina em sala de aula (Azul Turquesa, entrevista concedida em 28 de setembro de 2017).

No tocante à gestão de uma sala de aula, Azul Turquesa reconhece que “o manejo é algo solitário, que o professor vai ter na prática, você aprende no campo mesmo. A universidade não te prepara bem pra isso; pelo menos o curso que eu fiz” (Azul Turquesa, entrevista concedida em 28 de setembro de 2017).

Na mesma linha de entendimento dos seus pares, o professor Vermelho Rubi identifica a indisciplina dos alunos como um dos fatores limitantes na docência e afirmar que:

A indisciplina é de fato um fator negativo na docência. Nós nos deparamos com alunos muito violentos, alunos desinteressados, a família não é uma família presente. Ela não vê a escola como uma instituição que possa mudar o futuro da própria família e do educando. Ela não enxerga a escola assim. Ela enxerga a escola como um meio pra adquirir um diploma, e que esse diploma é importante pra ele (aluno) entrar no mercado de trabalho. Ela não enxerga a instituição como algo que vai transformar a vida daquele indivíduo (Vermelho Rubi, entrevista concedida em 27 de setembro de 2017).

Segundo Silva (2003, p.11), “as manifestações de indisciplina tornaram-se uma rotina para qualquer professor”. Como exemplos desses casos em salas de aula, esta autora identifica nesses alunos alguns comportamentos padrões:

Apatia do grupo; cochichos; troca de mensagens e papeizinhos; exibicionismo; perguntas feitas de forma a colocar em causa o professor ou a desvalorizar o conteúdo das aulas; discussões frequentes entre alunos, de modo a provocar agitação geral; comentários despropositados; silêncios, ostensivos; entradas e saídas “justificadas” (SILVA, 2003, p.11).

Silva (2003) reconhece que pelo fato de a escola conviver “com crianças e adolescentes que transgridem normas”, dando a impressão que “estão cada vez mais insatisfeitos com a escola”; “diretores, coordenadores e professores se veem ameaçados com suas insatisfações” (p.40).

Outro fator identificado na pesquisa que desfavorece o trabalho docente é o uso indiscriminado das mídias pelos alunos em sala de aula. Relativo a esse costume, Vermelho Rubi (2017) pontua:

[...] nós temos o problema de lidar com a mídia em si. Porque o nosso aluno, ele está vindo de uma era extremamente tecnológica e a nossa escola não atende a isso, as nossas aulas são bem precárias em relação à tecnologia.

Sobre essa realidade, Tardif e Lessard (2014, p.145) pontuam que:

A multiplicação de inovações e de técnicas, a velocidade sempre maior com que são colocados em circulação e desaparecem objetos e saberes, certezas e ideias, provocam nos professores o sentimento de estar sendo continuamente ultrapassados. Em suma a escola fica para trás.

Diante desse quadro, Campos (2013, p.42) ressalta que:

Cabe ao professor observar em volta e perceber que o mundo está mudando muito rapidamente e que suas atitudes devem levar os alunos a uma permanente mobilização para aprenderem coisas novas.

Tomando como referência esse último entrevistado, nota-se que o professor observa as mudanças que vem ocorrendo em sua volta; conforme sinaliza Campos (2013). Todavia, o desafio está em mobilizar permanentemente os alunos em um contexto de quadro e giz, que concorre diuturnamente com diferentes contextos do mundo virtual acessados nas salas de aula pelos próprios discentes.

Tendo em vista que este trabalho está centrado na política de M2, foi oportunizado aos professores descreverem como, onde e quando estas atividades são realizadas no interior da escola Aquarela. Segundo os docentes, o M2 individual é distribuído ao longo da semana na carga horária de M1 de cada professor e realizado na sala dos professores. Quanto aos horários de M2 individual estarem inseridos nos horários de M2 de cada professor, cabe reafirmar que o Ofício nº 2.663/2016 não institui esta disposição da carga horária. Sobre essa questão, o ofício declara:

Para o desenvolvimento dessas ações, poderão ser aproveitados os horários vagos entre uma aula e outra (as “janelas”), bem como o período entre a troca dos turnos, com gerenciamento da Direção ou do Especialista de educação Básica. Não podem ser utilizados ou computados períodos de recreio (MINAS GERAIS, 2016b, p.05).

Apesar de a lei apenas sugerir a utilização das “janelas” quando estas já existirem, nunca foi cogitada, na escola, a possibilidade de os professores cumprirem o M2 individual em outros horários. Neste sentido, percebe-se que a lei contribuiu para institucionalizá-las, de fato, na escola Aquarela.

Sobre o local de realização do M2 individual, os professores disseram que se trata de uma sala pequena e que têm à disposição do professorado um computador com acesso à internet; porém sem impressora. Conforme relatos dos professores, as atividades que costumam realizar nos horários de M2 individual se limitam à correção de provas e à atualização dos diários eletrônicos, nas ocasiões em que o computador da sala dos professores está disponível.

Relativo ao local de realização do M2 individual, Ouro Minas deu a seguinte descrição:

[...] sala dos professores apertada, onde toda hora a gente é interrompido por uma situação ou outra, por uma situação momentânea que acontece. Um computador só na sala dos professores. Às vezes um está lançando nota lá, e a gente não pode usar. Nós temos uma sala de informática para os alunos, mas que o professor não acessa muito essa sala, então eu não vejo que a gente tem muita estrutura não. Nós vivemos no limite. (Ouro Minas, entrevista concedida em 20 de setembro de 2017).

Céu de Prata por sua vez, ressalta que - por ser um ambiente coletivo - a sala dos professores é um espaço na escola onde muitos conflitos são resolvidos e, em decorrência disso, interfere no M2 individual consideravelmente. A seguir, esse professor assinala algumas situações que ocorrem nesse espaço:

Interfere é a falta de espaço adequado, pois o M2, ele é o momento do professor realizar suas atividades sem a presença de alunos. Às vezes, o lugar que a gente tem de fazer é a sala de professores, e ali entram alunos, e ali são tratados assuntos de disciplinas. Às vezes, entra um grupo de alunos pra poder reunir por causa de algum problema de disciplina, por causa de algum problema de aprendizagem. Então a gente acaba, muitas vezes, não conseguindo concentrar e realizar ali atividades que a gente poderia estar realizando e aproveitando aquele momento na escola. Então eu vejo que nos falta assim um espaço, um espaço próprio, para a gente estar ali só, sem essa interferência (Céu de Prata, entrevista concedida em 20 de setembro de 2017).

Ratificando a fala de seus pares, o professor Verde Campo é outro que também descreve situações vivenciadas pelos professores nos horários de M2 individual na escola Aquarela,

Nem sempre a escola tem um ambiente... Igual: se tiver dois fazendo módulo no mesmo momento já fica difícil. A gente fica lá passando o tempo por que não tem máquina pra gente trabalhar. Há muitas interferências externas, sempre tem um pai, principalmente no período da tarde, sempre tem alguma interferência, tem aluno lá fazendo alguma atividade. Então você não tem um ambiente propício. Hoje foi um exemplo, hoje foi “A escola em movimento”, e hoje teve problema que teve que chamar pai, a supervisora nem pôde nos dar assistência porque teve que chamar pais. Eu acho que o espaço físico, ainda é inadequado. Até por que, a gente for pensar bem nesses..., aproveitar o M2, teria que ter um espaço físico apropriado (Verde Campo, entrevista concedida em 19 de setembro de 2017).

Vivenciado situações semelhantes às descritas anteriormente, Vermelho Rubi sustenta que não se pode atualizar o diário eletrônico na sala dos professores, tendo em vista “que provavelmente você vai fazer um lançamento errado, porque muitos alunos entram e saem da sala dos professores” (Vermelho Rubi, entrevista concedida em 27 de setembro de 2017). Esse profissional reitera a questão da falta de privacidade nos horários do M2 individual e o uso desse espaço pela comunidade escolar, ao dar o seguinte depoimento:

Você tem que dividir este espaço de M2 com inúmeras outras situações, tem pai que está discutindo com filho, tem um profissional que está discutindo com outro a respeito de um assunto qualquer. E você tem que estar ali no meio dessa guerra de vozes, você não consegue pensar para realizar as ações que você deveria realizar no módulo (Vermelho Rubi, entrevista concedida em 27 de setembro de 2017).

Sobre esses horários de M2 individual na escola, o professor Ouro Minas faz alguns apontamentos que interferem substancialmente nessas atividades, como se verifica a seguir,

[...] a falta de acompanhamento do supervisor pedagógico, material para discussão, eu ainda não vi assim um material pedagógico disponível lá, pra gente fazer uma pesquisa, alguma coisa, um local adequado pra gente fazer o módulo. Toda hora, às vezes, a gente está lá fazendo alguma coisa e outra e acaba sendo interrompido; essa questão toda. Então eu vejo que tem muito a melhorar. (Ouro Minas, entrevista concedida em 20 de setembro de 2017).

Sobre as atividades extraclasse, realizadas nos horários de M2 individual, o professor Branco Marfim admitiu que “quando eu tenho prova pra corrigir, vou corrigir prova e às vezes quando não tenho nada, eu não faço nada” (Branco Marfim, entrevista concedida em 02 de outubro de 2017). Céu de Prata também pontuou as atividades que costuma realizar no M2 individual: “Eu, por exemplo, eu planejo minhas aulas, corrijo algumas atividades e; quando o computador está desocupado, atualizo os diários” (Céu de Prata, entrevista concedida em 20 de setembro de 2017).

Sobre a importância de o professor preparar/planejar suas aulas, Fusari (1998, p.47) argumenta:

O preparo das aulas é uma das atividades mais importantes do trabalho do profissional de educação escolar. Nada substitui a tarefa de preparação da aula em si. Cada aula é um encontro curricular, no qual, nó a nó, vai-se tecendo a rede do currículo escolar proposto para determinada faixa etária, modalidade ou grau de ensino. Também aqui vale reforçar que faz parte da competência teórica do professor, e dos seus compromissos com a democratização do ensino, a tarefa cotidiana de preparar suas aulas, o que implica ter claro, também, quem é seu aluno, o que pretende com o conteúdo, como inicia rotineiramente suas aulas, como as conduz e se existe a preocupação com uma síntese final do dia ou dos quarenta ou cinquenta minutos vivenciados durante a hora-aula. A aula, no contexto da educação escolar, é uma síntese curricular que concretiza, efetiva, constrói o processo de ensinar e aprender.

Quanto ao local de realização do M2 coletivo, os professores citaram a biblioteca da escola Aquarela onde a equipe gestora e os professores fazem a reunião semanal. Na opinião desses profissionais, a biblioteca se mostra inadequada para essa finalidade por ser um ambiente “apertado” e que faz “muito calor” em seu interior. De acordo com esses profissionais, esse espaço da escola não comporta todos os participantes e muitos ficam na porta ou fora do recinto nos horários de M2 coletivo. Quanto ao uso das TCIs nos horários de M2 coletivo, Esses professores disseram que a equipe gestora utiliza o aparelho de televisão, o notebook, a caixa de som e o *Data Show*.

Sobre o uso deste espaço como depósito de materiais, Branco Marfim proclama: “a biblioteca, nossa! Já é superlotada” (Branco Marfim, entrevista concedida em 02 de outubro de 2017). Ao asseverar a fala anterior, Azul Turquesa anuncia,

Não é muito confortável nesse momento coletivo. Até jogo de totó tem lá hoje - Falta espaço físico - hoje realmente está lá o totó, muitas mesas e cadeiras, o tatame. Também ficam lá, os armários, livros, muita coisa (Azul Turquesa, entrevista concedida em 28 de setembro de 2017).

Na visão desse último professor, “a biblioteca não está sendo utilizada exatamente como uma biblioteca, tudo que precisa ser guardado é colocado lá. Então a biblioteca está cumprindo outro papel, que não é só o papel exclusivo” (Azul Turquesa, 2017).

Frente a essa realidade, o professor Branco Marfim acredita que uma sala confortável é importante para a realização da política de M2, isso “porque às vezes a

gente fica sentada numa cadeira dura, duas horas seguidas. A coluna dói; tudo dói” (Branco Marfim, 2017). Corroborando com a sugestão do colega, o professor Céu de Prata pontua que “seria bom se tivesse uma sala. É, a escola, ela precisa de uma sala de recursos tecnológicos onde a gente pudesse fazer reuniões” (Céu de Prata, entrevista concedida em 20 de setembro de 2017).

Em virtude do que foi mencionado, verifica-se que a falta de espaços específicos, destinados à realização das atividades pedagógicas, tem dificultado a implementação da política de M2 na escola. Em decorrência disso, muitos profissionais, compartilham espaços físicos que não possuem a mínima condição de atendê-los em suas atividades laborais. Em face da ausência de um ambiente de trabalho adequado, que ofereça suporte, comodidade e privacidade aos professores nos horários de M2, percebe-se resistências de muitos destes profissionais em ter que realizar os horários de M2 na própria escola.

Sobre a política de construção dos espaços escolares, Funari e Zarankim (2005, p.139) afirmam que durante o século XX, multiplicaram-se os códigos e normas com “claras especificações a respeito das características e localizações da cozinha, banheiro, direção, mas que se tornam ambíguas, ou não existem, quando se trata da estética ou da estruturação do espaço interno da escola”. Sobre essa questão, esses autores afirmam que:

Os discursos verbais – currículo escolar- e discursos materiais – estrutura física do prédio escolar – são suficientemente rígidas para não poderem ser mudadas de forma radical, ao mesmo tempo que possuem a flexibilidade necessária para que possam ser introduzidas transformações que permitam adaptar a escola às exigências do poder (FUNARI; ZARANKIN, 2005, p.139).

Consoante à possibilidade de se introduzir novos modelos/arranjos de utilização do espaço escolar e da pungente insatisfação dos professores diante dos tempos e dos espaços utilizados nos horários de M2, esta pesquisadora sugere uma discussão mais aprofundada desse tema entre os envolvidos no processo, com vistas à melhoria da política em 2018.

Embora a necessidade desse diálogo seja urgente, a pergunta que se coloca é: será que é possível reorganizar os tempos e espaços da escola Aquarela, considerando que a mesma possui uma estrutura rígida de organização de horários

e utilização de área construída, com o agravante de não possuir espaços e equipamentos em quantidade suficiente para a realização do M2?

Ao descrever sobre a dinâmica do M2 coletivo, o professor Branco Marfim considera que esta ocorre geralmente da seguinte maneira:

[...] senta-se todo mundo na mesma sala, às vezes, divide-se em grupos, cada grupo com assuntos diferentes. Depois vem a exposição dos assuntos, as respostas; que a gente consegue responder um questionário. Outra hora é só ouvir, ouvir, ouvir (Branco Marfim, entrevista concedida em 02 de outubro de 2017).

Questionado sobre a participação docente nesses horários de M2 coletivo, o professor Céu de Prata acentua:

A gente está ali presente, ouvindo e, na medida do possível, a gente está participando. Mas eu confesso que ultimamente eu prefiro nem falar; porque quase não tem efeito o que agente fala. Sempre, sempre a Secretaria (SEE) ou a gestão já chegam com as coisas prontas e... “manda quem pode, obedece quem tem juízo” (Céu de Prata, entrevista concedida em 20 de setembro de 2017).

Sobre a fala anterior, é imprescindível que o leitor saiba que as escolas estaduais de Minas Gerais realizam, no decorrer de cada ano letivo, inúmeros projetos institucionais, arquitetados pela SEE ou SRE. Diante dessa realidade, Céu de Prata reconhece que não será ouvido e se sente impotente em relação a essas políticas *Top-down*¹¹, que chegam até a escola com a prerrogativa de serem executadas de imediato. É importante registrar que tais projetos claramente desconsideram o andamento do trabalho do professor em sala de aula. Sobre essa perspectiva, a Rede de ensino não leva em conta o trabalho que o professor está realizando com seus alunos, ao propor/impôr novas atividades escolares. Como consequência disso, o professor se vê obrigado a deixar as suas atividades de lado para atender à política estatal, que geralmente destoa do conteúdo abordado em sala de aula. No tocante a essa questão, não há quaisquer indícios de uma gestão democrática, ou possibilidade de recusa, por parte desse professor ou mesmo da escola, de realizar tais projetos. Ao contrário, cabe a estes apenas a sua execução.

¹¹ O Modelo *Top-Down* – Também conhecido como “Implementação Programada” – tem como ponto de partida a asserção de que a implementação se inicia com uma decisão do governo central, a qual define a relação entre os objetivos da política – determinados pelas lideranças políticas – e os meios a serem mobilizados pelos diferentes níveis de burocracia a fim de produzir os resultados pretendidos (RUA; ROMANINI, 2013)

Frente a essa realidade, de poder contestar e apenas executar os referidos projetos, muitos professores acabam tendo uma “participação como presença”, considerada por Lück (2013, p. 37) como:

Devido à atuação passiva e de inércia adotada, as pessoas fazem parte, mas não são participantes ativos, pois não atuam conscientemente para construir a realidade de que fazem parte. Vale lembrar, no entanto, que mesmo sem essa consciência e sem essa intenção, produzem seus efeitos no contexto de que fazem parte e que resultam comumente como negativos, contribuindo para a inércia, o comodismo e a passividade do grupo, por meio de ação não orientada para a superação de limitações e dificuldades ou enfrentamentos de desafios.

Sobre isso, Lück (2013, p. 37) alerta que “a simples presença de uma pessoa em um ambiente, com expressões não verbais de apatia e indiferença com a dimensão sociocultural de sua realidade, exerce impacto negativo no mesmo”.

Ao considerar os horários de 17h30 as 19h30, em que são realizadas as reuniões de M2, Ouro Minas observa que o professor que já trabalhou uma jornada em sala de aula no dia de M2 coletivo, “ele não vai produzir por que ele está tão cansado, tão desgastado!” (Ouro Minas, entrevista concedida em 20 de setembro de 2017). Segundo esse docente, tanto o horário, quanto a frequência das reuniões de M2 “está sendo muito desgastante” aos professores da escola. Vermelho Rubi afirma que nesse horário, a maioria dos participantes demonstra estar cansados, exaustos; “loucos pra ir pra casa pra descansar” (Vermelho Rubi, entrevista concedida em 27 de setembro de 2017). Na opinião desse último professor, nesse horário as “pessoas estão um pouco nervosas, porque passaram por um turno vespertino, em que nós temos muitas crianças, e aí a reunião de fato não flui como deveria fluir” (Vermelho Rubi, entrevista concedida em 27 de setembro de 2017). Sobre esses horários de M2, Verde Campo revela que, “acaba todo mundo cumprindo a obrigação, mas a mente e o corpo não respondem mais, e os professores acabam ficando mais como ouvintes” (Verde Campo, entrevista concedida em 19 de setembro de 2017).

Considerando que as reuniões de M2 coletivo, são realizadas com professores nessas condições, pode-se dizer que o planejamento e o desenvolvimento das ações coletivas ficam prejudicados; o que leva a um trabalho de menor qualidade por parte desses profissionais. Relativo ao planejamento

escolar, Fusari (1998, p.43) esclarece que este ato “deve ser concebido, assumido e vivenciado no cotidiano da prática social docente, como um processo de reflexão”. Ao apontar que tipo de plano deve ter prioridade no processo de planejamento: se o plano escolar, plano curricular, plano de curso ou plano de ensino, Fusari (1998, p.46) reitera:

É claro que os três tipos de plano se complementam, se interpenetram e compõem o corpo do plano de currículo da escola. Entretanto, na prática das escolas, devido à quase total falta de condições de trabalho docente, a elaboração dos planos escolar, de curso e de ensino tem-se revelado complexa, fragmentada, longe mesmo, em alguns casos, daquela organicidade desejada para o processo ensino-aprendizagem. É preocupante a situação dos professores; eles têm de entregar planos gerais das disciplinas, planos de ensino e, no entanto, não possuem condições para o preparo das aulas, o que é o mais fundamental.

Diante dessa exposição teórica, resta saber quais planejamentos estão sendo realizados na escola Aquarela e, se o PPP e o Regimento Interno vêm sendo contemplados. Relativo a essa questão, Céu de Prata afirma que sempre faz seu planejamento; referindo-se ao individual. Branco Marfim por sua vez, revela que no ano de 2017 os planejamentos foram “pontuais”; relacionados a “eventos” e dá a seguinte declaração: “Parece que está tendo uma conversa agora de reformular o PPP”. Referente à reformulação do PPP e do Regimento Interno; os demais professores afirmam não ter quaisquer conhecimentos sobre essa questão.

Ainda sobre o que se planeja nas reuniões de M2 coletivo, Vermelho Rubi afirma que “os planejamentos em si, eles são mais voltados aqui para projetos, não para o aprendizado, não para o plano de curso, não para o plano semanal do professor. Eles são voltados para projetos; eventos que vão ocorrer na escola” (Vermelho Rubi, entrevista concedida em 27 de setembro de 2017). Segundo Vermelho Rubi, não ocorreu neste ano “de nós sentarmos com os professores da mesma área e planejarmos uma ação para melhorar o desempenho em Matemática, ou melhorar o desempenho em Português. Não ocorreu isso aqui” (Vermelho Rubi, entrevista concedida em 27 de setembro de 2017).

Ratificando a fala anterior, os demais professores entrevistados, disseram que nos últimos 30 dias foram discutidos nos horários de M2 coletivo: o Dia da Leitura, a Gincana da Matemática, A Semana da Juventude, A Escola em Movimento, os resultados das avaliações externas e a Mostra de Arte. Importante dizer que, desses

planos, a Mostra de Arte é o único exclusivamente elaborado pela escola Aquarela, sendo os demais projetos *Top-Down*.

Relativo à percepção que possuem sobre as atividades realizadas nos horários de M2, o professor Branco Marfim admite achar o M2 individual mais proveitoso, “você aproveita aquele momento ali, você faz”. No entanto, esse mesmo professor reconhece que o M2 coletivo é “mais complicado e menos aproveitado. Eu acho uns temas assim, tão..., parece que vai chegando tudo ao mesmo tempo. Um monte de coisa para você fazer e acaba você não se saindo bem em nenhuma e nem outra” (Branco Marfim, entrevista concedida em 02 de outubro de 2017). No entendimento do professor Céu de Prata, se “perde muito tempo só com teoria”, “os participantes falam demais e os resultados são muito pouco”; “acho que esse tempo poderia ser aproveitado de uma melhor forma” (Céu de Prata, entrevista concedida em 20 de setembro de 2017). Segundo o professor Verde Campo, “acaba sendo muito fechado naqueles assuntos que geralmente a direção leva”. Para esse professor é importante que “haja uma flexibilização para uma interação entre os profissionais, entre as disciplinas; e que possa favorecer o lado do trabalho” (Verde Campo, entrevista concedida em 19 de setembro de 2017). Por sua vez, o professor Azul Turquesa pontua que “nem sempre ela é muito organizada, muita gente fala ao mesmo tempo, porém, geralmente as temáticas estão sendo interessantes; a teoria é boa, porém a prática nem sempre consegue chegar ao objetivo” (Azul Turquesa, entrevista concedida em 28 de setembro de 2017).

Pela descrição das reuniões de M2 coletivo, percebe-se por parte dos professores um baixo aproveitamento dos temas tratados. Essa situação pode estar ocorrendo em razão dos próprios temas trazidos pela direção da escola que, em regra são ações idealizadas externamente ao contexto escolar. Sobre essa realidade, Lück (2013) alerta que, muito embora as reuniões possam parecer um espaço democrático de participação, não o são. Para a autora,

[...] a atenta observação do que acontece no contexto educacional pode demonstrar um espírito totalmente diverso. Isso porque não é incomum perceber, (...), escolas em que as decisões tomadas por sua direção têm no espaço de reuniões de professores o objetivo de referendar decisões tomadas, construindo-se desse modo, em processo de falsa democracia e participação (LÜCK, 2013, p.39).

Apurados os assuntos tratados nas reuniões de M2, foi questionado aos professores sobre quais temáticas deveriam ser abordadas nestes horários. Ao considerar essa questão, Branco Marfim manifestou a importância de tratar de temas voltados a ajudar o professor no desenvolvimento de atividades em sala de aula. Nessa mesma vertente, Vermelho Rubi acrescenta:

Eu queria que o foco mesmo, fosse a aprendizagem do aluno. O que fazer pra melhorar a nota desse aluno, o desempenho no vestibular, o que fazer pra melhorar a vida dele fora dos muros da escola, como vai ser a vida profissional desse aluno, o que nós estamos fazendo pra enviar para o mercado de trabalho um bom profissional. (Vermelho Rubi, entrevista concedida em 27 de setembro de 2017).

Ao sugerir novas temáticas para o M2 coletivo, Ouro Minas foi categórico: “Tudo, menos a indisciplina do aluno. Falar do que é bom”, tratar assuntos que leve a resultados e que se “converse sobre estratégias inovadoras”. Como exemplo, citou: “vamos falar hoje sobre métodos de ensino, como nós professores podemos ensinar matemática para o aluno na transversalidade, ou seja, na interdisciplinaridade?” (Ouro Minas, entrevista concedida em 20 de setembro de 2017). De acordo com esse professor, em decorrência do M2 discutir ações que vêm lá de cima (SEE), que se tem “que cumprir pra ontem”, os professores da escola não tem tempo de discutir esse tipo de proposta, o que torna o M2 “insuportável, desgastante”, “tem dia que a gente sai do M2 (coletivo) abatido, cansado. Como é que o ser humano vai produzir cansado?” (Ouro Minas, entrevista concedida em 20 de setembro de 2017).

Diferente do professor anterior, Céu de Prata destaca a importância de se discutir temas voltados para a melhora das atitudes dos alunos em sala de aula e assevera que se deve “criar mecanismos que venham ajudar realmente esse aluno a se interessar; desejar aprender”, pois é “impossível a gente conseguir realizar um bom trabalho, sem que haja disciplina. Então, o conhecimento e a aprendizagem dos alunos, andam juntos” (Céu de Prata, entrevista concedida em 20 de setembro de 2017).

Embora tenham posições diferentes, quanto a tratar ou não da indisciplina do aluno no M2 coletivo, Ouro Minas e Céu de Prata concordam que devem ser tratados temas que oportunize a aprendizagem do aluno. Vale pontuar que, apesar

da “indisciplina do aluno” ser um tema recorrente nos horários de M2 na escola Aquarela, ainda se apresenta como um impeditivo para o ensino e aprendizagem.

Sobre a gestão em sala de aula, Tardif e Lessard (2014, p.64) depõem que:

O docente é e se percebe sempre como o principal – se não o único – responsável pelo funcionamento da classe. Essa situação é reforçada tanto pela maioria das direções escolares, que exigem dos professores a capacidade de controlar seus alunos em sala de aula, quanto pelos seus colegas, que vivem exatamente a mesma situação, sem pedir a intervenção de ninguém: *portanto, geralmente, é preciso fazer exatamente como os outros, quer dizer, não contar com eles*. A solidão do trabalhador diante de seu objeto de trabalho (grupo de alunos), solidão que é sinônimo ao mesmo tempo de autonomia, de responsabilidade, mas também, de vulnerabilidade, parece estar no coração dessa profissão (grafia original do livro).

No tocante à supervisão pedagógica nos horários de M2 individual, o professor Vermelho Rubi afirma ser muito raro presenciar tal acompanhamento e revela que, nos anos em que trabalha na escola “nunca aconteceu de um supervisor sentar comigo no meu M2”. Sobre essa questão, Vermelho Rubi declara:

O que acontece na nossa escola, é que os supervisores estão sempre acarretados com problemas de indisciplina e nunca sobra tempo para esse supervisor sentar conosco e discutirmos coisas a respeito do plano anual, ou vemos se de fato está seguindo aquilo que foi planejado, o porquê de não estar seguindo, o que aconteceu que impediu a execução daquele plano (Vermelho Rubi, entrevista concedida em 27 de setembro de 2017).

No tocante ao suporte pedagógico nos horários de M2 individual nos últimos 30 dias, o professor Céu de Prata afirma que não houve porque “há uma escassez de funcionários na escola”. De acordo com este docente, “não é nem porque o supervisor não quer, mas às vezes ele está tão sobrecarregado de várias urgências, que ele acaba não tendo como sentar para fazer esse acompanhamento pedagógico” (Céu de Prata, entrevista concedida em 20 de setembro de 2017). Com mesma percepção do professor anterior, Branco Marfim pontua: “mas tem hora que também a gente vê que é porque é muito serviço, muito atarefado, então a gente não conta com ele sempre” (Branco Marfim, entrevista concedida em 02 de outubro de 2017). Segundo Verde Campo, os responsáveis pelo acompanhamento do M2 individual “acabam tendo outras funções na escola” e, devido às circunstâncias no momento do M2, a parte “pedagógica, ela fica deixada de lado” (Verde Campo,

entrevista concedida em 19 de setembro de 2017). Azul Turquesa considera ser razoável o acompanhamento do supervisor pedagógico nesses horários, porém acentua que a rotina da escola leva o supervisor a fazer outra função; o que o impede de estar presente nos horários de M2 individual. Consoante a esse fato, Azul Turquesa tem observado que a supervisora do seu turno precisa constantemente fazer ocorrência/advertência a alguns alunos e, em decorrência disso, “nem sempre ela tem tempo pra estar me acompanhando” (Azul Turquesa, entrevista concedida em 28 de setembro de 2017).

Concernente às trocas de experiências e metodologias que ocorreram nos horários de M2 nos últimos 30 dias, o professor Vermelho Rubi foi incisivo ao afirmar: “isso não ocorre na nossa escola, nós não temos troca de experiências” (Vermelho Rubi, 2017). Segundo esse docente, apesar de lecionar nas mesmas séries no mesmo conteúdo que um outro professor,

Nunca ocorreu uma troca de experiência entre nós, eu não sei em que matéria ele está, ele não sabe em qual matéria estou lecionando no momento. Nosso plano de curso não é igual, não foi desenvolvido de forma conjunta, nossos módulos não são no mesmo horário. Então, nem tem como trocarmos experiências ou atividades, ou falar de algo que foi positivo na minha aula, ou de algo que foi negativo. Não tem como fazer isso porque nossos módulos não foram pensados em um módulo que ocorresse num mesmo horário pros dois profissionais (Vermelho Rubi, entrevista concedida em 27 de setembro de 2017).

Branco Marfim revela que não observa trocas de experiências e metodologias no M2 coletivo, porém afirma que no M2 individual “quando pode contar com o especialista, acontece sim essa troca de experiência; como trabalhar diferenciado”. Verde Campo atribui a pouca troca de experiências e socialização de conhecimentos por parte dos professores, ao fato de a maioria dos horários de M2 (coletivo) tratar de assuntos administrativos. Referente a essa questão, Céu de Prata assevera “não há, é muito escasso, não existe”. Sobre a socialização de metodologias dos horários de M2, Azul Turquesa afirma ser “muito pouco”. Todavia, esse docente reconhece que essa troca de experiências existe e ocorre geralmente quando “alguns professores que têm mais experiências, eles expõem experiências, colocando pontos de vista, muitos colocam sobre conduta de aluno; como conduzir os alunos”. Segundo esse professor, a crise que se tem hoje na política de ensino, é disciplinar, e acrescenta: “na escola a gente tem muita dificuldade com o manejo (dos alunos)

hoje em dia, e alguns professores dão alguns toques de como conduzir isso aí com mais tranquilidade” (Azul Turquesa, entrevista concedida em 28 de setembro de 2017). Outro que reconhece existir “de forma bem subjetiva” essa socialização é o professor Ouro Minas. Este docente cita que em determinadas atividades que são propostas “a gente faz oficinas rápidas, mine oficinas, discute, responde a alguns questionários, acaba aprendendo sim” (Ouro Minas, entrevista concedida em 20 de setembro de 2017).

Ao refletirem sobre a existência de interação entre os membros da equipe gestora e os professores da escola nos horários de M2, Branco Marfim considera que sim, “porque quando a gente precisou, quando tivemos dúvidas, a gente foi atrás e eles vieram” (Branco Marfim, 2017). Ouro Minas, por sua vez, reconhece que esta interação “está muito superficial”, isso porque “a gestão vem com tanta atribuição, às vezes, a gestão é mal interpretada pelo professor, tem aquela questão; é muita pressão. Então eu vejo uma divisão muito grande ainda. Eu vou até mais além, eu vejo uma distância entre a direção e o professorado” (Ouro Minas, entrevista concedida em 20 de setembro de 2017). Azul Turquesa reconhece a interação entre essas equipes, porém afirma que “às vezes ela é um pouco conflituosa, às vezes acontece divergência de opinião” porque “a equipe gestora sempre chega com alguma coisa; geralmente que é imposta pela SEE ou SRE”. Segundo esse gestor, essas propostas vindas de cima são “muito utópicas, sendo difícil aos professores atingir o objetivo proposto” (Azul Turquesa, entrevista concedida em 28 de setembro de 2017). Sobre essa questão, Céu de Prata considera que:

É bem razoável. Não tem assim, aqueeeeela participação. Então é bem razoável. Mas a gente como professor, ultimamente tenho me sentido assim (...), muito só. A gente se vê muito só. É só cobrança de todos os lados. Todo mundo da escola cobra do professor. Nós somos cobrados pela gestão, pela equipe pedagógica, muitas vezes, até mesmo pelas ASBs. É cobrança de todos os lados, a gente se sente sufocada (...) muitas vezes (...) (Céu de Prata, entrevista concedida em 20 de setembro de 2017).

Percebe-se claramente nesses relatos que o momento coletivo do M2, tem se revelado como um momento de tensão entre os professores e os membros da equipe gestora. Uma das hipóteses que justifica esses conflitos, talvez seja o

excesso de atribuições e responsabilidades que a equipe gestora impõe aos professores nesses horários. Lück (2013) corrobora com essa ideia ao afirmar que:

É importante levar em consideração que o direcionamento interior, correspondente ao poder relacional, pode constituir-se em uma expressão de autoproteção dos participantes da escola, por se verem continuamente ameaçados por decisões tomadas fora de seu contexto, impostas de fora para dentro, o que é uma prática comum nos sistema público brasileiro – ainda muito centralizado, apesar dos discursos de descentralização (p.111).

Ao serem interrogados se as ações realizadas nos horários de M2 favorecem o trabalho coletivo entre os docentes, Céu de Prata, Branco Marfim e Vermelho Rubi responderam que não. No entanto, o professor Verde Campo disse que sim; mas admite “que é muito pouco do que seria necessário”. Compartilhando da opinião anterior, Ouro Minas reconhece que “em alguns momentos sim, em alguns momentos ocorre sim”, e cita o dia da leitura em que “todos os professores acataram e realizaram”. Azul Turquesa também reforça a existência do trabalho coletivo entre os professores nos horários de M2, todavia ressalta que essa realidade ocorre apenas em situações esporádicas:

Eu vejo, porque é determinado que seja feito. É determinado. A ação está aí, o projeto está aí, tem que ser executado. Então os professores acabam tendo que interagir, formar grupos e executar as ações que são determinadas (Azul Turquesa, entrevista concedida em 28 de setembro de 2017).

Ao ser questionado se após executadas as ações, há uma continuidade do trabalho coletivo entre os docentes, Azul Turquesa afirma que não e admite que o mesmo “se desmancha, é uma demanda, é algo que acontece pontualmente naquele momento. E depois não percebo muito não” (Azul Turquesa, entrevista concedida em 28 de setembro de 2017).

Sobre os motivos da efemeridade das ações escolares, Lück (2013, p.80) alerta:

Promover na escola um ambiente de participação pelos professores, em conjunto e espírito de equipe, no sentido de transformar sua prática pedagógica, a elevação de seu nível de consciência e transformação da realidade de trabalho sem alteração das práticas

de relacionamento do sistema de ensino com a escola, cria mudanças apenas temporárias nas ações escolares.

Outro ponto desta pesquisa foi verificar se a prática do M2 concorre para que os professores façam a escrituração dos registros escolares, consigam elaborar ou entregar provas, notas, planos e outros serviços nos prazos determinados à secretaria e à equipe gestora da escola. Nessa perspectiva Branco Marfim reconhece que a prática do M2, além de não contribuir para a escrituração do seu trabalho “na verdade, ele sempre traz é mais serviço pra gente” o que faz com que “o tempo fica mais curto ainda, e se torna mais difícil pra gente estar cumprindo os prazos” (Branco Marfim, entrevista concedida em 02 de outubro de 2017). Ao considerar a entrega de notas, relatórios, avaliações, diários e planos junto à escola, o professor Verde Campo faz a seguinte colocação:

Esse processo aí, geralmente a gente faz em casa, que não dá tempo na escola e não há condição suficiente para a gente fazer. Então, acaba a gente tendo que fazer essa parte em casa, até o ambiente em casa é mais favorável (Verde Campo, entrevista concedida em 19 de setembro de 2017).

Sobre essa questão, o professor Céu de Prata pronuncia:

Só queria dizer o que a gente tem comentado e tem ouvido também dos colegas sempre, é essa realidade, que o M2 diminui a nossa carga horária em sala de aula (...). A nossa esperança era que a gente tivesse mais tempo pra planejar melhor nossas aulas, para cumprir com as responsabilidades de entregar notas, entregar aquilo que a gente precisa entregar na secretaria. Só que infelizmente o M2, ele tem [...]; nós temos sentido que ele se tornou uma sobrecarga sobre nós. Porque é um momento só de jogar coisas, de cobrar mais, de dar mais obrigações e, na verdade é como se fosse um tempo a mais de trabalho. É roubado de nós esse tempo de planejar, de estar mais junto... É o que a gente tem sentido, nós temos nos sentidosobrecarregados na verdade. Eu creio que não era esse o objetivo do M2, o objetivo eu creio que era tirar um pouco de aula para aliviar mais, melhorar mais, por nosso planejamento...mas não é isso que tem acontecido (Céu de Prata, entrevista concedida em 20 de setembro de 2017).

Com efeito, percebe-se, pelos relatos anteriores, que o M2 coletivo na escola Aquarela não sofreu muitas variações desde a sua implantação em 2015. Como consequência deste fato, observa-se um mal-estar, por parte dos professores, relacionado à prática do M2, que é contrária ao objetivo para o qual estes horários

se propõem. Observa-se que essa condição está relacionada a uma demanda de trabalho, que é imposta a esses profissionais nesse espaço/tempo, impedindo-os de dar continuidade às inúmeras atribuições da própria docência. Em decorrência do excesso de atribuições, os professores se sentem sobrecarregados e impotentes, por não conseguirem executar com maestria todas as obrigações que lhes são impostas. Depreende-se com isso que as novas atribuições prejudicam o andamento dos trabalhos dos professores por provocar uma descontinuidade, uma mudança de ritmo e de foco em seus trabalhos cotidianos. Isso ocorre porque esses profissionais são obrigados a trabalhar o currículo paralelamente a essas ações externas que, por vezes, não se identificam com as reais necessidades da escola. Sobre essa condição peculiar às escolas públicas, que constrange o trabalhador de educação da Rede, Lück (2013, p.113-114) afirma:

A escola pública recebe muitas interferências externas, que vão desde a determinação de como deve organizar uma chamada escolar, quais campanhas deve realizar, que projetos deve promover, até como deve avaliar os alunos. Portarias e resoluções secretariais e normas de departamentos e de diferentes setores frequentemente desestabilizam a prática pedagógica escolar por introduzirem, intempestivamente, do ponto de vista da regularidade da escola, novas demandas. Muitas vezes até, diferentes departamentos do âmbito central que não conversam entre si e não articulam seu trabalho, enviam determinações conflitantes para a escola. Além disso, como tais “ordem” são decididas e pensadas fora do contexto escolar e sem envolvimento de seus profissionais, quando chegam a eles passam a ser entendidas ao pé da letra e não em seu espírito, vindo a faltar alma em sua aplicação, caso a mesma venha a ocorrer.

Ao considerar os impactos causados pela política de M2 em sua prática docente, Branco Marfim declara que não houve, e que estas horas “prestam mesmo é pra cumprir horário”. Céu de Prata é outro docente que também não percebe nenhum impacto dessas atividades em sua prática docente. Consoante a isso, o professor Vermelho Rubi relata que há “muitas falácias e poucas ações, são poucas práticas que de fato ajudam o professor a resolver o problema, a gente fica ali num círculo vicioso, mas não chega a lugar nenhum” (Vermelho Rubi, entrevista concedida em 27 de setembro de 2017). Por sua vez, o professor Ouro Minas considera que “de certa forma” há impacto sim em sua prática pedagógica, “uma conversa formal ou informal com os colegas, a gente aprende sim” (Ouro Minas, entrevista concedida em 20 de setembro de 2017). Na mesma linha de

entendimento, Azul Turquesa revela que essas atividades têm impactado “pouco, mas têm” em sua prática docente. Este professor reitera dizendo que algumas atividades, “alguns projetos, a gente tem conseguido resultados com os alunos. Parcial. A gente não tem conseguido na totalidade, mas alguma coisa tem surtido efeito sim” (Azul Turquesa, entrevista concedida em 28 de setembro de 2017).

Referente aos horários de M2 serem ou não suficientes para a realização de ações, planos e projetos inerentes ao trabalho do docente, Branco Marfim reconhece que “se fossem destinados a isso, seriam. Mas tem muitos assuntos paralelos, muitas coisas que não vêm ao caso naquele momento, então impede um pouquinho de aproveitar o tempo” (Branco Marfim, entrevista concedida em 02 de outubro de 2017). Céu de Prata responde essa questão com a seguinte fala: “Mesmo porque, essa questão do Módulo coletivo que sempre traz mais responsabilidade para a gente, então você nunca que tem tempo pra planejar” (Céu de Prata, entrevista concedida em 20 de setembro de 2017). Sobre isso, Verde Campo depõe: “a questão nem é se é suficiente”, uma vez que “poderiam ser mais bem aproveitados esses tempos para desenvolver algumas ações” (Verde Campo, entrevista concedida em 19 de setembro de 2017). Sobre a não otimização desse tempo, este professor admite que “acaba a gente levando serviço pra casa”, “na escola a gente não consegue fazer o que a gente faz em casa” e como na escola “algumas atividades você não consegue render”, estas acabam sendo feitas em casa (Verde Campo, entrevista concedida em 19 de setembro de 2017). Ouro Minas admite ter conjecturado quando o M2 surgiu: “nossa! Agora vai ser bom. Agora a gente não vai atrasar os diários, a gente vai andar com a vida em dia. Dá pra planejar, tirar essa sobrecarga” (Ouro Minas, entrevista concedida em 20 de setembro de 2017). No entanto, após a implantação dessa política, Ouro Minas relata que “leva tudo pra casa, que acaba que o M2 é tudo em casa. Há situações que a gente perde o quê? Madrugas, colocando a questão em dia, por exemplo” (Ouro Minas, entrevista concedida em 20 de setembro de 2017). Compartilhando desse mesmo entendimento, o professor Azul Turquesa afirma:

Se esses módulos coletivos fossem direcionados para a aprendizagem em si, talvez até conseguiria, (...) nós poderíamos conseguir executar essas tarefas em si. Mas como eu já disse: como esses horários entram em discussões sobre indisciplina, discussão sobre administração, esses horários se tornam insuficientes. Na maioria das vezes, ou esse profissional se desdobra, durante a

semana, ou ele vai ter que fazer diversas tarefas aos sábados ou aos domingos (Azul Turquesa, entrevista concedida em 28 de setembro de 2017).

No tocante a ter conhecimentos sobre a política de M2 ou se a direção da escola já tenha passado informações sobre essa questão aos demais professores, Vermelho Rubi faz a seguinte colocação:

Eu não tenho conhecimento, o que eu sei sobre o M2, não foi o que a direção me passou, foi o que eu mesma sentei e estudei. Não foi uma coisa que a direção, a escola passou, que nós tivemos alguma capacitação pra falar sobre isso, uma orientação; nada a respeito disso (Vermelho Rubi, entrevista concedida em 27 de setembro de 2017).

Relativo a isso, Azul Turquesa declara que conhece “parcialmente, superficialmente” a política de M2 e destaca “que tem uma parte que é executada na escola, que é proporcional a carga horária que o professor tem”. Segundo esse professor, o mesmo tem uma noção básica e apesar de não lembrar com detalhes, reconhece que a escola já deu informações sobre essa política aos professores.

Pelos depoimentos anteriores, deduz-se que ainda há professores, na escola Aquarela, que desconhecem a política de M2; apesar de participarem de reuniões e cumprirem os horários costumeiramente. Diante dessa realidade, é bem provável que os constantes conflitos, angústias, apatias e desapontamentos, por parte de alguns professores, possam estar relacionados ao fato de os mesmos ignorarem tal política. Nesse sentido, é imperioso reservar um tempo para que haja uma discussão com as equipes envolvidas na prática do M2, ocasião fértil para mostrar o que a política de M2 representa para o coletivo da escola; quais os possíveis benefícios para a melhoria do ensino e aprendizagem; quais assuntos devem ser tratados, dentre outras questões. Enfim, dar publicidade a esta política e esclarecer eventuais dúvidas dos seus integrantes.

Encerrando as falas dos docentes, é importante registrar as impressões do professor Preto Perolado, à respeito da política de M2 na escola Aquarela. Sobre essa questão, o professor Preto Perolado informou, a esta pesquisadora, que não cumpre os horários de M2 em nenhuma das duas escolas em que trabalha. Diante desse fato, não foi possível aplicar todas as questões contidas na entrevista. Questionado sobre as razões de não cumprir o M2 na escola Aquarela, Preto

Perolado alegou que isso se deve ao quantitativo de aulas que trabalha semanalmente. Vale informar que esse professor possui dois cargos, de 25 h/a cada, realidade comum a muitos professores, que, diferentemente deste docente, se veem obrigados a cumprir os horários de M2 rigorosamente. Ao ser inquirido se ao longo dos anos de trabalho na escola Aquarela, o diretor ou mesmo o vice-diretor já o interpelou para que cumprisse os horários de M2 como os demais professores, Preto Perolado admitiu que “não”. Todavia, revelou que:

A supervisora chegou a mencionar uma vez, mas depois, como ela viu que eu trabalhava o horário inteiro, ela falou que veria um horário pra eu fazer o M2, mas também nunca mais me procurou (Preto Perolado, entrevista concedida em 05 de outubro de 2017).

Relativo ao seu trabalho em sala de aula, Preto Perolado afirma não ter obrigação de fazer plano de aula ou diário de classe como os demais professores. Questionado se sentia a necessidade de participar dos horários de M2 na escola, esse docente afirmou não sentir “nem um pouco” e acrescentou: “para o meu trabalho em sala de aula, não faz diferença” (Preto Perolado, entrevista concedida em 05 de outubro de 2017). No tocante a conhecer a legislação pertinente aos horários de M2, preto Perolado admitiu não ter esse conhecimento e não saber ao certo se tem obrigação de cumprir tais exigências.

É importante registrar que tanto as entrevistas, como as observações realizadas durante esta pesquisa, evidenciaram que, enquanto alguns professores cumprem ortodoxamente os horários de M2 na escola Aquarela e se veem constantemente monitorados/acompanhados/cobrados pela equipe gestora, há aqueles que não a cumprem e passam despercebidos por essa política. Considerando que a carga horária destinada ao M2 é paga pelos cofres públicos e se destina à melhoria da política de ensino, torna-se urgente o cumprimento efetivo do M2 por todos os PEB da escola.

Referente os possíveis cursos oferecidos pela escola Aquarela no ano de 2017, com foco na formação continuada, os professores entrevistados disseram que não houve nenhum. Questionados sobre cursos de mesma temática promovidos pela SEE/MG ou SRE/Pirapora em 2017, foi constatado entre os entrevistados que apenas um professor da escola teve acesso a um treinamento de dois dias para

trabalhar na EE. Ao considerar os cursos viabilizados por essas duas últimas instituições a partir de 2013, Ouro Minas afirma ter feito um curso sobre o tema “Afro, cultura e etnias” no ano de 2013 e 2014; Branco Marfim relata que realizou uma capacitação para trabalhar com os Anos iniciais em 2011 e Céu de Prata revela ter participado de uma capacitação pra trabalhar com as avaliações externas.

Tomando por base o quantitativo de professores que a escola Aquarela possui, conclui-se o quão pouco representativo foi o número de profissionais que tiveram a oportunidade de receber algum tipo de treinamento ou formação nos anos que se seguiram à implantação da política de M2 no estado de Minas Gerais. Contrariamente a essa realidade, a expectativa de mudança que se tem atualmente, encontra-se nas Metas 15, 16, 17 e 18 do PNE (2014-2014), metas direcionadas à valorização dos profissionais da educação e também estratégias para que as demais sejam atingidas (ver quadro - 1).

No tocante a essas Metas, reeditadas no Plano Estadual de Educação (PEE) do Amazonas (2015-2025) e a HTP como é conhecido o M2 nesse Estado, Almeida (2016, p.41) adverte:

A Meta 15 trata da política de formação inicial, a Meta 16 abordou as questões da formação continuada, a Meta 18 o Plano de Carreira Docente, e a Meta 17 denominada “Valorização do Professor”. Isso demonstra que *a priori*, a valorização profissional deverá ser priorizada na agenda dos gestores públicos nos próximos dez anos, e dentre seus eixos a HTP como parte de uma jornada de trabalho que oportunize condições mínimas para a melhoria do trabalho pedagógico dos professores da educação básica, assim como é para os professores do ensino superior.

Dada a relevância da formação continuada dos professores em serviço, Almeida (2016, p.107) enfatiza,

Vale destacar que de todas as atividades pertinentes à HTP, a formação continuada (individual, ou coletiva) no espaço da escola ou extra é a atividade que mais possibilita o aperfeiçoamento profissional docente, um dos principais objetivos da HTP.

Findadas as entrevistas com os professores, a seguir serão apresentadas as análises de 4 entrevistas realizadas junto aos gestores sobre a política de M2 implantada na escola Aquarela a partir de 2013.

2.4 Análise das entrevistas feitas com os gestores sobre a política de m2 na Escola Aquarela

Esta seção objetiva apresentar ao leitor as percepções de alguns gestores acerca da política de M2 implantada na escola Aquarela a partir de 2013. Compondo essa equipe, encontra-se o diretor, os vice-diretores e os especialistas em EB. Com efeito, é importante esclarecer os motivos que impossibilitaram que alguns membros da equipe gestora fossem entrevistados. O primeiro motivo se deu, em função do pouco tempo de atuação desses profissionais na escola, enquanto o segundo motivo foi em decorrência das inúmeras demandas de trabalho que, por diversas vezes, impediram que alguns desses profissionais concedessem as entrevistas nas datas e horários agendados.

Sobre a equipe gestora, interessa abordar, neste trabalho, a rotina dos seus membros, considerando que estes são os principais responsáveis pelo cumprimento e acompanhamento da política de M2 na escola. Durante esta pesquisa, foi constatado que os gestores da escola Aquarela cumprem uma carga horária maior do que a prevista em lei. O gestor Realismo, por exemplo, que deveria cumprir uma carga horária de 8h por dia, cumpre em média 12h por dia. De acordo com esse gestor, as horas trabalhadas, “depende da dinâmica da escola. Quando a gente tem muita atividade, muita ação, às vezes, eu passo o dia todo aqui; até sem ir em casa” (Realismo, entrevista concedida em 28 de setembro de 2017). Outro que vivencia essa realidade é o gestor Cubismo, que geralmente sai mais tarde da escola e costuma compensar essas horas trabalhadas, nos dias em que precisa se ausentar ou chegar mais tarde ao trabalho. Sobre essa questão, esse último gestor admite: “já aconteceu de eu sair daqui 21h30, (...) além de levar o serviço para casa. Porque dentro da escola, infelizmente, devido aos conflitos, essas coisas que ocorrem, não dá para terminar o trabalho” (Cubismo, entrevista concedida em 28 de setembro de 2017). Barroco é outro gestor que vive semelhante situação e afirma que embora tenha de cumprir apenas 6h diárias, estas horas são estendidas geralmente para 10h, uma vez que ele vem “sempre dando assistência aos outros turnos” (Barroco, entrevista concedida em 20 de setembro de 2017).

Como visto anteriormente, a equipe gestora da escola Aquarela cumpre uma carga horária superior ao previsto em lei e tem uma rotina intensa de atribuições. Um exemplo disso pode ser verificado na fala do gestor Realismo quando este

afirma que tudo passa pelo seu aval; “meu trabalho aqui é polivalente” (Realismo, entrevista concedida em 28 de setembro de 2017). De acordo com esse gestor, o mesmo é responsável por desenvolver projetos em parceria com a Secretaria Municipal de Educação, Secretaria Municipal de Saúde, Conselho Tutelar e a comunidade escolar. Barroco por sua vez, afirma ser responsável por toda a parte administrativa da escola, pelo trabalho com o aluno, pela supervisão do cumprimento dos horários de M1 e M2 pelos professores e por tomar as providências do que foi acordado nos horários de M2 coletivo. Segundo esse último gestor, “também cabe a mim: receber a comunidade na escola como pai, Conselho Tutelar, Polícia, PSF, Fórum; toda a parte da merenda e o cardápio anual da escola” (Barroco, entrevista concedida em 20 de setembro de 2017).

Cabe expor que, embora esses gestores tenham citado algumas de suas atribuições, a realidade se mostra bastante complexa, por exercerem múltiplas funções; estejam elas expressas ou não. Outro fator desgastante para esses profissionais são os imprevistos que ocorrem na escola e, por não terem controle sobre isso, costumam trabalhar sob forte tensão. Nesse sentido, essas entrevistas apontaram que tanto o diretor, como os vices diretores e os especialistas de EB, todos, sem exceção, assistem à comunidade escolar, participam da política de M2, são mediadores de conflitos internos e atendem a diferentes órgãos da Rede de ensino e aos de fora dela. Considerando as suas múltiplas tarefas, que se entrelaçam, conclui-se quão afinados devem estar esses profissionais no ambiente de trabalho, tendo em vista ser muito tênue a abrangência das funções que cada um exerce.

Questionados sobre as percepções que possuem sobre a política de M2 implantada nas escolas, o gestor Classicismo diz achar “interessante..., então eu acho importante que o governo pague para ele (professor) fazer na escola” (Classicismo, entrevista concedida em 06 de outubro de 2017). No entendimento desse gestor, se deixar a cargo do professor “estudar determinados temas ou fazer determinados trabalho em casa, ele não faz”, em decorrências das tarefas diárias que o professor já possui (Classicismo, entrevista concedida em 06 de outubro de 2017). O gestor Realismo considera que a política de M2 “se for efetivamente colocada em prática e todos seguirem direitinho, ela é boa” (Realismo, entrevista concedida em 28 de setembro de 2017). Na opinião desse gestor, o horário de M2 é um momento de “planejamento, é um momento de leitura, é um momento de

discussão, é um momento de planejar mesmo as ações que precisam ser desenvolvidas, para melhorar a aprendizagem dos alunos de modo geral” (Realismo, entrevista concedida em 28 de setembro de 2017). Barroco, por sua vez, entende que o M2 é “uma proposta muito interessante” e, como toda política, “tem que ser adaptada à realidade”. A sua expectativa é que esta “possa vir a melhorar” na escola Aquarela (Barroco, entrevista concedida em 20 de setembro de 2017).

Ao citar possíveis ações ocorridas na escola no ano de 2017, com foco na formação continuada do docente, o gestor Realismo afirmou que:

No momento, não teve não, só que a gente tem um planejamento do ProEMI - Programa Ensino Médio Inovador - que contempla uma capacitação, se eu não me engano, destinada aos professores do noturno que trabalham com a diversidade do mundo do trabalho, (...), sai em torno de 3.500,00 por aí (Realismo, entrevista concedida em 28 de setembro de 2017).

No tocante aos cursos de formação continuada, oferecidos pela SRE aos professores da escola Aquarela no ano de 2017, Realismo declara que apenas um professor da escola tenha participado de uma capacitação de três dias sobre EE.

No tocante à política de formação continuada, vale esclarecer que o Estado de Minas Gerais se norteia pelo próprio PNE (2014 - 2024), tendo em vista que o PEE ainda se encontra em trâmite sob o PL nº 2.882/2015. Apesar de a Meta 16 do PNE (2014-2024) “[...]garantir a todos (as) os (as) profissionais da educação básica formação continuada em sua área de atuação, considerando as necessidades, demandas e contextualizações dos sistemas de ensino”. Na prática, ela não abrange todos os profissionais da Rede. Nessa perspectiva, observa-se que essa política se encontra bastante contraída no ambiente escolar, tendo em vista que, em 2017, a Rede capacitou apenas dois servidores da escola Aquarela.

Ao analisar a política de formação inicial que os docentes da escola Aquarela tiveram, o gestor Classicismo percebe “que a cada ano que passa, o professor chega na escola muito despreparado” (Classicismo, entrevista concedida em 06 de outubro de 2017). Nesse sentido, Classicismo aponta que a falta de conhecimentos básicos como, Português e Matemática, é muito pontual em alguns docentes. Consoante a formação docente, o gestor Realismo optou por falar de sua experiência no início da carreira: “a grande maioria das coisas que a gente aprende na faculdade é tipo um ilusionismo, um tipo ideal, que não funciona na prática”

(Realismo, entrevista concedida em 28 de setembro de 2017). Segundo esse gestor, a grande maioria das coisas que aprendeu foi na própria escola Aquarela, e não na faculdade, que foi teórica. Coisas do cotidiano do professor como, fazer uma prova bem contextualizada, foram aprendidas por ele no exercício da docência. Realismo considera que a universidade ajuda no sentido de “abrir a mente pra certos aspectos que vão ser amadurecidos efetivamente quando você está dentro da sala de aula e dentro de uma escola convivendo” (Realismo, entrevista concedida em 28 de setembro de 2017). O gestor Cubismo também é outro que entende que as universidades preparam os futuros docentes para a teoria e, quando estes vêm para o ambiente escolar, percebem que é totalmente diferente; “ele não está preparado para essa realidade de sala de aula, menino desinteressado e tudo” (Cubismo, entrevista concedida em 28 de setembro de 2017). De acordo com esse gestor, às vezes o professor até sabe, teve os estágios, mas “os estágios não são a realidade em si” (Cubismo, entrevista concedida em 28 de setembro de 2017).

Os relatos desses gestores evidenciaram que alguns cursos de formação inicial, não capacitam os professores para o exercício da docência; o que concorre para que estes profissionais enfrentem uma realidade muito distante da idealizada no período de faculdade. Sobre a formação acadêmica dos professores, Wideenet. al (1998, s.p.apud TARDIF, 2014, p. 270), considera que:

Os cursos de formação para o magistério são globalmente idealizados segundo um modelo aplicacionista do conhecimento: os alunos passam um certo número de anos a assistir aulas baseadas em disciplinas e constituídas de conhecimentos proposicionais. Em seguida, ou durante essas aulas, eles vão estagiar para “aplicarem” esses conhecimentos. Enfim, quando a formação termina, eles começam a trabalhar sozinhos, aprendendo seu ofício na prática e constatando, na maioria das vezes, que esses conhecimentos proposicionais não se aplicam bem na ação cotidiano.

Sobre as principais dificuldades apresentadas pelos professores da escola no exercício de suas funções, o gestor Cubismo pontua que alguns docentes não conseguem “fazer com que o aluno entre em sala de aula”. Segundo esse gestor, por mais que se faça a conscientização de que a troca de horários é do professor e não do aluno, esse profissional gasta em média 20 minutos de aula com “aquele discurso de respeito” a fim de pô-los para dentro de sala. Em decorrência disso, Cubismo julga que os professores perdem muito tempo da aula e considera

demasiadamente difícil para este profissional lidar com os conflitos e com o desacato por parte de alguns alunos. Sobre esses impedimentos vivenciados por alguns professores, Realismo pactua com o gestor anterior ao declarar que:

A questão da indisciplina dos alunos tem atrapalhado muito o trabalho do professor em sala de aula. E essa indisciplina não é culpa da escola A, escola B, Escola C ou da gestão, isso está na sociedade; está enraizado na sociedade. Os meninos já estão chegando aqui com a indisciplina, com a falta de educação muito grande, com a questão do desrespeito, com a questão da perda dos valores (Realismo, entrevista concedida em 28 de setembro de 2017).

Sobre essa questão, alguns gestores e professores atribuem a indisciplina dos alunos a fatores externos, todavia, não se pode negar que a escola é um terreno fértil para o reforço desse comportamento. Nesse sentido, faz-se necessário o enfrentamento dessa situação em âmbito escolar, considerando que a indisciplina gera desordem e violência, além de contribuir significativamente para a evasão escolar, o baixo desempenho dos alunos, o aumento do índice de reprovação e o adoecimento do professor em serviço. Para tanto, é importante que todo o corpo profissional da escola seja capaz de orientar os alunos de maneira que estes aprendam as regras sociais de convivência e se sintam pertencentes ao coletivo escolar. Considerando que não há uma “fórmula pronta” que possa acabar com a indisciplina nas escolas, é incontestável que cada escola empreenda esforços no sentido de dirimir esse entrave ao ensino e a boa vivência de seus membros.

Pelos relatos anteriores, é possível afirmar que a indisciplina é um problema recorrente na escola Aquarela e, ainda que tenha sido pauta de debates a ponto do professor Ouro Minas não querer mais ver tratar dessa temática nas reuniões de M2, o problema persiste e se mostra urgente a proposição de intervenções pedagógicas mais eficazes.

Sobre essa temática comportamental, que tanto aflige os profissionais de educação, Tardif (2014, p.59) dá a seguinte orientação:

Considerando-se que na escola, como organização social, são reproduzidos os movimentos sociais e conflitos entre grupos diferenciados de interesse, de conflitos de poder e tensões respectivas, pode-se afirmar que nesse contexto há oportunidade de desenvolver, de maneira integrada, conhecimentos sobre o processo humano socialmente organizado.

Ao considerar o alunado que compõe a escola Aquarela, o gestor Realismo dá o seguinte depoimento:

A escola é composta de alunos egressos do entorno da escola, geralmente são alunos de baixa renda, são famílias que possuem baixo poder aquisitivo-sócio-econômico-financeiro. Uma grande maioria são pessoas que trabalham na zona rural, geralmente saem de casa 04:30 da manhã e vão trabalhar em colheitas, até mesmo com o gado, mexendo com o gado, com muitas coisas e retornam geralmente a noite para casa. Os filhos ficam por ai, só, muitos ficam com parentes e assim nossos alunos são carentes.... A grande maioria é aluno carente, já está detectado que além de sobreviver da zona rural, do que é produzido na zona rural, também do “bolsa família”. Só ai já detecta a carência nossa aqui. Estamos numa área de grande vulnerabilidade, grande quantidade de violência, uso da droga, a gente vê. Isso tudo reflete na escola. (Realismo, entrevista concedida em 28 de setembro de 2017).

Percebe-se que o depoimento anterior vem de encontro ao que fora dito no Capítulo 1, referente à latente vulnerabilidade social, a que uma parte dos alunos da escola está exposta. Diante dessa realidade, é comum surgir na escola conflitos de interesses que refletem no equilíbrio do grupo e, considerando que não há como impedir ou prevê-los, dada à diversidade que forma o coletivo da escola, também não se pode negligenciá-los, considerando que esta atitude pode gerar maiores tensões no futuro. Nesse sentido, Tardif (2013, p.60) alerta sobre possíveis descompromissos por parte de alguns gestores com essa situação e suas complicações:

Na medida em que gestores rejeitam as tensões, conflitos e dificuldades das situações de participação e interação social, deixam de ter uma orientação receptiva a respeito da realidade, condição fundamental para permitir-lhe a construção de conhecimentos de seus processos sociais e educacionais, e desperdiçam a oportunidade de superação de suas limitações e construção de seu processo de melhoria contínua.

No tocante à infraestrutura da escola Aquarela que é disponibilizada aos professores para a realização dos horários de M2, o gestor Realismo afirma que “a internet não é muito boa e tem um computador (se referindo ao da sala dos professores) e 9 computadores no laboratório de informática” (Realismo, entrevista concedida em 28 de setembro de 2017). Segundo esse gestor os computadores são

bons, “têm todos os aplicativos e todos os programas. Então isso não é empecilho pra prática do M2 individual não. Dá pra fazer sim”, “também é suficiente a sala dos professores. Pode usar o laboratório e a própria biblioteca” (Realismo, entrevista concedida em 28 de setembro de 2017). Sobre essa questão, o gestor Realismo assegura não ver que os espaços físicos ou os recursos disponibilizados aos professores dificultam a prática do M2 na escola Aquarela.

Dessa feita, ao fazer um paralelo entre a fala desse último gestor e a de outros entrevistados, percebem-se divergências em relação à estrutura do prédio escolar ser ou não adequada à prática do M2. Por oportuno, vale acrescentar que no dia a dia da escola não se percebe o uso do laboratório de informática pelos professores da escola. Todavia, o período de observação mostrou que tanto no turno da noite, quanto no matutino, esse espaço é frequentemente utilizado pelos gestores nos serviços administrativos nas reuniões e nos atendimentos a pais, alunos e membros do colegiado. Esta pesquisa apontou, ainda, que o laboratório de informática vem sendo utilizado como sala de reforço no período vespertino desde 2016, o que inviabiliza claramente a sua utilização por parte dos professores deste turno. Sobre esse impasse do uso do laboratório de informática pelos professores nos horários de M2, apenas um professor e um gestor reconheceram a existência dessa prática no turno da noite.

Sobre a subutilização da biblioteca, a pesquisa apontou que este espaço serve atualmente de depósito de livros didáticos, móveis escolares, materiais esportivos, mesas de jogos, além de ser usado como sala de vídeo, comprovando o que fora dito pelo professor Azul Turquesa. É importante saber que, no interior da biblioteca, encontra-se uma saleta, usada como depósito de materiais de limpeza e de maquinaria que se encontra em desuso na escola. Em decorrência dessas múltiplas utilizações e de ser frequentada diuturnamente por alunos, professores e ASBs, pode-se concluir que a biblioteca não oferece nenhuma privacidade para o cumprimento do M2 individual, como sugerido pelo gestor Realismo em sua entrevista.

Sobre o local de realização do M2 coletivo, o gestor Cubismo identificou a biblioteca e, quanto aos equipamentos utilizados citou o uso da TV, do *Data Show* e do notebook. Com referência ao M2 individual, Cubismo relata,

Tem um computador agora, o ano passado não tinha, esse ano tem aqui na sala dos professores. Temos esse aqui na sala, e às vezes, tem professor que utiliza a sala de informática, mas no momento agora está sendo difícil porque essa sala de informática está sendo ocupada pela professora de apoio (Cubismo, entrevista concedida em 28 de setembro de 2017).

Consoante ao direcionamento das atividades que são realizadas nos horários de M2 individual, o gestor Classicismo assinala que estas “ficam a critério deles, a gente supervisiona, mas é muito a critério deles”. Sobre quais atividades são realizadas, Classicismo cita a correção de provas e trabalhos e a realização de estudos para o fomento do ensino em sala de aula. Ao pontuar sobre essa discricionariedade no horário de M2 individual, Classicismo revela “que tem professor que realmente faz, ele cumpre, ele corre atrás, ele procura fazer o que ele precisa” (Classicismo, entrevista concedida em 06 de outubro de 2017). “Agora, tem uns que a gente vê que é mesmo assim; um horário de descanso” (Classicismo, entrevista realizada em 06 de outubro de 2017). Sobre esse desvio de finalidade do M2 por alguns professores, Classicismo relata:

Porque o professor, ele também cansa bastante na sala de aula. É um trabalho árduo, ele fica em pé muitas horas, ele corre de uma escola para a outra, tem hora que esse horário individual serve até pra ele parar um pouco, tomar uma água, se refrescar, ficar perto de um ventilador. Então assim, quer dizer, se ele trabalhasse menos, se ele pudesse trabalhar menos, eu acho que ele não se sentiria tão cansado a ponto de ter que descansar na escola (Classicismo, entrevista concedida em 06 de outubro de 2017).

Diante desse contexto, Classicismo reconhece que nem sempre o M2 individual acontece “do jeito que tem que ser” e que, embora o professor esteja cansado, ele ainda faz um estudo ou uma leitura mais profunda (Classicismo, entrevista concedida em 06 de outubro de 2017). Na opinião desse gestor, a falta de um local especial e o barulho no ambiente, são alguns dos agravantes que dificultam a prática dessas atividades na escola Aquarela. Somando-se a isso, outro fator limitante é a falta de computador para todos os professores que estejam fazendo o M2 naquele momento. De acordo com esse gestor, “na sala dos professores tem um único computador, que é muito pouco” (Classicismo, entrevista concedida em 06 de outubro de 2017). Nessa perspectiva, nota-se que esse gestor faz uma descrição

muito próxima dos relatos dos professores, pontuando, até mesmo, algumas condições que não foram ditas, como será visto a seguir:

Eu acho que essa sala, ela não tem aquele conforto, é uma sala muito quente, ela fica ao lado das salas de aula. E o barulho; muito alto. Então, assim, é difícil para o professor no horário de M2 concentrar, tanto devido ao calor, o sol da tarde bate exatamente na sala dos professores e também acho um computador lá, só, muito pouco. Às vezes tem mais de um professor no horário e é difícil. (Classicismo, entrevista concedida em 06 de outubro de 2017).

No tocante ao acompanhamento pedagógico nos horários de M2 individual, Realismo reitera que este “geralmente é feito com o especialista que senta com o professor. De acordo com esse gestor, “ali eles vão planejar, replanejar também, mais direcionado à própria aula do professor” (Realismo, entrevista concedida em 28 de setembro de 2017). Nota-se que essa última declaração, contrapõe com o que os professores disseram sobre o acompanhamento pedagógico no horário de M2 individual. O gestor Cubismo refuta tal declaração, ao relatar que, quando senta na sala dos professores com algum desses profissionais, observa que essa prática não dá o resultado esperado. O motivo dessa realidade seria as influências externas e o local não ser apropriado para conversar, pesquisar e fazer tudo com calma. Segundo esse gestor, o horário de M2 individual “não flui muito bem, não alcança o esperado por causa da movimentação que tem nesse espaço” (Cubismo, entrevista concedida em 28 de setembro de 2017).

Sobre essa realidade, Cubismo relata que, às vezes, está acompanhando o M2 de um professor e é interrompido por outro, que solicita a sua presença onde se encontra lecionando. Sem ter como deixar de atender às urgências que surgem no cotidiano da escola, Cubismo admite ter o costume de parar o acompanhamento do M2 para dar assistência ao professor na sala de aula. De acordo com esse gestor, ao retornar para a atividade anterior, ele percebe que o professor que estava fazendo o M2 se sente desmotivado e ele próprio acaba se perdendo nas orientações que estava dando.

Em relação a essa falta de privacidade na sala dos professores, o gestor Cubismo fez o seguinte questionamento a esta pesquisadora: “a gente está aqui agora, você viu quantas (se referindo a pessoas) já entraram? Já abriram a porta?” (Cubismo, entrevista concedida em 28 de setembro de 2017). Dessa feita, a fala desse gestor denuncia a dificuldade que é utilizar a sala dos professores para a

realização do M2 individual. Contribuindo com a fala do gestor Cubismo, os áudios das entrevistas realizadas no interior da escola mostram claramente barulhos ou inúmeras interrupções como as citadas anteriormente. Com efeito, os relatos anteriores refletem, com muita clareza, o que professores e supervisores pedagógicos vivenciam nos horários de M2 na escola Aquarela. Dessa feita, para melhor eficiência desse tempo, é importante considerar outros espaços para um acompanhamento pedagógico mais individualizado e privado, tendo em vista que os trabalhos de M2 são, em regra, intelectuais e requerem muita concentração por parte dos envolvidos.

Ao ser questionado se lembrava dos temas que foram tratados no último mês nos horários de M2, este último gestor considerou que,

Nos individuais eu quase não tenho tido tempo pra sentar com os professores. São poucos os momentos devido à agitação e, nos raros momentos que eu sentei com esses professores individualmente, foi pra tratar de avaliação. As avaliações desse mês foram: avaliação bimestral, recuperação, orientações sobre a Avaliação Substitutiva. Foi essa orientação (Cubismo, entrevista concedida em 28 de setembro de 2017).

Ao citar o M2 coletivo, Realismo informa que este é feito uma vez por semana e em dias alternados, nos horários de 17h30 as 19h30 e que geralmente estas reuniões “são destinadas para assuntos pertinentes a todas as dimensões da escola: dimensões pedagógicas, dimensões administrativas, jurídica e dimensão financeira” (Realismo, entrevista concedida em 28 de setembro de 2017). Segundo este gestor o M2 coletivo é realizado com a participação de toda a equipe gestora e os professores da escola, pois é o momento da equipe gestora “repassar informações, orientações que sempre chegam da Superintendência, é o momento da gente desenvolver ações coletivas” (Realismo, entrevista concedida em 28 de setembro de 2017). Como exemplos de ações desenvolvidas nesses horários, esse gestor cita: “A Virada da Educação”, “Campanha Vem”, “A Semana da Juventude”, “A Escola em Movimento” e as festividades da escola. Sobre estas reuniões o gestor Realismo reitera, “então assim, é esse momento mesmo da gente fazer, é discutir avaliações externas e internas, propor ações de melhoria em conjunto com o coletivo; é o momento mesmo coletivo de ações coletivas” (Realismo, 2017).

Nota-se na descrição acima, que as reuniões de M2 orbitam em torno de projetos e demandas oriundas da SRE-Pirapora e da SEE-MG; como afirmam os outros entrevistados. Ao considerar o número de ações desse semestre, há que se entender como verdadeira as falas dos professores, quando estes reconhecem que o M2 coletivo traz a estes profissionais sempre muitas outras atribuições.

Diante dessa realidade, é notória a importância de os gestores da escola Aquarela elegerem novas possibilidades de repassar informações, não utilizando exclusivamente os horários de M2 coletivo. Considerando que atualmente os professores da rede estadual possuem o *e-mail* institucional, este pode ser um importante veículo de comunicação entre a escola Aquarela e os seus professores.

Ao reputar se a organização do M2 atende às demandas pedagógicas da escola Aquarela, o gestor Realismo afirma que sim. Nesse sentido, esse gestor afirma que “o M2, ele pode ser dividido em duas grandezas: uma primeira grandeza é passar informações das dimensões da escola. Outra grandeza é planejar; planejar ações em cima daquela reflexão que a gente fez da escola” (Realismo, entrevista concedida em 28 de setembro de 2017). Barroco é outro gestor que acredita que a organização do M2 que aí está, atende às demandas pedagógicas da escola Aquarela. Ao considerar a maneira como o M2 acontecia em gestões anteriores, Barroco aponta que as reuniões de M2 coletivo eram previamente fixadas no calendário escolar e realizadas uma vez por mês. Além disso, em decorrência de serem espaçadas, “muitas coisas ficavam a desejar. Quando chegávamos a ter essa reunião, tinham tantas coisas a serem decididas, essas demandas terríveis que acabavam nem surtindo efeito” (Barroco, entrevista concedida em 20 de setembro de 2017).

Diferente desses dois últimos gestores, Cubismo não acredita que a organização atual do M2 favoreça a prática docente. No entendimento desse gestor, o motivo se dá muitas vezes, em virtude dele próprio não ter tempo suficiente para sentar com os professores nesses horários. Embora este gestor faça quadros de horários de atendimento e fichas de acompanhamento individual de M2, e ainda avisar: “Oh professor, amanhã no seu próximo módulo nós vamos sentar viu? Aí acontece aquele monte de conflito, eu tenho que atender pai. (...). Tem pai que toma muito tempo e eu não consigo sentar com o professor” (Cubismo, entrevista concedida em 28 de setembro de 2017). Em decorrência de estar sempre a mediar conflitos e a atender a pais e alunos, este gestor denuncia que não tem conseguido

atender aos professores como deveria. Diante dessa realidade, Cubismo reconhece que se houvesse uma sala específica para o setor pedagógico e a contratação de outro especialista, o modelo que aí está, atenderia a demanda pedagógica da escola.

Quanto à predisposição dos professores da escola Aquarela em participar dos horários de M2, o gestor Realismo reconhece que não há nesses profissionais uma tendência natural para a prática dessa política. Sobre essa questão, Realismo declara,

[...] na verdade há uma resistência. Há uma resistência, mas devido a gente falar sobre a questão da carga horária que tem que ser cumprida, aí eles vêm. Mas há essa resistência sim, e se fosse pelo gosto da grande maioria, não acontecia o M2. Eles vêm mais é porque há um cronograma a ser seguido, há uma observância da carga horária a ser cumprida sobre minha responsabilidade, porque se não fosse isso, não haveria, não existiria M2, participação na verdade (Realismo, entrevista concedida em 28 de setembro de 2017).

Diante dessa situação, o gestor Realismo considera uma “pena que o M2 de modo geral seja visto como um trabalho massacrante para uma grande maioria dos colegas”. Ele por sua vez, percebe esses horários “como um ponto positivo que deve ser melhorado a cada dia” (Realismo, entrevista concedida em 28 de setembro de 2017).

Sobre essa resistência apontada pelo gestor Realismo, Lück (2013, p. 79) pondera:

Apesar da natureza social do ser humano, este nem sempre reconhece tal natureza e nem está orientado para desenvolver a devida inteligência emocional e social que o torna capaz de obter melhores proveitos e melhor atuar nessa expressão. Em vista disso, em cada contexto de trabalho esta dimensão canaliza muita energia e demanda muito cuidado e atenção. Na escola, a questão é comumente identificada por diretores e supervisores como sendo ao mesmo tempo crucial e problemática.

Diante desse cenário, Lück (2013, p. 79) reivindica que “o trabalho de articulação e desenvolvimento de habilidades e atitudes de participação constitui-se em uma condição fundamental do papel do gestor”. Neste sentido, esta pesquisa demonstra que o gestor Realismo tem se empenhado em otimizar essa participação

docente nos horários de M2. Também é perceptível que, embora o gestor Realismo se esforce em coordenar pessoalmente o M2 coletivo, esta pesquisa aponta que o mesmo não tem conseguido uma adesão efetiva do grupo de professores. Para um maior êxito na coordenação da equipe escolar, LÜCK aponta a necessidade de o gestor “analisar a cultura escolar, seu modo de ser e de fazer”. Na visão desse autor, a análise da cultura escolar “constitui-se em ação constante de gestores para orientá-la adequadamente” (2013, p.79).

Concernente a essa participação docente nos horários de M2, imprescindível ao trabalho dos professores em sala de aula, o gestor Classicismo reconhece que “talvez até a maioria, realmente aproveite. Eles sentam, eles aproveitam esse horário pra colocar os diários em dia, organizar o material, estudar, corrigir provas e, às vezes, até descansar” (Classicismo, entrevista concedida em 06 de outubro de 2017). Ao discorrer sobre a otimização dos horários de M2 pelos professores, Classicismo observa que quando isso ocorre,

Ele (o professor) é mais organizado, ele entrega notas a tempo e a hora, quando ele cumpre, ele está mais atento, ligado com o conteúdo dele, o que vai passar para o aluno. Agora, quando é aquele professor que não tem muito tempo, que às vezes é disperso, ele tem mais dificuldade em se manter em dia com os compromissos com a escola (Classicismo, entrevista concedida em 06 de outubro de 2017).

Cubismo concorda com a opinião desse último gestor e acrescenta que o professor que alega cansaço, ele “utiliza o M2 dele para descansar, e ele descansa mesmo” (Cubismo, entrevista concedida em 28 de setembro de 2017). Apesar dessa aparente resistência do professor, em fazer as atividades naquele momento, Cubismo relata que quando marca o prazo de entrega de alguma atividade, os referidos professores cumprem em tempo hábil essas solicitações. O gestor Realismo pontua que nas reuniões de M2 coletivo “há um quórum muito bom, uma participação boa”, “eu vejo que é um aproveitamento bom. Vou considerar como bom” (Realismo, entrevista concedida em 28 de setembro de 2017). O gestor Barroco reforça a fala desse último gestor ao afirma que:

São pouquíssimos os que não vêm. Eu acho que está havendo um grande aproveitamento de alguns. São todos? Porque todas as pessoas são livres pra fazer o que quiserem. Eu não vou te falar; chegar aqui e te falar que é 100% de aproveitamento... Eu estaria

mentindo, seria utopia. Na verdade eu vejo que é um grande aproveitamento, vamos colocar 90% dos professores (Barroco, entrevista concedida em 20 de setembro de 2017).

Ao atestar possíveis evidências que relaciona a melhoria da prática docente à prática do M2, Classicismo relata que “aquele professor que realmente faz o M2, que procura estudar, que procura ler, realmente há uma melhora” (Classicismo, entrevista concedida em 06 de outubro de 2017). O gestor Realismo atribui essa melhora, aos trabalhos que são “feitos de forma coletiva”, segundo ele “flui melhor, ele acontece melhor (...)” (Realismo, entrevista concedida em 28 de setembro de 2017). As evidências percebidas por Barroco é que os professores atualmente já trazem o material de trabalho pronto e com antecedência. Diferente de seus pares, Cubismo admite não conseguir relacionar a prática do M2 à melhoria da prática docente. No entendimento desse último gestor, o que realmente acontece é que “às vezes você planeja e o professor acata, mas aí vem sempre uma festividade, sempre tem alguma coisa que tira o foco dele, daquele planejamento que ele fez para executar aquilo” (Cubismo, entrevista concedida em 28 de setembro de 2017).

Nessa perspectiva, é importante destacar que, apesar de a maioria dos gestores considerarem que o professor que cumpre efetivamente o M2 tem sua prática docente melhorada; percebe-se que a maioria dos professores refuta essa percepção ao afirmar com veemência não haver nenhuma melhora em suas práticas docentes relacionadas ao cumprimento do M2. Sobre essa divergência, Lück (2013) pontua que isso pode ocorrer por duas situações distintas. A primeira delas ocorre quando “são tomadas decisões a respeito de problemas apontados pela direção da escola, cujas soluções alternativas são sugeridas pela própria direção, servindo a assembleia apenas para referendar tais decisões” (LÜCK, 2013, p.32). Outro exemplo ocorre nas situações em que os líderes já sabem o que querem, mas as reuniões são feitas para convencer os participantes ou identificar resistências. Nesse segundo caso “qualquer manifestação em contrário é repudiada de plano e/ou manipulada pelos dirigentes da assembleia. Neste caso, trata-se, portanto, de participação passiva” (LÜCK, 2013, p. 32). Sobre essa questão, Lück (2013, p. 33) alerta:

É importante ressaltar que essas circunstâncias deixam de caracterizar a participação efetiva dos professores, uma vez que os mesmos sentem-se usados (e se deixam usar), no primeiro caso,

como simples mão-de-obra e, no segundo caso, como avalistas de decisões prévias e exteriores ao grupo. Por outro lado, essa prática, embora pareça oferecer, do ponto de vista de quem a produz, alguns resultados positivos, do ponto de vista socioeducacional, a médio prazo, produz resultados altamente negativos que deterioram a cultura organizacional da escola por várias razões: a) por destruir qualquer possibilidade de colaboração benéfica; b) por promover o descrédito nas ações de direção e nas pessoas que detêm autoridade, c) por gerar desconfiança, insegurança e, ainda, d) por destruir as sementes e motivações de participação efetiva que existem mas pessoas que, ao se sentirem usadas, passam a negar esse processo e até mesmo sua legitimidade (...).

Quanto a essas consequências elencadas por Lück (2013), é possível afirmar que todas elas são reconhecidas nas falas dos professores entrevistados; o que provoca um alerta, aos gestores, sobre como estes vêm conduzindo a política de M2 na escola Aquarela. Diante desse quadro, a pergunta que se faz é: como o diretor da escola, principal responsável por promover a política de estado pode se desvencilhar de tais questões? Ou melhor, que outras formas de tomadas de decisões coletivas, podem ser utilizadas no contexto escolar a fim de minimizar tais impactos?

Com referência à prática do M2 e a entrega de notas, relatórios, planos, diários e demais escrituração à secretaria ou ao serviço pedagógico da escola; Classicismo avalia que “à medida que o professor usa esse tempo dele para realmente fazer as coisas da escola, cuidar dos diários, organizar provas, atualizar; então ele consegue se estruturar bem e entregar tudo a tempo e a hora” (Classicismo, entrevista concedida em 06 de outubro de 2017). Neste ponto, classicismo ratifica a fala do gestor Barroco quando este reconhece que a prática do M2 melhora a prática docente. Nessa seara, Cubismo aponta que há professores que nem “precisam do M2 pra entregar; são aqueles mais aplicados, organizados, eles conseguem entregar direitinho” e tem aqueles “que mesmo você sentando no M2, cobrando, ele não faz” (Cubismo, entrevista concedida em 28 de setembro de 2017). Sobre essa questão, o gestor Cubismo afirma não saber se isso ocorre por que o professor está sobrecarregado e não consegue administrar o seu próprio tempo; ou se há outros fatores envolvidos. Em relação a essa questão, o gestor Barroco reitera: “tem aquele que realmente está aproveitando o que está sendo oferecido e tem aquele que ainda deixa a desejar” (Barroco, entrevista concedida em 20 de setembro de 2017). No tocante à escrituração por parte dos professores, o gestor realismo pontua: “isso aí..., a gente tem que rever porque não melhorou.

Embora seja discutido, mas assim, 70% consegue e entrega, 30% dá trabalho” (Realismo, entrevista concedida em 28 de setembro de 2017).

Relativo ao compartilhamento de metodologias, conhecimentos e experiências pelos professores nos horários de M2, o gestor Cubismo reitera que “não existe não; não que eles não compartilham, eles devem fazer isso aí mais no tête-à-tête aí, entre eles lá, mas assim no M2 assim [...]” (Cubismo, entrevista concedida em 28 de setembro de 2017). Após essa fala, Cubismo admitiu já ter visto esse compartilhamento, “mas não foi com tanta intensidade, frequência” (Cubismo, entrevista concedida em 28 de setembro de 2017). Como exemplo, esse gestor citou o M2 realizado por ocasião do projeto “Escola em Movimento”; no qual os professores disseram: “vamos fazer assim, vamos fazer grupo com os meninos. Mas não acontece isso. Ali foi uma ocasião especial.” (Cubismo, entrevista concedida em 28 de setembro de 2017). Com percepção diferente, o Gestor Realismo afirma que há compartilhamento, tendo em vista que no M2 se “acaba discutindo, chegando num ponto. Uns vão trazendo experiência; trocando experiências” (Realismo, entrevista concedida em 28 de setembro de 2017). Compartilhando de mesmo entendimento, o gestor Barroco atesta que “tem alguns professores que passam alguma coisa, mas muitos não aderem”, e que “há um entrosamento sim, (...), até porque as coisas que estão acontecendo na escola são compartilhadas” (Barroco, entrevista concedida em 20 de setembro de 2017).

No tocante ao suporte pedagógico que estes gestores dão aos professores nos horários de M2, Classicismo admite entregar resoluções e revistas com temas do interesse para que estes profissionais possam ler. Também é seu costume sentar com o professor; principalmente o que está chegando à escola, para tirar algumas dúvidas. Já o suporte dado por Cubismo, consiste em orientar, instruir sobre a estética de prova e entregar materiais solicitados pelos professores. Do mesmo modo que Classicismo, Cubismo afirma que costuma fazer pesquisas e entregar aos professores a título de sugestão. Sobre essa questão, o gestor Realismo relata que participa das 2 horas semanais de M2 coletivo na escola e que dispensa um tempo considerável na elaboração desta reunião. Sobre as horas de elaboração da reunião de M2 coletivo, Realismo pontua:

A equipe gestora tem que analisar, discutir, aí nós vamos ver como vai ser essa discussão. Vai ser por oficina? Vai ser por

apresentação? Vai ser por leitura? Demanda um tempo muito grande. Então se for olhar, tem vez que a gente faz mais de 10 horas só preparando semanalmente pra levar pra discussão (Realismo, entrevista concedida em 28 de setembro de 2017).

Acerca de como são selecionados os temas que serão tratados nos horários de M2 coletivo, o gestor Cubismo expõe que,

[...] normalmente a SRE traz vários temas e vários projetos que tem que ser desenvolvidos na escola. E outros já fazem parte do cotidiano da escola e aí tem sugestão dos professores, mas a gente vai em cima, daquele que é mais urgente, mais necessário (Cubismo, entrevista concedida em 28 de setembro de 2017).

Sobre essa questão, o gestor Cubismo segue dizendo que a SRE cobra da equipe gestora “o tempo todo o que tem que fazer” e que a escola tem que desenvolver programas vindos diretamente do MEC ou da SEE/MG; além dos projetos que são da rotina da escola que não podem ser deixados em segundo plano.

Endossando a fala de seus pares, Realismo admite estar vivendo “muito em função das demandas que são impostas, colocadas para nós pela SEE”. Como exemplo citou “A Semana de Educação para a Vida” que é um projeto externo que chegou à escola “praticamente com um cronograma pré-estabelecido” pra gente desenvolver. Nesta mesma linha se encontram os projetos: “A Escola em Movimento e A Virada da Educação”, nos quais os gestores têm que seguir as orientações e o cronograma (Realismo, entrevista concedida em 28 de setembro de 2017). Em virtude dessa realidade, o gestor Realismo reconhece que as reuniões de M2 priorizam as ações da Rede e, por diversas vezes, teve que mudar a pauta dessas reuniões em cima da hora para atender às demandas externas. Como exemplo disso, esse gestor citou o ocorrido na semana anterior a esta entrevista; em que a pauta era em torno da “Gincana da Matemática” e foi substituída pela pauta que tratava de “A Escola em Movimento”. Neste sentido, o gestor Realismo reconhece que são tantos assuntos que vem de lá (referindo-se a SEE, SRE e MEC) e que têm que ser discutidos no coletivo que “muitas vezes, as ações pedagógicas em si, da realidade daqui, elas não acontecem devido à grande demanda que a gente tem pra cumprir” (Realismo, entrevista concedida em 28 de setembro de 2017).

Em virtude do quantitativo de ações apontadas pelo gestor Realismo que são previamente definidas por órgãos externos, e que servem de pautas às reuniões de M2, percebe-se claramente o provável esvaziamento de ações voltadas ao pedagógico da escola. Nesse sentido, as ações participativas voltadas à prática de ensino, discussões e planejamentos que poderiam influenciar na melhoria do ensino e nos vínculos de convivência no interior da escola vão sendo postergados no cotidiano da escola. Sem espaço nas reuniões de M2 para lidar com o interesse da escola, assuntos como: indisciplina de alunos, baixa estima do professor, violência na escola, evasão escolar, melhoria do ensino e aprendizagem dos alunos são deixados para segundo plano na escola Aquarela.

Ao considerar o impacto que a política de M2 exerce sobre a organização do trabalho do gestor, Classicismo admite que no caso dele,

Até favorece, porque a dinâmica da escola é uma coisa muito louca e a gente não tem muito tempo. Por que assim, o trabalho com o especialista é um trabalho com o professor; é de sentar, de olhar, de cobrar; de ver o que está desenvolvendo. Mas o dia a dia da escola inviabiliza tudo isso, da gente fazer do jeito que deveria ser feito. E aí essa política do M2, eu acho assim: que dá o momento, mesmo eu não estando com o professor, dele parar, dele repensar a prática, dele refletir, dele estudar (Classicismo, entrevista concedida em 06 de outubro de 2017).

No entendimento do gestor Realismo, “o M2 não tem causado impacto considerável no (seu) trabalho não”, o impacto ocorre quando se “planeja ações que têm que ser cumpridas dentro de um cronograma e se esse cronograma não for cumprido, igual foi sugerido no coletivo, acaba interferindo aqui” (Realismo, entrevista concedida em 28 de setembro de 2017). Como exemplo dessas ações, este gestor citou: entrega de notas, simulado de provas, planejamento para melhorar a leitura e a escrita que “se não for cumprido, acaba interferindo no administrativo” (Realismo, entrevista concedida em 28 de setembro de 2017). Sobre essa questão, Barroco afirma que o M2 coletivo interfere em sua vida tendo em vista que, após cumprir sua carga horária diária de trabalho, tem que retornar à escola e não recebe por esse tempo trabalhado. O gestor Cubismo é outro que relata que o M2 interfere significativamente em seu trabalho, e que chega a ser frustrante, uma vez que “não consigo atender aos professores da forma que eles necessitam, não consigo atender ao aluno. Na realidade é o aluno que é meu foco” (Cubismo, entrevista concedida

em 28 de setembro de 2017). Referente sua função na escola Aquarela, Cubismo esclarece:

É minha função conversar com aquele aluno, descobrir o que está acontecendo, o que está levando aquele aluno a ter aquele tipo de comportamento; de atitude. Tentar fazer alguma ação com ele, com a família. Era esse (o trabalho), e eu não faço por que eu não tenho aquele tempo destinado. O impacto pra mim é esse. Eu saio daqui..., tudo que eu pego pra fazer eu quero que seja bem feito, eu quero dar uma analisada e, nada do que eu faço aqui, eu não saio satisfeita. Pra mim não sai bem feito, sai pelas metades. Eu me cobro muito, chego em casa além da exaustão” (Cubismo, entrevista concedida em 28 de setembro de 2017).

Corroborando com o vivido por este gestor e discorrendo sobre a necessidade de mais profissionais de apoio no setor pedagógico da escola, o gestor Classicismo relata:

Por exemplo: o aluno dá trabalho dentro de sala, briga. Então o especialista tem que ir conversar com esse aluno, tem que chamar a família, tem que chamar o Conselho Tutelar. E são muitas coisas. Um aluno passa mal, a gente tem que contatar..., um aluno está faltando e, isso assim... No meu turno até que é mais tranquilo, por que são adultos, mas, o turno da tarde mesmo, são crianças, pré-adolescentes, é uma coisa fora do normal. Toda hora um professor tem algum problema com o aluno. Ele pede socorro, porque ele não dá conta naquele momento, daquela criança dentro de sala. Às vezes a criança fica nervosa, às vezes quer brigar. Então eu acho que deveria ter mais profissionais para estar ajudando, socorrendo. Por exemplo, eu acho que toda escola deveria ter um psicólogo, além do especialista, do supervisor teria que ter mesmo o orientador educacional. Os dois no mesmo turno, por que enquanto um está fazendo uma coisa, o outro está fazendo outra. E a realidade não é esta; não tem. Acho que o objeto, a pessoa mais importante da escola é o aluno. Então num momento deste, tem que largar tudo que está fazendo pra estar lá socorrendo; aí a gente acaba deixando as obrigações (Classicismo, entrevista concedida em 06 de outubro de 2017).

Em decorrência dos múltiplos atendimentos realizados pelos gestores da escola, e que os impedem de assistir aos M2 dos professores de forma eficiente, faz-se necessário o redirecionamento dessas atribuições para dias ou horários pré-agendados. Outra possibilidade é redirecionar essas atribuições a outros servidores da escola que não sejam exclusivamente membros da equipe gestora. Dessa feita, tais tarefas poderão ser realizadas a contento e os gestores terão um tempo maior para atender aos professores nos horários de M2. Percebe-se que, enquanto os

gestores forem os únicos responsáveis por atender a essas demandas, não lhes sobrará tempo para cumprir a suas obrigações relacionadas com a política de M2. Nesse sentido, conclui-se que um dos fatores que compromete a política de M2 na escola é a centralização na figura do gestor, do profissional que ora é mediador de conflitos, ora relações públicas, ora porta-voz da escola e ora o responsável pela parte administrativa e pedagógica da instituição.

Indagados se tinham alguma sugestão de implementação do M2, que melhor atenderia à realidade da escola Aquarela, Classicismo acredita que

O ideal seria assim: grupos coletivos pequenos, menores, por área, pra fazer grupos de estudos, com assuntos de interesse das áreas. Por área seria mais produtivo. Não todos, porque tem momentos que a escola precisa se reunir pra que todo mundo saiba de determinadas ações, de determinados assuntos. Mas eu acho que seria mais produtivo pros professores, eles debaterem, um dar ideia pro outro; trocar ideias (Classicismo, entrevista concedida em 06 de outubro de 2017).

Com relação ao local de realização do M2 individual, Classicismo sugere mudar a sala dos professores de lugar e colocar ar condicionado. O motivo apontado por Classicismo é pelo “(...) calor excessivo da região, principalmente no verão é desumano (...)” (Classicismo, entrevista concedida em 06 de outubro de 2017).

Sobre os horários de M2, Classicismo reconhece que embora sejam impostos pela direção, tem suas vantagens, considerando que:

[...] a vida do professor é tão corrida e única, que é difícil de encontrar horários para que eles se encontrem; a não ser os horários impostos mesmo pela direção. Por que se não houver essa imposição, eles nunca vão ter tempo pra formar pequenos grupos. Então assim, é um horário que é imposto, eu acho que é isso que funciona. Por que deixar a critério deles, acaba não acontecendo (Classicismo, entrevista concedida em 06 de outubro de 2017).

Na visão do gestor Cubismo, para implementar a política de M2 na escola, é necessário a contratação de dois profissionais. Um para a parte pedagógica junto aos professores, que é o supervisor, e outro pra lidar com os alunos, que é o orientador educacional. Para tanto, Cubismo reivindica uma sala própria pro uso do especialista para que este possa fazer o atendimento da política de M2 de maneira coerente. Quanto aos horários de M2, Cubismo salienta: “eu acho errado, tem coisa que eu acho errado, o horário de M2 ser no primeiro ou no último horário [...], eu

acho que a escola deveria mudar isso, colocar do 2º ao 4º; 1º e 5º não” (Cubismo, entrevista concedida em 28 de setembro de 2017). A justificativa pra essa mudança de horário é que “o professor que tem o 1º horário de M2 costuma só chegar no 2º. Pensa que o 1º horário é vago e não é; ele deveria estar aqui” (Cubismo, entrevista concedida em 28 de setembro de 2017). Outra configuração da política que este gestor discorda é o M2 geminado no 4º e 5º horário, tendo em vista que “tem professor que vai embora” (Cubismo, entrevista concedida em 28 de setembro de 2017). Sobre o período de realização do M2 coletivo, Cubismo acredita que se este fosse quinzenal seria mais proveitoso do que o semanal como atualmente é realizado. Na opinião desse gestor, um intervalo maior entre a realização do M2 coletivo se justifica, considerando que:

O professor ele está cansado, a jornada é dura, às vezes, eles nem vem toda semana, mesmo sendo essa rotatividade de dias, muitos não vêm, vão embora e não retornam. Às vezes mora em outra cidade; é bem longe (Cubismo, entrevista concedida em 28 de setembro de 2017).

Diferente de seus pares, o gestor Realismo admite não ter nenhuma sugestão para a implementação da política de M2 na escola Aquarela e afirma que: “no momento eu não vejo assim, essa necessidade, outra forma, eu vejo que a forma está boa” (Realismo, entrevista concedida em 28 de setembro de 2017). Todavia, a única questão que o gestor Realismo reconhece que eles (referindo-se aos legisladores) têm que melhorar, é em relação aos professores que trabalham em escolas distintas. Para esse gestor, a política de M2 deve assegurar também que esses profissionais cumpram o M2 coletivo em ambas as escolas, tendo em vista que “a realidade daquela escola X é diferente da escola Y. Então tem certos professores da escola que estão a ver navios em certas coisas que são discutidas no M2 coletivo” (Realismo, entrevista concedida em 28 de setembro de 2017). Barroco é outro gestor que admite não ver outra forma de se cumprir o M2 na escola; mas reconhece que “tudo que é novo exige algumas adaptações”. Barroco relata que “já houve várias propostas e no momento, esta que está acontecendo, por que na verdade não se cumpria. Eu acho que essa é a que está fluindo no momento ainda melhor do que as outras” (Barroco, entrevista concedida em 20 de setembro de 2017).

Questionados se a escola recebe algum tipo de suporte técnico ou pedagógico da SEE/MG ou SRE/Pirapora, para a prática do M2, Classicismo afirma ter feito alguma capacitação de como deveria ser o M2 na escola. Segundo esse gestor, há uma cobrança muito grande por parte da SRE em cima dos supervisores; buscam saber como estão sendo realizados os M2 e olham até mesmo as listas de presença. Sobre essa questão, os gestores Realismo e Barroco afirmaram não ter recebido nenhum suporte técnico oriundo desses órgãos. A fala desses dois últimos profissionais se justifica, tendo em vista que no período de implantação da política de M2 nas escolas do Estado de Minas Gerais, os mesmos ainda não exerciam a função de gestores. Sobre isso, Barroco enfatiza que o suporte que a equipe gestora tem recebido é oriundo do próprio diretor da escola que “trabalha com excelência nessa parte” (Barroco, entrevista concedida em 20 de setembro de 2017). Perguntado se o inspetor da escola também dava esse suporte, essa gestora respondeu que em outras áreas sim, mas, especificamente no M2, não.

Finalizada a análise das entrevistas, o quadro a seguir sintetiza os principais eixos temáticos que nortearam esta pesquisa e as percepções dos professores e equipe gestora da escola Aquarela sobre a política de M2.

Quadro 5 – Quadro resumo das percepções dos entrevistados sobre a política de M2 implantada na escola Aquarela

Eixos temáticos	Percepção dos professores	Percepção dos Gestores
	Professores e gestores com mesma percepção	
Acompanhamento pedagógico no M2 individual	Acompanhamento insuficiente em decorrência do supervisor pedagógico se encontrar envolto em outras demandas da escola;	
Ações realizadas no M2 individual	Correção de provas e trabalhos, planejamento de aulas, atualização dos diários eletrônicos, leituras e descanso próprio;	
Ações realizadas no M2 coletivo	Repasse de informações oriundos da SRE e SEE, planejamentos de ações e projetos, oficinas e estudo de leis e resoluções;	
Infraestrutura	M2 individual – realizado na sala dos professores, essas atividades dividem espaço com os supervisores pedagógicos, vice-diretores, alunos e seus responsáveis. Essa sala é pequena, com elevada temperatura em seu interior e com pouca ventilação. Encontra-se à disposição dos professores no horário de M2 individual, um computador com acesso à internet.	
	M2 coletivo – realizado na biblioteca, este espaço é pequeno, com elevada temperatura em seu interior e pouco arejado. Esse espaço é insuficiente para acomodar todo o efetivo de professores e gestores da escola no horário de M2 coletivo. Estão à disposição dos gestores para os horários de M2: um <i>notebook</i> , caixas de som, um projetor data <i>Show</i> e uma televisão;	
Troca de experiências, metodologias entre os docentes nos horários de	Ocorre de maneira pouco frequente nos horários de M2, sendo percebido pontualmente quando se faz grupos de estudos. Ocorre geralmente em situações informais;	

M2		
Interação entre equipe gestora e professores	Pouca interação e um pouco conflituosa devido às inúmeras atribuições impostas pela Rede nos horários de M2 coletivo;	
Impacto do M2 na atividade docente	Não houve	Há impacto nos professores que fazem as atividades
Escrituração do professor	Continua sendo realizada em suas casas	Entregam as atividades com maior pontualidade
Dificuldades na docência	Indisciplina dos alunos, violência, utilização das mídias durante as aulas e a ausência da família;	Indisciplina do aluno, ausência de manejo com o aluno em sala de aula e falta de conhecimentos teóricos por parte do professor;

Fonte: Elaborado pela autora.

Diante dos resultados encontrados nesta pesquisa, e que agregaram novos elementos e direcionamentos a este trabalho, o próximo capítulo apresentará como sugestão, aos gestores e professores da escola Aquarela, um Plano de Ação Educacional (PAE), para que os trabalhos nos horários de M2 possam ser mais produtivos. Por oportuno, cabe registrar que essas ações foram pensadas para que possam minimizar ou solucionar algum problema existente na prática do M2 e, como em qualquer plano, caso venha a ser aprovado, o mesmo poderá ser adaptado à realidade da escola.

3 PLANO DE AÇÃO EDUCACIONAL

Neste capítulo será apresentado o Plano de Ação Educacional (PAE) contendo 4 ações que serão propostas às equipes gestora e de professores da escola Aquarela como possíveis direcionamentos à Política de M2. O objetivo deste PAE é criar novos arranjos de trabalho, quiçá mais favoráveis, para que os atores envolvidos nessa política sintam-se menos sobrecarregados com o seu cumprimento e bem mais motivados em realizá-la.

Nesse sentido, cada ação levará em conta as observações *in loco*, os conceitos teóricos levantados nesta pesquisa; as percepções dos entrevistados sobre os horários de M2; as leis que regulamentam a política em questão; a infraestrutura da escola; bem como os principais fatores que influenciam a prática dos horários de M2 na escola.

É importante registrar que esse PAE será construído com base na ferramenta 5W2H, que se mostra como um instrumento simples e eficaz para o planejamento de ações voltadas ao desenvolvimento de atividades administrativas. No entendimento de BEHR, Ariel et al (2008): “essa ferramenta ajuda a melhorar a segregação de tarefas dentro de um processo e a ver, de maneira gerencial, como os processos estão desenvolvendo” (p.39) Com efeito, esse modelo de ferramenta projeta o que deverá ser feito; distribui as atividades a serem executadas entre os envolvidos; permite o acompanhamento das ações individuais e do cronograma e consente avaliar a ação que foi proposta.

Conhecida pela sigla em Inglês 5W2H, o termo 5W se refere a 5 perguntas formadas pela inicial W, a saber: *Wat*, *Why*, *Who*, *When* e *Where* que significam respectivamente: O que, Porque, Quem, Quando e Onde. Com o mesmo padrão anterior, os 2H se referem a *How*, que em Português quer dizer “Como” e *HowMucho* que significa “Quanto custa”.

3.1 - AÇÃO 1 – REUNIÕES DE PUBLICIZAÇÃO E MELHORAMENTO DA POLÍTICA DE M2 NA ESCOLA

Esta primeira ação consiste na equipe gestora dar publicidade ao Ofício nº 2.663/2016 da SEE/MG e, em conjunto com os professores da escola, elaborar o planejamento das ações, a serem realizadas no M2 coletivo de cada semestre. Para

isso, faz-se necessária uma reunião no início de cada semestre com todos os profissionais envolvidos na prática do M2, ocasião em que será apresentada a política em questão e discutidas as novas propostas de ações para o M2 coletivo desse período. Vale pontuar que uma das finalidades dessa reunião é que ela torne um espaço democrático-participativo, onde professores e gestores possam discutir quais ações melhor atenderiam ao grupo, assim como descartar as que, porventura, não surtiram o efeito esperado no semestre anterior. Para alcançar êxito nessa reunião, é primordial que a equipe gestora colha sugestões sobre possíveis temas e ou ações a serem tratadas nos horários de M2 coletivo e formalize isso, por meio da elaboração de um calendário de execução destas ações. Nesse sentido, para a melhoria e a adequação da política de M2 na escola Aquarela, é importante que seja feito um balanço, uma revisão, uma adequação, ou mesmo um descarte de ações de insucesso que foram realizadas nos horários de M2 coletivo no semestre anterior.

Cabe salientar que a importância dos gestores apreciarem novas possibilidades de ações para os horários de M2 coletivo se apoia nas próprias entrevistas. Por meio delas, foi apontada a necessidade de se trabalhar temáticas voltadas ao pedagógico da escola, em detrimento de assuntos exclusivamente administrativos, como vem ocorrendo atualmente.

Quadro 6 - Ação 1

Ação 1 – Reuniões de publicização e melhoramento da política de M2 na escola	
<i>What</i> – O que será feito (etapas)	Reuniões semestrais com todos os envolvidos na política de M2 na escola.
<i>Why</i> - Por que será feito (justificativa)	Para permitir que todos conheçam os objetivos da política de M2, quais atividades podem ser executadas em seus horários, o papel que cada profissional envolvido exerce e poder recepcionar os professores novatos que, porventura, desconhecem o teor do Ofício 2.663/2016 da SEE/MG. Também servirá para que gestores e professores discutam a viabilidade das ações já realizadas nos horários de M2 e possam, em conjunto, elaborar um calendário semestral de ações de M2 coletivo.
<i>Where</i> – Onde será feito (local)	Escola.
<i>When</i> – Quando será feito (tempo)	Janeiro e Agosto.
<i>Who</i> – Por quem será feito (responsabilidade)	Pela equipe gestora.
<i>How</i> – como será feito (método)	No início de cada semestre haverá uma reunião na escola onde a equipe gestora dará publicidade aos professores do ofício 2663/2016 da SEE/MG, mostrará como a política de M2 ocorre na escola e colherá sugestões para implementar os horários de M2. Durante essa reunião, será feito um balanço das ações já realizadas e será elaborado um calendário de ações a serem executados durante o semestre.
<i>Howmuch</i> – Custo	R\$ 200,00 de Lanche.

Fonte: Elaborado pela autora.

Esta primeira ação foi sugerida, em virtude de a pesquisa apontar a existência de servidores que desconhecem as leis que respaldam a prática do M2 nas escolas do Estado. Também foi detectado que a maioria das ações de M2 gira em torno de projetos de origem *Top Down*, o que causa desconforto em muitos professores e contribui para que estes não se sintam integrados de forma efetiva nessas ações.

Outro ponto que respalda essa reunião semestral diz respeito ao quadro de pessoal da escola sofrer constantes alterações, seja por mudança de lotação, contratação, efetivação, licença para tratamento de saúde, férias-prêmio, aposentadorias, bem como outras situações. Em decorrência desse quadro de profissionais da escola, não se manter fixo, faz-se necessário constantemente, recepcionar os novos integrantes da equipe para que estes entendam como a política de M2 é realizada na escola Aquarela.

Outra questão diz respeito à insatisfação que alguns entrevistados demonstraram, em relação a assuntos tratados durante o M2 coletivo. Segundo eles, tais encontros são quase que exclusivamente informativos da SEE/MG e SRE/Pirapora, repassados pela equipe gestora da escola. Diante dessa realidade, os entrevistados acusam a necessidade de se trabalhar, no M2 coletivo, ações voltadas ao pedagógico, à gestão de sala de aula, à aprendizagem de novas metodologias do ensino; bem como outras ações que vão de encontro à melhoria do ensino e da aprendizagem dos alunos.

É provável que ao serem inseridos no processo de elaboração da política de M2 na escola, os professores se sintam co-responsáveis pelo fomento da política em questão. Levando em conta que as horas de M2 foram criadas para beneficiar o professor em serviço, nada mais óbvio do que esse profissional expressar qual tipo de propostas devem ser discutidas para a obtenção desse benefício.

Feita esta primeira ação, a escola Aquarela estará vivenciando “uma metodologia participativa na qual as relações solidárias de convivência pontificam” e “provoca, mesmo que lentamente uma nova ordem social” (DALMÁS, 2014 p.28).

Para que isso vire realidade no contexto escolar, Dalmás (2014, p.28) orienta:

É preciso propiciar à pessoa a possibilidade de poder vivenciar uma nova dimensão da vida social, na qual não participe só na execução, mas também na discussão dos rumos da instituição escolar. Em outras palavras, presença ativa e criativa na elaboração, execução e avaliação, isto é, na decisão e no fazer do planejamento.

Com efeito, a importância de um processo participativo defendido por Dalmás (2014), mostra-se bastante pertinente quando se trata das atividades de M2 na escola, já que esse espaço/tempo é exclusivo dos professores, visto que nenhum outro profissional da educação tem reservado, em sua carga horária de trabalho, um período destinado ao estudo e planejamento para o exercício de sua própria função. Em decorrência da política de M2 ter sido criada exclusivamente para auxiliar o professor, é importante que este profissional participe de forma efetiva de todas as suas etapas e não apenas na sua execução como se vê atualmente.

3.1.1 – AÇÃO 2 – Reestruturação do M2 individual

Esta segunda ação tem por fim redirecionar os horários de M2 individual que hoje se encontram fixados entremeios aos horários de M1 de cada professor. Nesse sentido, a sugestão é que em 2018 se crie um quadro de horário exclusivo de M2, a ser realizado concomitantemente pelo professor e supervisor pedagógico da escola. Para que isso seja viável, torna-se imprescindível a delimitação/redistribuição das tarefas entre o diretor, os vice-diretores e os supervisores da escola. O motivo de um novo arranjo, com atribuições mais definidas, é fazer com que os supervisores possam ter um tempo útil para atender prioritariamente aos professores nos horários de M2 individual.

Uma característica nas ações de M2, requerida pelos entrevistados, é a de poder promover a interação entre os professores que participam desses horários. Com efeito, essa interação pode ser viabilizada pela criação de pequenos grupos de trabalho com professores de áreas afins de conhecimentos, conjuntamente com o supervisor pedagógico da escola.

Em virtude do grande contingente de professores na escola, há um número excessivo de “janelas” nos quadros de horários, o que faz com que teoricamente os supervisores também tenham seus horários preenchidos pelo acompanhando dos professores nos horários de M2. Diante dessa realidade, percebe-se que a atual organização do M2 individual interfere diretamente nas atribuições dos supervisores, tendo em vista que estes profissionais acabam cumprindo suas agendas de trabalho de forma descontínua.

Quadro 7 - Ação 2

Ação 2 – Reestruturação do M2 individual	
<i>What</i> – O que será feito (etapas)	O cumprimento do M2 individual com maior tranquilidade e comodidade pelo professor; seja de maneira individual ou na companhia de colegas de mesma área de conhecimento. Para isso, será feito um quadro de horários de M2 individual que prime por acomodar esses profissionais juntamente com o supervisor da escola nos mesmos horários de M2, para que estes possam trabalhar de forma participativa e interativa.
<i>Why</i> - Por que será feito (justificativa)	Efetivar a realização das atividades extraclasse pelo professor e fomentar ações coletivas entre profissionais de áreas afins de conhecimento.
<i>Where</i> – Onde será feito (local)	Escola.
<i>When</i> – Quando será feito (tempo)	Uma vez por semana, durante todo o ano letivo.
<i>Who</i> – Por quem será feito (responsabilidade)	Pelos professores, gerenciados pela equipe gestora.
<i>How</i> – como será feito (método)	O professor individualmente ou acompanhado de seus pares fará as atividades extraclasse contempladas no Ofício 2663/2016.
<i>Howmuch</i> – Quanto custará fazer (custo)	R\$ 00,00

Fonte: Elaborado pela autora.

Para que isso seja possível no contexto escolar, é provável que ocorra de um supervisor que acompanhe um pequeno grupo de professores no horário de M2, não seja necessariamente o supervisor de todos os sujeitos da equipe. A ideia é realocar professores e supervisores em um tempo específico, para que estes possam cumprir e acompanhar respectivamente o M2 individual, sem estarem responsáveis por realizar outras atribuições na escola. Essa reorganização é necessária, pois visa atender aos professores que trabalham em escolas distantes da Aquarela; redistribuir os professores de mesma área em grupos específicos; e otimizar o tempo dos supervisores na escola. Dessa feita, o professor terá a oportunidade de realizar essas atividades na companhia de colegas de mesma área; programar ações interdisciplinares; e fazer projetos e escriturações com maior tranquilidade, tendo em vista que não estarão preocupados em retornar para a sala de aula naquele momento.

Como se percebe, essa proposta busca rever a “humanidade” dos atores envolvidos na política de M2 na escola, através da garantia do “oferecimento de condições de trabalho adequadas” (MINAS GERAIS, 2004, p.4). Importa dizer que

até onde se observa; a implantação desses horários pouco considerou as condições das pessoas envolvidas, suas rotinas, suas horas diárias de trabalho, suas condições de trabalho e saúde; enfim o bem estar desses professores.

Nesse sentido, verifica-se que desde o início, os responsáveis pela implantação da política de M2 na escola, primaram em garantir o pleno cumprimento de sua carga horária; considerando ser essa, a forma mais eficaz de sua organização. Todavia, as entrevistas apontaram que tanto os professores quanto os gestores, sentem inúmeras dificuldades em acompanhar esses horários no arranjo que hoje se encontra. Como visto em alguns relatos, a pouca infraestrutura, a dinâmica da escola e os horários de M2 nos entremeios dos horários de M1, são alguns dos fatores que influenciam na eficiência dessa política na escola.

Foi verificado também que é requerido do professor por parte do legislador, a produção de algumas atividades nos horários de M2 individual; mesmo que não lhe seja dado condições necessárias para isso. Semelhante situação é vivenciada pelo supervisor que deve prestar atendimentos a esses profissionais, aos alunos, à comunidade escolar, à SRE, à SEE, ao Conselho Tutelar e demais órgãos parceiros da escola e ainda elaborar projetos durante seu tempo na escola. Levando-se em conta que as atividades extraclasse são essencialmente intelectuais, essa nova proposta de ação oportuniza que esses profissionais estejam imbuídos apenas na realização dessas atividades e possam obter, com isso, maior produtividade em seus trabalhos.

Dessa feita conclui-se que, enquanto o Estado não contratar um especialista para apoiar o aluno, o supervisor pedagógico ficará dividido no acompanhamento do professor e no atendimento ao educando. Com efeito, não há sentido manter esses horários de M2 fixo na carga horária do professor durante o ano. Essa atual distribuição leva muitos professores a fazerem atividades de forma isolada e impossibilita que estes possam compensar as horas extras cumpridas no atendimento à comunidade escolar ou mesmo em reuniões, palestras e eventos da escola que não formam computados como M2 coletivo. Também têm os casos dos professores que começam a frequentar cursos de formação continuada após o quadro de horário ter sido elaborado e, com isso, ficam impossibilitados de verem cumprir a prerrogativa de deixarem de cumprir o M2 individual durante a realização desses cursos.

3.1.2 - AÇÃO 3 – Reunião de M2 coletivo mensal

Esta terceira proposta se utiliza da prerrogativa dada pelo Ofício nº 2.663/2016, quando afirma que “a carga horária destas reuniões poderá ser acumulada no decorrer de um mesmo mês, possibilitando um tempo maior para discussão dos temas propostos” (MINAS GERAIS, 2016b, p. 02). Nesse sentido, essa ação sugere uma única reunião de M2 coletivo em cada mês em substituição às atuais reuniões semanais de 2 horas cada. Os ganhos que se observa em uma única reunião no mês são vários e, o mais importante deles é poder tratar num tempo maior os temas pedagógicos com foco na gestão da sala de aula, na troca de experiências e no compartilhamento de novas metodologias entre esses profissionais de educação. Vale lembrar que o mérito desses assuntos foi citado pelos professores entrevistados, ocasião que também relataram que as reuniões atuais giram em torno de assuntos administrativos ou voltados para projetos de origem externa. Importante ressaltar que, trabalhar assuntos pedagógicos e metodológicos, promove a formação continuada dos professores e melhora a comunicação e as relações interpessoais entre esses participantes. Sobre isso, os próprios entrevistados apontaram que essas questões ainda se encontravam frágeis e precisando ser melhoradas no contexto escolar. Outro ponto importante de se fazer uma reunião mensal é possibilitar a presença e a real participação de um maior número de participantes. Sobre essa perspectiva esse instrumento pontua: “A organização das reuniões deverá permitir a participação efetiva de todos os profissionais da escola envolvidos no processo pedagógico (...)” (MINAS GERAIS, 2016b, p. 02 - grifo meu). No tocante à participação dos professores, foi verificado nas entrevistas que alguns docentes costumam sair dessas reuniões antes do seu término para trabalhar no turno da noite. Outros por vezes, têm baixa produtividade nestes horários por estarem cansados após terem trabalhado o dia inteiro em sala de aula e há também os que revezam suas participações nessas reuniões por trabalharem em escolas diferentes. Vale lembrar que embora haja nesse ofício a previsão de o professor participar de forma alternada em reuniões de escolas distintas cujos horários são coincidentes, foi verificado durante a entrevista que na prática isso não funciona direito. Segundo o gestor Realismo, isso ocorre por que os professores que são submetidos a essa situação, não conseguem acompanhar as reuniões de forma plena em nenhuma das escolas. Contribuindo com o

entendimento desse gestor, nota-se que essa prerrogativa acarreta, também, a desigualdade salarial entre professores, tendo em vista que a remuneração das horas efetivamente trabalhadas pelo professor que cumpre o M2 coletivo na escola será igual ao que não o cumpre em sua integralidade.

Quadro 8 - Ação 3

Ação 3 – Reunião de M2 coletivo mensal	
<i>What</i> – O que será feito (etapas)	Uma reunião mensal com todos os envolvidos na política de M2 na escola, com foco na gestão de sala de aula e no ensino e aprendizagem dos alunos, na socialização de conhecimentos e metodologias e no fortalecimento do trabalho coletivo.
<i>Why</i> - Por que será feito (justificativa)	Para melhorar a gestão da sala de aula, promover a socialização de conhecimentos e metodologias, fomentar o trabalho coletivo e fortalecer as relações interpessoais entre o grupo.
<i>Where</i> – Onde será feito (local)	Escola.
<i>When</i> – Quando será feito (tempo)	Em um dia de cada mês, com previsão no calendário anual da escola.
<i>Who</i> – Por quem será feito (responsabilidade)	Equipes de gestores e de professores da escola.
<i>How</i> – como será feito (método)	Um período da reunião será realizado com todos da equipe para tratar dos assuntos comuns ao grupo e outra parte em pequenos grupos por meio de oficinas, dinâmicas, apresentações, confecção de matérias ou outra atividade prática.
<i>Howmuch</i> – Quanto custará fazer (custo)	R\$ 400,00 lanche e refeição.

Fonte: Elaborado pela autora.

Considerando que essas reuniões sejam voltadas para a parte pedagógica/metodológica do ensino, faz-se necessário portanto, que se trabalhe com pequenos grupos de professores divididos por área de conhecimento ou área de interesse e sob a coordenação de um ou mais membros da equipe gestora. Esse arranjo é totalmente possível, tendo em vista que além do diretor da escola, cada turno comporta um supervisor e um vice-diretor. Na perspectiva de realizar um trabalho mais consistente, pode-se prolongar esse acompanhamento do grupo pelo mesmo gestor no decorrer do semestre ou mesmo do ano. Sobre essas reuniões o Ofício nº 2.663/2016 esclarece:

Assim, tanto o planejamento quanto a avaliação do processo de ensino e aprendizagem são temas importantes e fundamentais para

serem discutidos no cumprimento das horas destinadas às reuniões de caráter mais coletivo, ou seja, reuniões com todos os professores e demais profissionais da escola envolvidos no processo de ensino e aprendizagem, em encontros coordenados pela equipe pedagógica da escola com grupos de professores, por área de conhecimento ou por componente curricular ou um só professor ou até na atividade realizada individualmente pelo professor (MINAS GERAIS, 2016b, p.5).

Caso seja necessário tratar de assuntos administrativos, deve ser reservado um período dessa reunião mensal para tratar desta e de outras dimensões da escola. Com efeito, é importante que tais assuntos sejam discutidos no início de cada reunião; considerando que em seguida provavelmente haverá trabalhos mais específicos com os pequenos grupos de professores. Importante salientar que no caso de haver repasse de informações, leis ou houver ações a serem efetivadas em caráter de urgência ou algum assunto inadiável que não possa esperar até o dia da próxima reunião; a sugestão é que se façam reuniões mais específicas e em menor tempo em cada turno ou se utilize da ferramenta eletrônica *Google Drive*. Para que essa última proposta seja efetivada, é necessário fazer um *e-mail* de cada professor e gestor na conta *Gmail* e instalar o *Google Drive* nos computadores da escola de uso desses servidores. Tomadas essas providências, os professores e gestores terão acesso a inúmeras ferramentas, além do *Google Sheets*, *Google Slides* e *Google Docs*. Vale dizer que a primeira ferramenta é destinada à criação de planilhas, a segunda à criação de slides e a última se refere à edição de arquivos e salvamento *online* e ao compartilhamento de documentos. Além de servir para compartilhar informações, essas ferramentas permitem também que se façam trabalhos de maneira colaborativa, concorrendo assim para uma otimização do tempo e uma nova maneira de interação da equipe de trabalho.

3.1.3 – AÇÃO 4 - Reestruturação do laboratório de informática como espaço de cumprimento ao M2 individual

Esta última proposta consiste em reestruturar o espaço, onde hoje se encontra instalado o laboratório de informática, para o uso exclusivo da prática de M2 individual. Para que isso ocorra, a única solução possível é esperar o término da “Ampliação e reforma da escola” que já se encontra em andamento com previsão de término para março de 2018; ocasião em que a escola receberá um novo laboratório

de informática. Dessa feita, essa ação sugere que após a finalização dessas obras, a saleta que hoje se encontra instalado o laboratório de informática, a sala de reforço escolar e o depósito de material esportivo e de cadeiras e mesas plásticas, poderá ser reestruturada para alocar os professores nos horários de M2 individual.

Para que essa sala funcione de maneira regular, faz-se importante a aquisição de um ar condicionado, dado o calor excessivo da região. Também será necessária a aquisição de mesas e cadeiras de escritório, impressoras e armários para o uso de professores e gestores nesses M2 individuais. É importante que a escola adquira uma lousa portátil; caso o projeto de reforço escolar tenha continuidade no próximo ano. Para que a aquisição desses bens de capital se efetive, o diretor da escola Aquarela deverá encaminhar à SRE-Pirapora a solicitação de uma visita de seus técnicos a fim de realizar *in loco* um plano de atendimento com vistas a obter um termo de compromisso específico junto à SEE/MG, para mobiliar o referido espaço. Considerando que o processo de aquisição desses bens permanente possa ser demorado e, dada a urgência de um espaço privativo para os professores e supervisores nos horários de M2, esse ambiente pode ser de imediato; reestruturado com os equipamentos e móveis que a escola já possui.

Quadro 9 - Ação 4 - Reestruturação laboratório de informática como espaço para o módulo individual

(continua)

<i>What</i> – O que será feito (etapas)	Reorganização do espaço onde hoje se encontra instalado o laboratório de informática, para o uso exclusivo do cumprimento do M2 individual pelos professores e supervisores da escola.			
<i>Why</i> - Por que será feito (justificativa)	Melhorar o suporte pedagógico no M2 individual e fomentar a realização das atividades extraclasse pelos professores nos horários do M2 individual.			
<i>Where</i> – Onde será feito (local)	No atual laboratório de informática.			
<i>When</i> – Quando será feito (tempo)	Segundo semestre de 2018.			
<i>Who</i> – Por quem será feito	Escola em parceria com a SRE/Pirapora e SEE/MG.			
<i>How</i> – como será feito (método).	Após o término da “Ampliação e reforma da escola”, onde está previsto a reforma da cozinha e banheiros, construção de depósitos e de um laboratório de ciências e outro de informática, se fará a reestruturação do atual laboratório de informática para uma sala de uso exclusivo dos professores e supervisores nos horários de M2 individual.			
<i>Howmuch</i> – Quanto custará fazer (custo)	Mobiliário e equipamentos	Quantidade	Valor unitário estimado (R\$)	Subtotal estimado (R\$)
	Licitação da ampliação e/ou reforma da escola Edital nº002/2015	1	224.798,92	224.798,92

	do Temo de compromisso nº 730944/2013			
	Impressora multifuncional	1	1.300,00	1300,00
	Lousa branca portátil com cavalete	1	550,00	550,00
	Escrivaninha	2	315,00	630,00
	Cadeira para escritório	2	250,00	500,00
	Mesa de reunião de 6 lugares	1	512,00	512,00
	Cadeira para mesa de reunião	6	100,00	600,00
	Computador	6	1500,00	9.000,00
	Ar condicionado para escritório	1	1.400,00	1.400,00
	Armário de aço com 2 portas	1	345,00	345,00
	Armário de aço com 4 gavetas	3	340,00	1.020,00
	Total			240.655,92

Fonte: Elaborado pela autora.

A criação de uma sala exclusiva de M2 servirá ao atendimento da segunda ação deste PAE, e para que isso seja possível é preciso acabar com alguns entraves apontados nas entrevistas que inviabilizam a feitura das atividades extraclasse na escola Aquarela. É importante dizer que atualmente, os horários de M2 individual concorrem com a presença de pais, alunos, professores e gestores durante sua realização na sala dos professores. Nesse sentido, o entra-e-sai de pessoas, o barulho no ambiente e até mesmo o calor excessivo são fatores que atrapalham a prática dessa política na escola. Como visto nas entrevistas, o supervisor não consegue dar um suporte pedagógico aos professores nos Horários de M2, por estar ocupado com outras demandas da escola. Outra questão diz respeito à infraestrutura; estando disponível apenas um computador que é insuficiente para o atendimento dos professores nos horários de M2. Nesse sentido, a necessidade de um espaço adequado que acomode esses profissionais nesses horários é bastante significativa. No tocante a essa questão, Dalmás (2014) afirma que “Todo e qualquer empreendimento exige suporte especial para sua elaboração ser viável e prática” (47). Diante desse quadro, percebe-se quão necessário é para os servidores envolvidos na prática do M2, um espaço que lhes ofereça comodidade e privacidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente dissertação teve como objetivo principal, analisar como ocorreu a implantação da política de M2 na escola Aquarela e como esta vem sendo praticada desde então. Para tanto, foi necessário conhecer todo o processo legal que embasou a implantação dessa política nas escolas estaduais de Minas Gerais e, em âmbito nacional estudar a lei nº 11.738/2008 (BRASIL, 2008). Conhecida nacionalmente como a “Lei do Piso”, essa norma fixou o piso salarial profissional dos PEB do país e estabeleceu um limite máximo de 2/3 da carga horária do PEB na regência de aulas/turmas. Em virtude dessa normativa, ter sido questionada no STF por meio da ADI nº 4.167, seus efeitos foram suspensos até que seu mérito fosse julgado (BRASIL, 2011). Após julgar improcedente a ADI nº 4.167, o STF reconheceu a constitucionalidade dessa lei federal; o que concorreu para que o Estado de Minas Gerais publicasse a lei nº 20.592/2012 no sentido de alinhar seu ordenamento à lei federal vigente (MINAS GERAIS, 2012). Dessa feita, essa norma estadual garantiu aos PEB da Rede mineira, a redução da carga horária de 18 h/a semanais para 16 h/a semanais na regência de turma/aula. No entanto, esse direito só foi implantado no Estado a partir da edição do Decreto nº 46.125, de 04 de janeiro de 2013; ocasião em que os PEB da Rede Estadual começaram a cumprir 2/3 da carga horária no M1 e 1/3 no M2 (MINAS GERAIS, 2013). Nesse sentido, o cumprimento da Lei do Piso ocorreu após 5 anos de sua publicação, fato que concorreu para que a política de M2 tivesse pouca expressividade no cenário estadual.

Objetivando fornecer ao leitor elementos que contextualizassem a política no cenário escolar, a pesquisa apontou que o prédio da escola não possui espaço próprio destinado à realização do M2 e faltam também equipamentos para atender os professores nesses horários. Foi constatado também que alguns servidores trabalham dividindo espaços comuns, como é o caso dos supervisores e professores que compartilham de uma mesma saleta nos horários de M2. A pesquisa mostrou que depois que o M2 tornou-se obrigatório nas escolas, não houve investimentos estatais para o fomento dessa política na escola pesquisada. Esse ponto chama a atenção, tendo em vista que o Estado editou uma norma a ser cumprida no âmbito escolar, sem ao menos considerar a realidade em que cada escola se encontrava. Especificamente na escola Aquarela a falta de espaços e de equipamento

tecnológicos são alguns dos entraves que vêm dificultando a implementação da política por parte dos gestores da escola.

Com referência ao modelo da política de M2 implantado na escola, a pesquisa evidenciou que desde sua implantação, seu desenho se encontra praticamente inalterada – sendo o M2 individual inserido nos entremeios dos horários de M1 e a reunião coletiva que antes era realizada mensalmente atualmente vem ocorrendo semanalmente. Quanto às principais queixas dos entrevistados sobre a prática do M2 individual, estes acentuaram a falta de computadores na escola; a desordem provocada pelas diversas questões que são discutidas na sala dos professores; a falta de acompanhamento pedagógico e o cansaço/desânimo próprio pó ocasião da realização do M2 individual. No tocante às reuniões de M2 coletivo, esses profissionais alegaram não concordar com o horário, tendo em vista já estarem cansados do trabalho na docência e que alguns professores saem mais cedo desses encontros por terem que trabalhar no 3º turno. Sobre o local de realização do M2 coletivo, a pesquisa demonstrou que o espaço não comporta todos os participantes e por isso muitos ficam alguns pelo lado de fora da sala de reunião. Segundo relato dos pesquisados, nos horários de M2 coletivo as conversas paralelas e discussões são oriundas dos próprios participantes, o que concorre para desvirtuar o objetivo dessas reuniões. Com relação aos temas tratados nos M2 coletivos, os entrevistados disseram que estes são voltados às demandas externas, o que leva a um esvaziamento dos assuntos pedagógicos e metodológicos na escola. Questionados sobre quais assuntos gostariam de ver tratados nas reuniões de M2, os professores expressaram interesse nos temas voltados ao manejo em sala de aula e ao ensino e aprendizagem do aluno. Outro ponto salientado na pesquisa, diz respeito às diversas atribuições e responsabilidades impostas pelos gestores aos professores nos horários dos M2 coletivos. Referente a essa situação, os professores disseram sentir sobrecarregados com as muitas atribuições que lhes são impostas durante as reuniões de M2 coletivo. Diante disso, percebe-se que as relações interpessoais entre essas equipes têm sido bastante tensas, e que esse conflito permanente e velado, tem provocado um distanciamento entre esses profissionais. Diferente dessa realidade, a pesquisa mostrou que por se sentirem mais autônomos, os professores sentem mais à vontade em fazer o M2 individual do que o coletivo. Um ponto que chama atenção é que, embora os gestores reconheçam que as temáticas geralmente são pré-definidas, ainda assim gastam em

média 10 horas para preparar as reuniões de M2 coletivo. Nesse sentido, percebe-se um dispêndio de tempo bastante significativo por parte desses gestores, em questões que talvez não vão contribuir com as reais necessidades da escola.

Ao considerar a existência do compartilhamento de metodologias, conhecimentos e trocas de experiências nos horários de M2, as respostas dos entrevistados foram pouco objetivas, o que deu a entender não ser algo recorrente. Com referência ao trabalho coletivo nos horários de M2, ficou evidenciado que o trabalho colaborativo é basicamente pontual diante de questões específicas; não sendo um costume entre os professores no cotidiano de suas funções. A respeito da escrituração por parte dos professores relacionada à prática do M2, essa questão dividiu opiniões entre os gestores. Todavia, ao responderem a essa questão, os professores disseram os horários de M2 não contribuem para suas escriturações, tendo em vista que são utilizados pela gestão para propor atividades extras a estes profissionais.

No tocante ao acompanhamento pedagógico no horário de M2, foi verificado que há um acompanhamento insuficiente em decorrência das inúmeras atribuições que são impostas ao supervisor pedagógico. Também foi verificado que a falta de profissionais de apoio na escola, que lide exclusivamente com os alunos, tem desviado o supervisor pedagógico do contato com os professores nos horários de M2 individual. Com referência a cursos e ou capacitações oferecidos pela SEE, SRE e a escola, com foco na formação continuada do professor, foi aferido a pouca e insuficiente oferta dessa política aos profissionais da escola. Sobre essa questão, em 2017 um professor da escola Aquarela recebeu capacitação para lidar na EE e um gestor fez um curso voltado a Educação Integral. Considerando as necessidades apresentadas pelos profissionais da escola e o direito que estes possuem de receber uma formação continuada, percebe-se que a demanda real da escola para este tipo de atendimento é bem maior que o número de servidores que foram capacitados pelo estado no ano de 2017.

Com referência à melhoria da prática docente associada à realização do M2, não foi possível obter uma resposta consistente, uma vez que alguns professores entrevistados consideram não perceber essa relação. Diante dessa indefinição, conclui-se que essa questão poderia ser mais bem investigada se houvesse uma pesquisa documental mais específica, que associasse a prática do M2 à diminuição da evasão escolar; ou à diminuição dos conflitos professor/aluno; ou, até mesmo, ao

aumento dos índices das avaliações externas e internas. Nessa perspectiva, a importância de uma pesquisa que relaciona a prática do M2 a esses fatores se mostra pertinente, tendo em vista que estes pontos acentuam como essa política pode promover a política de ensino com maior qualidade. Também como futuro objeto de análise, é importante que se estude o impacto do uso das TICs na política de M2.

A pesquisa apurou ainda, que os professores chegam à escola, despreparados para o exercício da docência, apresentando deficiências na parte teórica, metodológicas e, nesse sentido, as ações propostas no PAE podem contribuir com possíveis lacunas deixadas pela formação inicial desses profissionais. Com efeito, as ações do PAE podem oportunizar aos gestores da escola Aquarela, dirimir possíveis arestas que impeçam que os professores cumpram a política de M2 de forma efetiva. Outro ponto averiguado na pesquisa foi referente à resistência que alguns professores possuem quanto à prática do M2 na escola e, nesse sentido, as ações do PAE foram pensadas levando em consideração as reais necessidades dos seus participantes. Dessa feita o PAE proposto foi estruturado com 4 ações, sendo a 1ª voltada para que todos os envolvidos na política de M2 conheçam todo seu processo de realização no âmbito escolar, sendo necessário a realização de 2 reuniões anuais para este fim. A 2ª ação visa à reestruturação dos horários de M2 individual, com foco no acompanhamento mais pontual pelo supervisor pedagógico. A 3ª ação objetiva que as reuniões de M2 coletivos sejam realizadas em um tempo maior e voltadas mais especificamente aos assuntos metodológicos e no fomento ao ensino e à aprendizagem do aluno. Finalmente a 4ª ação se referente à estruturação de um local próprio para a realização do M2 individual pelos professores e supervisores pedagógicos da escola. Findada essas propostas é sabido que muito ainda tem que ser dito, pesquisado, discutido, adaptado e revisto no que tange à política de M2 na escola Aquarela. Vale ressaltar que essas ações têm a intenção de sanar possíveis intercorrências na Política de M2 na escola; verificadas ao longo desse EC. Nesse sentido, a pretensão dessas ações é poder oferecer condições mínimas para que os envolvidos nessa política possam cumpri-la de forma efetiva e que esses novos arranjos de M2; reflitam em um futuro próximo, na melhoria da oferta de ensino na escola Aquarela.

REFERÊNCIAS

ADANS, M. t. W e AUTH, M. A. **Intencionalidades, Resistências e Desafios ao (Re)Significar a Prática Pedagógica.2004**. Disponível em: <[http://www.portalanpedsul.com.br/admin/uploads/2004/Painel/Painel/02_09_25_INTENCIONALIDADES,_RESISTENCIAS_E_DESAFIOS_AO_\(RE\)SIGNIFICAR.pdf](http://www.portalanpedsul.com.br/admin/uploads/2004/Painel/Painel/02_09_25_INTENCIONALIDADES,_RESISTENCIAS_E_DESAFIOS_AO_(RE)SIGNIFICAR.pdf)>. Acesso em: 22 jun. 2017.

ALVES, M. L.; ALMEIDA, D. M. Incompletude e Inacabamento: uma leitura do estético em Paulo Freire. **Debates em Educação**, Maceió, v.2, n. 3, p.01-10, jan./jun. 2010. Disponível em: <<http://www.seer.ufal.br/index.php/debateseducacao/article/viewFile/60/57>>. Acesso em: 22 maio 2017.

ALMEIDA, Aline Santos de. **A percepção dos professores de ensino fundamental da SEDUC/AM da cidade de Manaus sobre a hora de trabalho pedagógico na escola**. Dissertação (mestrado profissional) – Universidade Federal de Juiz de Fora, Faculdade de educação/CAED. Programa de Pós Graduação em Educação, 2016. Disponível em:< <http://www.mestrado.caedufjf.net/wp-content/uploads/2017/01/ALINE-SANTOS-DE-ALMEIDA.pdf> >. Acesso em: 20 dez. 2017.

BEHR, Ariel et al. Gestão da Biblioteca Escolar: Metodologias, Enfoques e aplicação de Ferramentas de Gestão e Serviços de Biblioteca. **Ci. Inf.**, Brasília, V.37, n.2, p.32-42, maio/ago. 2008. Disponível em:<<http://www.scielo.br/pdf/ci/v37n2/a03v37n2>>. Acesso em: 5 dez. 2017.

BRASIL. Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961. **Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Brasília, DF, 1961. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-4024-20-dezembro-1961-353722-publicacaooriginal-1-pl.html>>. Acesso em: 10 jun. 2017.

BRASIL. Lei 5.540/1968. Presidência da República. Casa civil. Subchefia para assuntos jurídicos. **Fixa normas de organização e funcionamento do ensino superior e sua articulação com a escola média, e dá outras providências**. 28 nov. 1968. Disponível em:<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L5540.htm>. Acesso em: 09 ago. 2017.

_____. Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971. **Fixa Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências**. Brasília, DF, 1971. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1970-1979/lei-5692-11-agosto-1971-357752-publicacaooriginal-1-pl.html>>. Acesso em: 10 jun. 2017.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. 2008. DF. Disponível em:< http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 20 jun. 2017.

_____. Emenda Constitucional nº 14, de 12 de setembro de 1996a. **Modifica os artigos 34, 208, 211 e 212 da Constituição Federal e dá nova redação ao artigo 60 do Ato das Disposições Constituições Transitórias**. Brasília, DF, 1996a.

Disponível em:

<https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc14.htm>.

Acesso em: 24 nov. 2016.

_____. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996b. **Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional**. Brasília, DF, 1996b.

_____. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. Resolução nº 3, de 08 de outubro de 1997. **Fixa diretrizes para os novos planos de carreira e de remuneração para o magistério dos estados, do distrito federal e dos municípios**. Brasília, DF, 1997. Disponível em:

<<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CEB0397.pdf>>. Acesso em: 29 jun. 2017.

BRASIL. Parecer CNE nº 4/2000. **Diretrizes Operacionais para educação Infantil**. Câmara de educação Básica/Conselho nacional de Educação UF:DF. 16 fev. 2000. Disponível em:<http://www.crmariocovas.sp.gov.br/pdf/diretrizes_p0619-0628_c.pdf>. Acesso em: 15 ago. 2017.

BRASIL. Lei nº 10.172, de 09 de janeiro de 2001. Presidência da República. Casa Civil. **Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências**.

Disponível em:<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10172.htm>.

Acesso em: 27 out. 2017.

_____. Lei nº 11.114, de 16 de maio de 2005. **Altera os arts. 6º, 30, 32 e 87 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, com o objetivo de tornar obrigatório o início do ensino fundamental aos seis anos de idade**. Brasília, DF, 2005.

Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/lei/l11114.htm>. Acesso em: 10 jan. 2017.

_____. Emenda Constitucional 53, de 19 de dezembro de 2006. 2006. DF. **Dá nova redação aos arts. 7º, 23, 30, 206, 208, 211 e 212 da constituição Federal e ao art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias**. Disponível em:<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc53.htm>. Acesso em: 19 jun. 2017.

_____. Ministério da Educação. Assessoria de comunicação social. **Compromisso Todos pela Educação** [online]. Brasília, DF, 2007. Disponível em:<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/diretrizes_compromisso.pdf>. Acesso em: 18 jun. 2017.

_____. Lei nº 11.738, de 16 de Julho de 2008a. **Regulamenta a alínea “e” do inciso III do caput do art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para instituir o piso salarial profissional nacional para os profissionais do magistério público da educação básica**. Brasília, DF, 2008. Disponível em:<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11738.htm>. Acesso em: 26 fev. 2017.

_____. Supremo Tribunal Federal. **Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 4.167**. (Med. Liminar) Questiona a legalidade dos Art. 002º, §§ 001º e 004º, art. 003º,

"caput", OII e III, e o art. 008º, da Lei nº 11738, de 16 de julho de 2008b. Brasília, DF, 2011a.

_____. Lei 12.056, de 13 de outubro de 2009a: **Acrescenta parágrafos ao art. 62 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional**. Brasília, DF, 2009a. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Lei/L12056.htm>. Acesso em: 10 dez. 2016.

_____. Emenda constitucional de 59, de 11 de novembro de 2009b. **Acrescenta § 3º ao art. 76 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias para reduzir, anualmente, a partir do exercício de 2009, o percentual da Desvinculação das Receitas da União incidente sobre os recursos destinados à manutenção e desenvolvimento do ensino de que trata o art. 212 da Constituição Federal, dá nova redação aos incisos I e VII do art. 208, de forma a prever a obrigatoriedade do ensino de quatro a dezessete anos e ampliar a abrangência dos programas suplementares para todas as etapas da educação básica, e dá nova redação ao § 4º do art. 211 e ao § 3º do art. 212 e ao caput do art. 214, com a inserção neste dispositivo de inciso VI**. Brasília, DF, 2009b. Disponível em: <<https://presrepublica.jusbrasil.com.br/legislacao/823952/emenda-constitucional-59-09>>. Acesso em: 16 jun., 2017.

_____. Portal do Planalto do Planalto. Acervo. Constituição Federal. **A Constituição Federal** [online]. Brasília, DF, 2011. Disponível em: <<http://www2.planalto.gov.br/acervo/constituicao-federal>>. Acesso em: 22 nov. 2016.

_____. Lei nº 12.796, de 04 de abril de 2013. **Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para dispor sobre a formação dos profissionais da educação e dar outras providências**. Brasília, DF, 2013. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2013/Lei/L12796.htm#art1>. Acesso em: 28 jun. 2017.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Articulação com os Sistemas de Ensino. **Planejando a Próxima década: conhecendo as 20 Metas do Plano Nacional de Educação**. Brasília: MEC/SASE, 2014a. Disponível em: <http://pne.mec.gov.br/images/pdf/pne_conhecendo_20_metas.pdf>. Acesso em: 30 jun. 2017.

BRASIL. PL2882. **O projeto de lei em análise institui o Plano Estadual de Educação – PEE –, com vigência por dez anos a contar da sua publicação, com vistas ao cumprimento do disposto no art. 214 da Constituição da República e na Lei Federal nº 13.005, de 2014b, que aprova o Plano Nacional de Educação – PNE**. 03 set. 2015. Disponível em: <<http://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:camara.deputados:projeto.lei;pl:2015-09-03;2882>>. Acesso em: 10 dez. 2017.

_____. **Constituição da República Federativa do Brasil**: compilado de informações [online]. Brasília, DF, 2016 Disponível

em:<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm>. Acesso em: 23 nov. 2016.

_____. Ministério da Transparência, Fiscalização e Controladoria-Geral da União. Portal da Transparência. Glossário. **Material de consumo e material permanente**. Brasília, DF, 2017. Disponível em: <<http://www.portaldatransparencia.gov.br/glossario/DetalheGlossario.asp?letra=m>>. Acesso em: 21 maio 2017.

DIAS, Fátima Regina Teixeira de Salles. **Habilitando-se professor: experiência concreta da valorização do profissional de educação infantil em exercício nas creches e nas pré-escolas de Minas**. Disponível em: <<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/me004852.pdf>>. Acesso em: 19 ago. 2017.

CERQUEIRA, AlianaGeorgia Carvalho; SOUZA, Thiago Cavalcante de; MENDES, Patrícia Adorno. A trajetória da LDB: um olhar crítico frente à realidade brasileira. **Anais do Ciclo de Estudos Históricos, UESC, Santa Catarina**, 2009. Disponível em: <<http://www.ceap.br/material/MAT14092013162714.pdf>>. Acesso em: 09 ago. 2017

DALMÁS, Ângelo. **Planejamento participativo na escola: elaboração, acompanhamento e avaliação**. 18. Ed. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2014.

FUSARI, José Cerchi. **O planejamento do trabalho pedagógico: imagens e tentativas de Respostas**. Publicação: Artigo Série Ideias nº 8. São Paulo: FDE, 1998. Páginas 44-53 Disponível em:<http://www.crmariocovas.sp.gov.br/pdf/ideias_08_p044-053_c.pdf>. Acesso em: 17 nov. 2017.

FUNARI, Pedro Paulo e ZARANKIM, Andrés. **Cultura material escolar: o papel da arquitetura**. Pro-posições, v. 16, n. 1 (46) – jan./abr. 2005. Disponível em:<<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/proposic/article/view/8643759/11274>>. Acesso em: 20 nov. 2017.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. Cidades. Perfil. **Extração Vegetal e Silvícula em Buritizeiro, Minas Gerais**. Brasília, DF, 2015. Disponível em:<<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?codmun=310940>>. Acesso em: 30 maio 2017.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA - INEP. **Censo Escolar - 2016**. Brasília, DF, 2016. Disponível em:<<http://portal.inep.gov.br/censo-escolar>>. Acesso em: 30 abr. 2017.

KRUG. Ana Paula de Freitas. **O papel do supervisor escolar como mediador de um ensino de qualidade**. Faculdade dom Alberto. Curso de especialização em supervisão escolar. Santa Cruz do Sul. Ago. 2010. Disponível em:<http://domalberto.uolhostidc.com.br/posgradu/supervisao_escolar/2010.11.24_Ana_Paula_de_Freitas_KRUG.pdf>. Acesso em: 27 set. 2017.

_____. Sistema Mineiro de Avaliação Escolar - SIMADE. **Dados das escolas** [online]. Belo Horizonte, MG, 2017a. Disponível em: <<https://simade.caedufff.net/SimadeWeb/imprimir.faces>>. Acesso em: 06 jan. 2017.

LARCHERT, Jeanes Martins. **O planejamento pedagógico e a organização do trabalho docente**. (2010). Disponível em: <<http://www.uepg.br/formped/disciplinas/OrganizacaoTrabalho/DIDATICA.pdf>>. Acesso em: 16 ago. 2017.

LOPES, Noêmia. **O que é o projeto é o projeto político pedagógico (PPP)**. sitio Nova Escola. Fundação Lemann. p.1–2. (2010). Disponível em: <<https://gestaoescolar.org.br/conteudo/560/o-que-e-o-projeto-politico-pedagogico-ppp>>. Acesso em: 17 jul. 2017.

LÜCK, Heloísa. **Dimensões da gestão escolar e suas competências**. Curitiba: Editora Positivo, 2009. Disponível em: <<https://pt.slideshare.net/naysataboada/texto1-58376507>>. Acesso em: 13 de jul. 2017.

LÜCK, Heloisa. **A gestão participativa na escola**. Vol. III. 11ª edição Editora vozes. (2013). Série cadernos de Gestão. Petrópolis. RJ.

MANDELLI, Mariana. Os 50 anos da maior lei brasileira para a educação. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) completa meio século em plena discussão do novo plano de Metas do país para a área [online]. **Jornal Estadão**, São Paulo, 23 jan. 2012 Disponível em: <<http://www.estadao.com.br/noticias/geral,os-50-anos-da-maior-lei-brasileira-para-a-educacao-imp-,825985>>. Acesso em: 27 jun. 2017.

MENEZES, Ebenezer Takuno de; SANTOS, Thais Helena dos. **Verbete PDE (Plano de Desenvolvimento da Escola)**. Dicionário Interativo da Educação Brasileira - Educabrazil. São Paulo: Midiamix, 2001. Disponível em: <<http://www.educabrazil.com.br/pde-plano-de-desenvolvimento-da-escola/>>. Acesso em: 17 de jul. 2017

MINAS GERAIS. Assembleia Legislativa de Minas Gerais. Lei nº 6.277, de 27 de dezembro de 1973. **Estabelece o Estatuto do Magistério de Ensino de 1º e 2º Graus do Estado de Minas Gerais**. Belo Horizonte, MG, 1973. Disponível em: <http://www.almg.gov.br/consulte/legislacao/completa/completa.html?tipo=LEI&num=6277&comp=&ano=1973&aba=js_textoOriginal>. Acesso em: 30 dez. 2016.

_____. Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Lei nº 7.109, de 13 de outubro de 1977. **Estabelece o Estatuto do pessoal do magistério do Estado de Minas Gerais, e dá outras providências**. Belo Horizonte, MG, 1977. Disponível em: <<http://www.almg.gov.br/consulte/legislacao/completa/completa-nova-min.html?tipo=LEI&num=7109&ano=1977>>. Acesso em: 27 out. 2016.

_____. Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Lei nº 9.381, de 18 de dezembro de 1986. **Institui o Quadro de Pessoal das unidades estaduais de ensino e dá outras providências.** Belo Horizonte, MG, 1986. Disponível em: <<https://www.almg.gov.br/consulte/legislacao/completa/completa-nova-min.html?tipo=Lei&num=9381&ano=1986>>. Acesso em: 10 set. 2016.

_____. Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Lei nº 15.293, de 02 julho de 2004. **Institui as carreiras dos Profissionais de Educação Básica do Estado de Minas Gerais.** Belo Horizonte, MG, 2004. Disponível em: <<http://www.almg.gov.br/consulte/legislacao/completa/completa-nova-min.html?tipo=Lei&num=15293&comp=&ano=2004&texto=original>>. Acesso em: 25 out. 2016.

MINAS GERAIS. Secretaria estadual de Educação. **Projeto Veredas – 14 mil professores da rede pública concluem curso superior.** 22 set. 2005. Disponível em: <<https://www.educacao.mg.gov.br/leis/story/1042-projeto-veredas-14-mil-professores-da-rede-publica-concluem-curso-superior>>. Acesso em: 12 ago. 2017.

_____. Secretaria de Estado de Educação. **Superintendências Regionais de Ensino – SREs** [online] 23 jun. 2008. Belo Horizonte, MG, 2008. Disponível em: <<https://www.educacao.mg.gov.br/sobre/servicos-18/superintendencias-regionais-de-ensino>>. Acesso em: 05 nov. 2016.

_____. Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Lei Delegada nº 180, 20 janeiro de 2011. **Dispõe sobre a estrutura orgânica da Administração Pública do Poder Executivo do Estado de Minas Gerais e dá outras providências.** Belo Horizonte, MG, 2011a. Disponível em: <<http://www.almg.gov.br/consulte/legislacao/completa/completa-nova-min.html?tipo=LDL&num=180&comp=&ano=2011&texto=consolidado>>. Acesso em: 07 out. 2016.

_____. Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Decreto nº 45.849, de 27 de dezembro de 2011. **Dispõe sobre a organização da Secretaria de Estado de Educação.** Belo Horizonte, MG, 2011b.

_____. Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Decreto nº 45.851, de 28 de dezembro de 2011. **Regulamenta o estágio probatório e a avaliação especial de desempenho do servidor público civil ocupante de cargo de provimento efetivo em virtude de aprovação em concurso público da administração pública direta, autárquica e fundacional do Poder Executivo Estadual.** Belo Horizonte, MG, 2011c.

_____. Secretaria de Estado da Educação. Resolução nº 2.018, de 06 de janeiro de 2012. **Estabelece normas para a organização do Quadro de Pessoal das Escolas Estaduais e a designação para o exercício de função pública na rede pública estadual.** Belo Horizonte, MG, 2012a. Disponível em: <<http://sreunai.educacao.mg.gov.br/images/stories/sreunai/Arquivos/resolucao-see-2018.pdf>>. Acesso em: 24 nov. 2016.

_____. Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Lei nº 20.592, de 28 de dezembro de 2012. **Altera as Leis nºs 15.293, de 5 de agosto de 2004, que institui as carreiras dos Profissionais de Educação Básica do Estado, e 15.301, de 10 de agosto de 2004, que institui as carreiras do Grupo de Atividades de Defesa Social do Poder Executivo, e dá outras providências.** Belo Horizonte, MG, 2012b. Disponível em:<<http://www.almg.gov.br/consulte/legislacao/completa/completa.html?tipo=LEI&num=20592&comp=&ano=2012>>. Acesso em: 26 out. 2016.

_____. Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Decreto nº 46.125, de 04 de janeiro de 2013. **Regulamenta dispositivos da Lei nº 15.293, de 5 de agosto de 2004.** Belo Horizonte, MG, 2013a. Disponível em:<<http://www.almg.gov.br/consulte/legislacao/completa/completa.html?tipo=DEC&num=46125&ano=2013>>. Acesso em: 27 out. 2016.

_____. Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Resolução nº 2.253, de 9 de janeiro de 2013. **Estabelece normas para a organização do Quadro de Pessoal das Escolas Estaduais e a designação para o exercício de função pública na rede estadual de educação básica.** Belo Horizonte, MG, 2013b. Disponível em:<http://crv.educacao.mg.gov.br/SISTEMA_CRV/banco_objetos_crv/8AF44F7006BE4E7FBB4E35C2F0CAE7402412013165242_RESOLU%C3%87%C3%83O%20SEE%20N%C2%BA%202253,%20DE%209%20DE%20JANEIRO%20DE%202013.pdf> . Acesso em: 10 nov. 2016.

_____. Secretaria de Estado de Educação. Ofício Circular nº 001801, de 06 de junho de 2013. **Orienta sobre o cumprimento de 1/3 da carga horária do professor destinada às atividades extraclasse, nos termos do art. 10 da resolução SEE nº 2.253/2013.** Belo Horizonte, MG, 2013c. Disponível em:<<http://www.sindutemg.org.br/novosite/files/05-08-13-oficio-hora-atividade.pdf>>. Acesso em: 19 nov. 2016.

_____. Secretaria de Estado da Educação. **Missão e Valores** [online]. 25 ag. 2014. Belo Horizonte, MG, 2014. Disponível em:<<https://www.educacao.mg.gov.br/sobre/servicos-18/missao-e-valores>>. Acesso em: 04 nov. 2016.

_____. Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Resolução nº 2.749, de 01 de abril de 2015. **Dispõe sobre o funcionamento e a operacionalização das ações de Educação Integral nas escolas da rede estadual de ensino de Minas Gerais.** Belo Horizonte, MG, 2015. Disponível em:<<https://www.educacao.mg.gov.br/images/documentos/2749-15-r.pdf>>. Acesso em: 04 jan. 2017.

MINAS GERAIS. Secretaria do Estado de Educação. **Formação dos profissionais de Educação.** Maio 2016a. Disponível em:<<https://www.educacao.mg.gov.br/component/gmg/page/16990-formacao-dos-profissionais-da-educacao>>. Acesso em: 13 Ago. 2017.

_____. Ofício circular nº 2.663, de 13 de setembro de 2016. **Orienta sobre como garantir a efetivação da carga horária do PEB previsto no art. 33 da lei estadual 20.592/2012 e informações adicionais sobre a maneira como, a política de M2 previsto nos art. 1º, 2º, 3º, 4º e 14 Decreto Estadual 46.125/2013, deverá ser cumprida no interior das escolas.** Belo Horizonte, MG, 2016b.

_____. Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Lei nº 22.257, de 27 de julho de 2016. **Estabelece a estrutura orgânica da administração pública do Poder Executivo do Estado e dá outras providências.** Belo Horizonte, MG, 2016c. Disponível em: <<http://www.almg.gov.br/consulte/legislacao/completa/completa-nova-min.html?tipo=LEI&num=22257&ano=2016>>. Acesso em: 07 jun. 2016.

_____. Secretaria de Estado de Educação. **Objetivos Operacionais e Competências Legais da instituição** [online]. 02 ago. 2016d. Belo Horizonte, MG, 2016c. Disponível em: <<https://www.educacao.mg.gov.br/sobre/servicos-18/competencias-legais>>. Acesso em: 04 nov. 2016.

_____. Secretaria de Estado de Educação. **“Docência em Educação Integral” uma parceria entre a Secretaria de Educação de Minas Gerais com a UFMG/TEIA.** 18 mar. 2016e. Disponível em: <<http://www.educacao.mg.gov.br/leis/story/7816-docencia-em-educacao-integral-uma-parceria-entre-a-secretaria-de-educacao-de-minas-gerais-com-a-ufmg-teia>>. Acesso em: 14 ago. 2017.

_____. Secretaria de Estado da Educação. **Organograma** [online]. 03 ago. 2016. Belo Horizonte, MG, 2016f. Disponível em: <<https://www.educacao.mg.gov.br/sobre/servicos-18/organograma>>. Acesso em: 12 nov. 2016.

_____. Secretaria de Estado de Educação. **Quem é Quem** [online]. Belo Horizonte, MG, 2016g. Disponível em: <<https://www.educacao.mg.gov.br/sobre/servicos-18/equipe>>. Acesso em: 12 nov. 2016.

_____. Secretaria de Estado da Educação. **Docência em educação integral: uma parceria entre a Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais com a UFMG/TEIA** [online]. 18 mar. 2016. Belo Horizonte, MG, 2016h. Disponível em: <<https://www.educacao.mg.gov.br/leis/story/7816-docencia-em-educacao-integral-uma-parceria-entre-a-secretaria-de-estado-de-educacao-de-minas-gerais-com-a-ufmg-teia>>. Acesso em: 13 nov. 2016.

_____. Secretaria de Estado da Educação. **Formação dos profissionais da educação** [online]. 03 maio. 2016. Belo Horizonte, MG, 2016i. Disponível em: <<https://www.educacao.mg.gov.br/ajuda/page/16990-formacao-dos-profissionais-da-educacao>>. Acesso em: 13 ago. 2016.

_____. Secretaria de Estado da Educação. **Secretaria oferece formação continuada gratuita para estimular a prática esportiva nas escolas** [online]. 09 ago. 2017. Belo Horizonte, MG, 2016j. Disponível

em:<<https://www.educacao.mg.gov.br/leis/story/9058-secretaria-oferece-formacao-continuada-gratuita-para-es>>. Acesso em: 10 nov. 2017.

MINAS GERAIS. **MAGISTRA – escola da escola**. Disponível em:<<http://magistra.educacao.mg.gov.br/index.php/institucional/o-que-e-a-magistra>>. Acesso em: 12 ago. 2017a.

MINAS GERAIS. **ORGANOGRAMA MAGISTRA**. Disponível em:<<http://magistra.educacao.mg.gov.br/index.php/institucional/organograma>>. Acesso em: 01 ago. 2017b

MINAS GERAIS. OLIVEIRA, Elian (ACS/SEE/MG). **Secretaria de Educação autorizou abertura de 152 novas turmas para o curso Normal**.02 ago.2017c. Disponível em: <www.educacao.mg.gov.br/component/gmg/story/9038-secretaria-de-educacao-autorizou-abertura-de-152-novas-turmas-para-o-curso-normal>. Acesso em: 20 ago. 2017.

MINAS GERAIS. Secretaria de Estado de Educação. **Secretaria oferece formação continuada gratuita para estimular a prática esportiva nas escolas**. 09 ago. 2017d. Disponível em:<<https://www.educacao.mg.gov.br/component/gmg/story/9058-secretaria-oferece-formacao-continuada-gratuita-para-estimular-a-pratica-esportiva-nas-escolas>>. Acesso em: 20 ago.2017.

CAMPOS, Casemiro de Medeiros. **Saberes docentes e autonomia dos Professores**. 6. Edição. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2013.

NEUBERT, Luiz Flávio. Pesquisa e Debate em educação. **ORGANIZAÇÕES COMPLEXAS: BUROCRACIA, PODER E RACIONALIDADE**. Universidade Federal de Juiz de Fora. 2016. Caed.PPGP. Disponível em: <<http://www.revistappgp.caedufjf.net/index.php/revista1/article/view/141/93>>. Acesso em: 17 jul. 2017.

OBSERVATÓRIO DO PNE. Metas do PNE. **16. Formação continuada e pós-graduação de professores** [online]. Brasília, DF, 2017. Disponível em:<<http://www.observatoriodopne.org.br/metas-pne/16-professores-pos-graduados>>. Acesso em: 10 dez. 2017.

OLIVEIRA, Isaura Francisco de. Coordenação Pedagógica: das atribuições legais às vivenciadas. **Anais da XV Semana Acadêmica de Ensino, Pesquisa e Extensão – A Universidade e suas práticas no Contexto Regional: construindo diálogos V. 1, nº. 1, 2010. ISSN – 2448-1319**. Disponível em:<<http://www.uneb.br/saepe/files/2016/01/035.pdf>>. Acesso em: 25 ago. 2017.

PESSANHA, V. V. Um panorama do direito fundamental à educação na Constituição Federal de 1988. **Revista Jus Navigandi**, Teresina, ano 18, n. 3557, 28mar.2013. Disponível em: <<https://jus.com.br/artigos/24050>>. Acesso em: 26 jun. 2017.

PINHEIRO, Elaine Vieira; SALERMO, Soraia Kfourir. Planejamento educacional: um olhar a partir da fala dos profissionais. Universidade Estadual de Londrina –

Londrina/PR. **Revista Brasileira de Iniciação Científica**, Itapetininga, v. 3, n. 4, 2016.

PORTAL DO PROFESSOR. Jornal. Notícias. **Celso Vasconcelos**: coordenador pedagógico deve estar sempre atento à realidade escolar. Edição 50 – O Coordenador Pedagógico da Escola. 01 fev. 2011. Disponível em: <<http://portaldoprofessor.mec.gov.br/conteudoJornal.html?idConteudo=1531>>. Acesso em: 25 ago. 2017.

RAMOS, Illa de Souza. A identidade profissional do coordenador pedagógico: caminhos incertos. XI congresso Nacional de educação. 2013. Pontifícia Universidade Católica do Paraná. **Anais...** Curitiba, de 23 a 26 set. 2013. Disponível em: <http://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2013/8173_6489.pdf>. Acesso em: 24 set. 2017.

RUA, Maria das Graças com ROMANINI, Roberta. **O Modelo Top-Down**. Para aprender políticas públicas. Unidade IX. A implementação de políticas públicas. (2013). Disponível em: <http://igepp.com.br/uploads/ebook/para_aprender_politicas_publicas_-_unidade_09.pdf>. Acesso em: 12 dez. 2017.

SAVIANE, D. **A política educacional brasileira após a ditadura militar até os dias atuais**[online]. Disciplina História da Educação II. Pós-graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas (Material Didático – Vídeo). Campinas, SP< 2011. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=KDlydJpnhv8>>. Acesso em: 24 nov. 2016

SENADO FEDERAL. Secretaria –geral da mesa. **Medida Provisória nº 746, de 22 de setembro de 2016** .Disponível em: <www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/126992/pdf>. Acesso em: 09 ago. 2017.

SILVA, Luciana Leite. **Indisciplina em sala de aula**. Universidade Cândido Mendes. Pró-Reitoria de Planejamento e desenvolvimento. Diretoria de Projetos Especiais. Projeto a Vez do Mestre. Rio de Janeiro (junho/2003). Disponível em: <<http://www.avm.edu.br/monopdf/6/LUCIANA%20LEITE%20SILVA.pdf>>. Acesso em: 14 de Nov. 2017.

SILVA, Luciana leite. **Indisciplina em sala de aula**. Universidade Cândido Mendes. Pró-Reitoria de Planejamento e desenvolvimento. Diretoria de projetos especiais. Projeto a vez do mestre. Rio de Janeiro, jun. 2003. Disponível em: <<http://www.avm.edu.br/monopdf/6/LUCIANA%20LEITE%20SILVA.pdf>>. Acesso em: 05 dez. 2017.

SOUZA, Jacqueline Pereira de. **A importância da família no processo de desenvolvimento da aprendizagem da criança**. Instituto de Estudos superiores do Ceará - INESC. Universidade Estadual de Aracaju. Fortaleza -2012. Disponível em: <[/www.apec.org.br/extra/artigos_cientificos/A_IMPORTANCIA_DA_FAMILIA_NO_PROCESSO_DE_DESENVOLVIMENTO_DA_APRENDIZAGEM_DA_CRIANCA.pdf](http://www.apec.org.br/extra/artigos_cientificos/A_IMPORTANCIA_DA_FAMILIA_NO_PROCESSO_DE_DESENVOLVIMENTO_DA_APRENDIZAGEM_DA_CRIANCA.pdf)>. Acesso em: 26 nov. 2017.

TARDIF, M. LESSARD, C. **O trabalho docente** - elementos para a teoria da docência como profissão de interações humanas. 9.ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

TARDIF, M. **Saberes docentes e formação profissional**. 17.ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

TORMENA, Ana Aparecida. **PLANEJAMENTO**: A Importância do Plano de Trabalho Docente na Prática pedagógica. (2010). Disponível em: <http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/cadernospde/pdebusca/producoes_pde/2010/2010_fafipa_ped_artigo_ana_aparecida_tormena.pdf>. Acesso em: 18 jul. 2017.

THOMAZI, Áurea Regina Guimarães; ASINELLI, Thania Mara Teixeira. **Prática docente**: considerações sobre o planejamento das atividades pedagógicas. Educar, Curitiba, nº 35, p 181-195, 2009. Editora UFPR. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/er/n35/n35a14.pdf>>. Acesso em: 22 jul. 2017.

VASCONCELLOS, C. S. **Coordenação do Trabalho Pedagógico**: do projeto político-pedagógico ao cotidiano da sala de aula. 6. ed. São Paulo: Libertad Editora, 2006.

YIN, R. K. **Estudo de Caso** - planejamento e Métodos. 5.ed. Porto Alegre: Ed. Bookman, 2015.

APÊNDICE A

ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA COM AEQUIPE GESTORA DA ESCOLA AQUARELA (DIRETOR, VICE-DIRETOR E SUPERVISORES)

BLOCO 1 – DADOS PESSOAIS E PROFISSIONAIS

1 – Fale um pouco de você:

- Idade
- Formação acadêmica e ano de conclusão (Considere também as especializações);
- Tempo de trabalho na escola;
- Tempo de exercício na função;
- Vínculo empregatício com esta escola;
- Carga horária cumprida semanalmente na escola Aquarela;
- Carga horária cumprida semanalmente em outras instituições.

BLOCO 2 - DESENHO DA POLÍTICA DE M2 NA ESCOLA

2 – Fale um pouco da política de M2 na escola:

- Atividades, temas e assuntos desenvolvidos nos horários de M2 individual e coletivo nos últimos 30 dias;
- Percepção sobre a política de M2 implantada pelo governo nas escolas;
- Organização da política de M2 na escola. Considere o M2 individual e o coletivo;
- Organização dos M2 implantado na escola atende às demandas pedagógicas da escola.
- Descreva como se realiza na escola o M2 individual e coletivo;
- Sugestão de revisão ou implementação da política de M2 melhor atende à realidade da escola.

BLOCO 3 – FORMAÇÃO INICIAL E CONTINUADA DO PROFESSOR

3 – Fale um pouco sobre a política de formação continuada do professor:

- Percepção da formação inicial do professor e o trabalho docente;
- Ações desenvolvidas na escola com foco na formação docente no ano de 2017;
- Principais dificuldades apresentadas pelo professor em seu trabalho cotidiano;
- Cursos de formação continuada do professor, realizada pela SRE –Pirapora no ano de 2017;
- Cursos de formação continuada promovidos pela SEE/MG no ano de 2017.

- Cursos promovidos pela SEE/MG, a partir de 2013, que tiveram adesão do professorado da escola. Considere o curso e o quantitativo de professores;
- Suporte técnico ou pedagógico, dado pela SEE/MG e SRE – Pirapora às escolas, para a prática do M2.

BLOCO 4 – PARTICIPAÇÃO DOCENTE NOS HORÁRIOS DE M2

4 – Fale um pouco sobre a participação do professor nos horários de M2:

- Percepção que possui do aproveitamento dos horários de M2 pelo professor;
- Compartilhamento de metodologias, conhecimentos e experiências entre os professores nos horários de M2;
- Percepção do envolvimento do professor com a política de M2
- Impacto da realização do M2 na prática docente.

BLOCO 5-ENVOLVIMENTO DA EQUIPE GESTORA NOS HORÁRIOS DE M2

5 – Fale um pouco sobre o envolvimento da equipe gestora no M2:

- Ações e projetos desenvolvidos na escola sob sua responsabilidade;
- Impacto do desenho da política de M2 na organização do seu trabalho;
- Organização ou seleção, pela equipe gestora, dos temas e das ações que serão tratados nos horários de M2;
- Carga horária semanal despendida por você na coordenação dos horários de M2;
- Fale sobre o suporte pedagógico nos horários de M2;
- Descreva sua rotina de trabalho diária ou semanal.

BLOCO 6 – IMPACTO DA PRÁTICA DO M2 NO TRABALHO DOCENTE

6 – Fale um pouco sobre a prática do M2 no trabalho do professor:

- Evidências que relaciona a melhoria da prática docente com os horários de M2;
- Ralação entre a prática de M2 e a entrega de notas, relatórios, diários e planos junto a Secretaria ou a equipe pedagógica da escola;

BLOCO 7 – INFRAESTRUTURA ESCOLAR

7 – Considere a estrutura física da escola:

- Equipamentos disponibilizados pela escola para a prática de M2;
- Espaços físicos utilizados pelos professores para a prática de M2;
- Quanto às condições de recursos físicos e materiais, identifique fatores que dificulta a prática do M2 na própria escola;
- Acrescente alguma observação ou informação a esta entrevista.

APÊNDICE B

ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA COM OS PROFESSORES DA ESCOLA AQUARELA

BLOCO 1 – DADOS PESSOAIS E PROFISSIONAIS

1 - Fale um pouco de você:

- Idade;
- Formação acadêmica e ano de conclusão. Considere também as especializações;
- Tempo e disciplina que leciona nesta escola;
- Vínculo empregatício com esta escola;
- Carga horária cumprida semanalmente na escola;
- Carga horária cumprida semanalmente em outras instituições.

BLOCO 2 – SOBRE OS HORÁRIOS DE M2 NA ESCOLA

2 – Fale um pouco sobre o desenvolvimento do M2 na escola:

- Atividades desenvolvidas ou os temas e assuntos que foram tratados nos horários de M2 nos últimos 30 dias. Considere os M2: individual e coletivo;
- Percepção sobre as atividades extraclasse, desenvolvidas nos horários de M2 na escola;
- Impacto que as atividades extraclasse, desenvolvidas nos horários de M2 na escola, tem sobre sua prática docente;
- Relação entre a prática de M2 e a entrega de notas, relatórios, diários e planos junto a Secretaria ou a equipe pedagógica da escola;
- Fatores que interferem na realização dos horários de M2 na escola.
- Assuntos e temáticas que você gostaria que fossem tratados nos horários de M2;
- Acompanhamento pedagógico durante os horários de M2 nos últimos 30 dias;
- Trocas de experiências e/ou aprendizagens de novas metodologias de ensino nos horários de M2 nos últimos 30 dias;
- Descreva como são realizados os M2 individual e coletivo na escola;
- Relate sua rotina nos dias de comprimento de M2.

BLOCO 3 – ESTRUTURA FÍSICA

3 – Fale um pouco sobre a estrutura física e as instalações do prédio escolar

- Identifique os recursos didáticos e equipamentos tecnológicos utilizados na realização dos M2 individual e coletivo nos últimos trinta dias. Indique os locais que nos últimos 30 dias você tenha realizado as atividades de M2 na escola;

- Quanto às condições de recursos físicos e materiais, identifique fatores que dificulta a prática do M2 na própria escola.

BLOCO 4 – FORMAÇÃO INICIAL E CONTINUADA DO DOCENTE

4 – Fale sobre a formação continuada do docente no âmbito escolar:

- Comente sobre sua formação inicial;
- Relacione sua formação inicial e o exercício da docência;
- Fatores que limitam seu trabalho na docência;
- Temáticas que você considera importantes de serem tratadas nos horários de M2;
- Cursos oferecidos pela escola com foco na formação continuada do professor no ano de 2017;
- Cursos de formação continuada ou treinamentos oferecidos pela SEE/MG no ano de 2017
- Cursos promovidos pela SEE/MG a partir de 2013 que você tenha participado.

BLOCO 5 – PLANEJAMENTO ESCOLAR

5 – Fale sobre o planejamento escolar nos horários de M2:

- Identifique os tipos de planejamentos que foram realizados no ano de 2017 na escola nos horários de M2.
- Horários de M2 se mostram suficientes para a realização de planejamento de ações, projetos e planos inerentes ao trabalho docente e a função da escola?

BLOCO 6 – PARTICIPAÇÃO DOCENTE E DA EQUIPE GESTORA NA POLÍTICA DE M2

6 – Fale da participação dos professores nos horários de M2:

- Percepção da participação dos demais professores nos horários de M2;
- Percepção de sua participação nos horários de M2;
- Percepção da interação professor e equipe gestora nos horários de M2;
- Relacione a prática do M2 à socialização de conhecimentos e metodologias de ensino entre os professores;
- Horários de M2 realizados na escola mostram-se suficientes para a realização das atividades inerentes ao cargo de professor?
- Ações realizadas nos horários de M2 favorecem o trabalho coletivo entre os docentes da escola?
- Desenho da política de M2 adotado pela escola atinge os objetivos a que esta se propõe?
- Acrescente alguma observação ou informação a esta entrevista.

ANEXO A

Quadro de horário do turno matutino da escola Aquarela no ano de 2017.

	PORTUGUÊS	PORTUGUÊS	PORTUGUÊS	MATEMÁTICA	MATEMÁTICA	MATEMÁTICA	GEOGRAFIA	GEOGRAFIA	GEOGRAFIA	HISTÓRIA	HISTÓRIA	CIÊNCIAS/BIOL	BIOLOGIA	QUÍMICA	QUÍMICA	FÍSICA	ED. FÍSICA	ED. FÍSICA	FILOSOFIA	SOCIOLOGIA	INGLÊS	INGLÊS	ARTE	ENSINO RELIGIOSO
SEGUNDA	-	9 C	-	9 A	1 B		3 A															-	-	-
	-	9 C	-	9 B	2 B		1 A															-	-	-
	-	1 C	-	9 A		3B	2 A															-	-	-
	-	1 C	-	9 C		3A	2 B	9 A														-	-	-
	-		-	1 C	2 A		3 B	9 B														-	-	-
TERÇA	3 B	-	9 a	9 C	1 A	M	-	-	-	-	2 B	9 B	-	-	3 A	1 C	-	2 A	2C	-	-	-	1 B	-
	3 a	-	M	2 C	1 B	1C	-	-	-	-	9 B	9 C	-	-	2 A	3 B	M	2 B	1A	-	-	-	9 A	-
	2 B	-	1 a	9 B	2 A	3A	-	-	-	-	9 A	1 B	-	-	3 B	M	M	2 C	1C	-	-	-	9 C	-
	2 a	-	9 a	9 C	1 B	3B	-	-	-	-	-	1 A	-	-	2 C	1 C	9 B	3 A	2B	-	-	-	M	-
	2 B	-	1 B	9 A	1 A	1C	-	-	-	-	-	2 A	-	-	2 C	3 A	9 C	3 B	-	-	-	-	9 B	-
QUARTA	3 a	-	1 a	-	2 B	-	2 C	-	-	-	9 C	1 B	-	-	-	-	-	-	3B	-	1 C	9 A	2 A	9 B
	M	-	9 a	-	1 A	-	2 B	-	-	M	2 C	2 A	-	-	-	-	-	-	3A	1 C	1 B	9 B	3 B	9 C
	3 B	-	9 B	-	1 B	-	2 A	-	-	1 C	3 A	2 B	-	-	-	-	-	-	M OD	2 C	1 A	9 C	M	9 A
	3 a	-	9 a	-	1 A	-	3 B	-	-	1 B	2 C	9 B	-	-	-	-	-	-	2A	M OD	1 C	9 C	2 B	-
	2	-	1	-	2	-	3	-	-	1	9	9	-	-	-	-	-	-	1B	3	-	9	2	-

	B		a		A		A			C	C	A							B		B	C	
QUINTA	2 B	2 C	1 B	9 A	2 A	-	-	9 C	-	1 A	3 A	9 B	3 B	-	-	-	-	-	3 B	-	-	1 C	-
	2 a	9 C	1 B	9 B	2 B	-	-	9 A	-	1 A	3 B	MOD	1 C	-	-	-	-	-	1 C	2 C	-	3 A	-
	3 B	9 C	M	2 C	2 A	-	-	9 B	-	1 B	2 B	9 A	MOD	1 C	-	3 A	-	-	MOD	M	-	1 A	-
	MOD	2 C	9 B	9 A	2 B	-	-	M	1 B	-	2 A	9 C	1 C	1 A	-	3 B	-	-	-	3 A	M	-	-
	2 a	-	9 B	-	M	-	-	9 C	1 C	-	3 B	1 A	3 A	1 B	-	2 B	-	-	3 A	2 c	9 A	-	-
SEXTA	3 a	1 C	9 B	9 C	-	-	-	1 A	-	2 A	9 A	-	-	-	-	2 C	1 B	3 B	-	-	2 B	-	-
	2 a	2 C	9 a	9 B	-	3B	-	-	M	-	M	9 C	-	1 B	-	1 A	1 C	3 A	-	-	2 B	-	-
	3 B	1 C	9 B	9 C	-	3A	-	-	1 A	-	9 A	2 B	-	M	-	2 A	1 B	2 C	-	-	M	-	-
	-	9 C	1 a	2 C	-	3A	-	-	1 B	-	9 B	M	-	1 C	-	2 A	9 A	2 B	-	-	3 B	-	-
	-	2 C	1 B	9 B	-	3B	-	-	1 C	-	9 C	-	-	1 A	-	2 B	9 A	2 A	-	-	3 A	-	-

ANEXO B

Cargas horárias na docência referente § 1º art. 4º e art. 14 do decreto 46.125, de 4 de janeiro de 2013(a que se refere o § 1º do art. 4º do Decreto nº 46.125, de 4 de janeiro de 2013)

Número de horas na docência	Número de horas para outras atividades		Carga Horária Semanal	Carga Horária Mensal
	Em local definido pela direção da escola	Em local de livre escolha do professor		
1h	15 min	15 min	1h 30min	7h
2h	30 min	30 min	3h	14h
3h	45 min	45 min	4h 30min	20h
4h	1 h	1 h	6h	27h
5h	1 h 30 min	1 h 30 min	8h	36h
6h	1 h 30 min	1 h 30 min	9h	41h
7h	2 h	2 h	11h	50h
8h	2 h	2 h	12h	54h
9h	2 h 15 min	2 h 15 min	13h 30min	61h
10h	2 h 30 min	2 h 30 min	15h	68h
11h	2 h 45 min	2 h 45 min	16h 30m	74h
12h	3 h	3 h	18h	81h
13h	3 h 15 min	3 h 15 min	19h 30m	88h
14h	3 h 30 min	3 h 30 min	21h	95h
15h	3 h 45 min	3 h 45 min	22h 30m	101h
16h	4 h	4 h	24h	108h
17h	4 h 15 min	4 h 15 min	25h 30m	115h
18h	4 h 30 min	4 h 30 min	27h	122h
19h	4 h 45 min	4 h 45 min	28h 30m	128h
20h	5 h	5 h	30h	135h
21h	5 h 15 min	5 h 15 min	31h 30m	142h
22h	5 h 30 min	5 h 30 min	33h	149h
23h	5 h 45 min	5 h 45 min	34h 30m	155h
24h	6 h	6 h	36h	162h
25h	6 h 15 min	6 h 15 min	37h 30m	169h
26h	6 h 30 min	6 h 30 min	39h	176h
27h	6 h 30 min	6 h 30 min	40h	180h

(a que se refere o art. 14 do Decreto nº 46.125, de 4 de janeiro de 2013)

Jornada do cargo vigente até 31/12/2012			Jornada do cargo vigente a partir de 01/02/2013		
Regime Básico na Docência	Carga Horária Semanal	Carga Horária Mensal	Regime Básico na Docência	Carga Horária Semanal	Carga Horária Mensal
1h	3h 30 min	16h	5h	8h	36h
2h	4h 30min	20h	5h	8h	36h
3h	6h	7h	5h	8h	36h
4h	7h	32h	5h	8h	36h
5h	8h	36h	5h	8h	36h
6h	9h	41h	6h	9h	41h
7h	11h	50h	7h	11h	50h
8h	12h	54h	8h	12h	54h
9h	13h	59h	9h	13h 30min	61h
10h	14h	63h	10h	15h	68h
11h	16h	72h	11h	16h 30m	74h
12h	17h	77h	12h	18h	81h
13h	18h	81h	12h	18h	81h
14h	19h	86h	13h	19h 30m	88h
15h	21h	95h	14h	21h	95h
16h	22h	99h	15h	22h 30m	101h
17h	23h	104h	16h	24h	108h
18h	24h	108h	16h	24h	108h
19h	25h 30min	115h	17h	25h 30m	115h
20h	26h 30min	119h	18h	27h	122h
21h	28h	126h	19h	28h 30m	128h
22h	29h	131h	20h	30h	135h
23h	32h	144h	22h	33h	149h
24h	33h	149h	22h	33h	149h
25h	35h	158h	24h	36h	162h
26h	36h	162h	24h	36h	162h
27h	37h	167h	25h	37h 30m	169h
28h	38h	171h	26h	39h	176h
29h	40h	180h	27h	40h	180h

ANEXO C

Atividades extraclasse, elencadas no ofício 2663/16, objetivando a implementação do Projeto Político Pedagógico nas escolas

Algumas atividades, definidas pela Direção, podem ser consideradas para fins de cumprimento da carga horária extraclasse, objetivando a implementação do Projeto Político Pedagógico, tais como:

- elaboração e planejamento de aulas e atividades;
- análise dos resultados das avaliações internas e externas para elaboração dos planos de trabalho e das atividades pedagógicas;
- elaboração, em conjunto com a Direção e Supervisão, de critérios complementares para atribuição de turmas, aulas e funções;
- análise dos resultados finais dos estudantes a cada ano letivo;
- avaliação dos trabalhos realizados, revisão das ações e replanejamento;
- elaboração de instrumentos para acompanhar e avaliar, sistematicamente, os estudantes, durante todo o processo de ensino e aprendizagem;
- elaboração de atividades e aprendizagem a partir das necessidades evidenciadas pela avaliação diagnósticas dos estudantes;
- produção, análise e escolha de materiais didático-pedagógicos;
- atualização dos registros de acompanhamento dos estudantes e dos diários de classes;
- participação no processo de planejamento, execução, controle e avaliação do Projeto Político-pedagógico da escola;
- elaboração do plano de atividades sistemáticas de acompanhamento pedagógico diferenciado para estudantes de baixo desempenho;
- participação na elaboração do Calendário Escolar e do Regimento Escolar da unidade de ensino;
- realização de reuniões de Conselho de Classe;
- colaboração nas atividades de articulação da escola com as famílias e a comunidade;
- participação das atividades a serem desenvolvidas com os estudantes em progressão parcial, juntamente com o professor do componente curricular do ano anterior;
- outras atividades consideradas pela Superintendência Regional de Ensino ou pela direção destinadas à implementação do Projeto Político-pedagógico.

ANEXO D

Ficha de Acompanhamento do M2 individual da escola Aquarela

ESCOLA ESTADUAL AQUARELA BURITIZEIRO-MG										REGISTRO DE ATIVIDADES EXTRACLASSE VESPERTINO		MÊS	
												ANO	
PROFESSOR										MASP:			
HORÁRIO DO PROFESSOR										Quantidade de Aulas:			
Segunda-feira		Terça-feira		Quarta-feira		Quinta-feira		Sexta-feira		Semanal:	Reunião Mensal		
										Mensal:			
1ª semana	Descrição :									Data:			
										Professor:			
										Especialista:			
	Descrição :									Data:			
										Professor:			
										Especialista:			
	Descrição :									Data:			
										Professor:			
										Especialista:			
2ª semana	Descrição :									Data:			
										Professor:			
										Especialista:			
	Descrição :									Data:			
										Professor:			
										Especialista:			
Descrição :									Data:				

		Professor:
		Especialista:
3ª semana	Descrição :	Data:
		Professor:
		Especialista:
	Descrição :	Data:
		Professor:
		Especialista:
	Descrição :	Data:
		Professor:
		Especialista:
4ª semana	Descrição :	Data:
		Professor:
		Especialista:
	Descrição :	Data:
		Professor:
		Especialista:
	Descrição :	Data:
		Professor:
		Especialista:
5ª semana	Descrição :	Data:
		Professor:
		Especialista:
	Descrição :	Data:
		Professor:
		Especialista:
	Descrição :	Data:
		Professor:
		Especialista: